

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Entre os “últimos alemães” e os “últimos
brasileiros”: obras públicas e etnohistória indígena
na Serra Gaúcha (1847-1858)**

Guilherme Maffei Brandalise

Porto Alegre, 2023

Guilherme Maffei Brandalise

**Entre os “últimos alemães” e os “últimos
brasileiros”: obras públicas e etnohistória indígena
na Serra Gaúcha (1847-1858)**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Helena Lucas Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Helio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fernando Felizardo Nicolazzi

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Aline da Silva Argenta

CIP - Catalogação na Publicação

Brandalise, Guilherme Maffei
Entre os "últimos alemães" e os "últimos
brasileiros": obras públicas e etnohistória indígena
na Serra Gaúcha (1847-1858) / Guilherme Maffei
Brandalise. -- 2023.
165 f.
Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. História Indígena. 2. Etnohistória. 3. Kaingang.
4. História do Brasil Império. 5. História Regional.
I. Neumann, Eduardo Santos, orient. II. Título.

Guilherme Maffei Brandalise

**Entre os “últimos alemães” e os “últimos
brasileiros”: obras públicas e etnohistória indígena
na Serra Gaúcha (1847-1858)**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2023.

Resultado: Aprovado

Banca Examinadora:

Soraia Sales Dornelles

Universidade Federal do Maranhão

Luis Fernando da Silva Laroque

Universidade do Vale do Taquari

José Otávio Catafesto de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este trabalho analisa o processo de avanço das frentes de expansão e colonização sobre territórios indígenas na região conhecida hoje como Serra Gaúcha, no período de 1847 a 1858. A principal documentação analisada são ofícios da Diretoria de Obras Públicas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que abordam dois contextos específicos: a Estrada do Mundo Novo, entre o rio dos Sinos e os Campos de Cima da Serra, e a Picada Feliz, ao longo da qual é constituída a colônia Nova Petrópolis. Os documentos trazem relatos das frentes pioneiras, ou seja, das equipes que avançam sobre as florestas ocupadas pelos indígenas. Ao longo do século XIX, em especial no recorte analisado, essa região é relacionada com a liderança chamada João Grande/Nivo, que já foi representado como “facínora”, e na historiografia mais recente como “cacique resistente”. Para as comunidades indígenas na região, essa liderança representa a ancestralidade ligada ao território, que a violência do processo de colonização não conseguiu apagar. Desse modo, este trabalho se utiliza das metodologias da etnohistória, a antropologia processualista e a micro-história para relacionar narrativas sobre o passado a partir de documentação administrativa e diferentes regimes de memória sobre o passado indígena da Serra Gaúcha. A leitura das fontes evidencia as complexas e violentas relações das frentes de expansão com os grupos indígenas, além de trazer para a luz vestígios de seus caminhos e territorialidades, que são analisados através do diálogo com grupos contemporâneos.

Palavras-chave: indígenas, kaingang, xokleng, século XIX, colonização, serra gaúcha, frente de expansão, regimes de memória, etnohistória

Abstract

This paper analyzes the process of expansion and colonization over indigenous territories in the region known today as Serra Gaúcha, from 1847 to 1858. The main documents analyzed are official letters from the Directorate of Public Works of the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, which deal with two specific contexts: the Mundo Novo Road, between the Sinos river and the Campos de Cima da Serra, and the Picada Feliz road, along which the Nova Petrópolis colony was formed. The documents contain accounts of the pioneering fronts, i.e. the teams that advanced into the forests occupied by the indigenous people. Throughout the 19th century, especially in the section analyzed, this region is related to the leader called João Grande/Nivo, who in the documentation of the period was represented as a "villain", and in more recent historiography as a "resistant chief". For the indigenous communities in the region, this leader represents the ancestry connected to the territory, which the violence of the colonization process failed to erase. In this way, this work uses methodologies of ethnohistory, processualist anthropology and microhistory to relate historical narratives based on administrative documentation and different memory regimes about the indigenous past of Serra Gaúcha. Reading the sources shows the complex and violent relations between the expansion fronts and the indigenous groups, as well as bringing to light traces of their paths and territorialities, which are analyzed through dialogue with contemporary groups.

Palavras-chave: indigenous, kaingang, xokleng, 19th century, colonization, serra gaúcha, expansion front, memory regime, ethnohistory

Resumen

Este trabajo analiza el proceso de avance del frente de expansión y colonización sobre territorios indígenas en la región hoy conocida como Serra Gaúcha, entre 1847 y 1858. Los principales documentos analizados son cartas de la Dirección de Obras Públicas de la Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, que tratan de dos contextos específicos: la Estrada do Mundo Novo y la Picada Feliz, a lo largo de la cual se formó la colonia Nova Petrópolis. Los documentos contienen relatos de los frentes pioneros, es decir, de los equipos que avanzaron hacia los bosques ocupados por los indígenas. A lo largo del siglo XIX, especialmente en el periodo analizado, esta región se relaciona con el líder llamado João Grande/Nivo, que en la documentación de la época era representado como un " villano ", y en la historiografía más reciente como un " jefe resistente ". Para las comunidades indígenas en la región, este líder representa la ancestralidad conectada al territorio, que la violencia del proceso de colonización no pudo borrar. De este modo, este trabajo utiliza metodologías de la etnohistoria, la antropología procesualista y la microhistoria para relacionar narrativas históricas basadas en documentación administrativa y diferentes regímenes de memoria sobre el pasado indígena de Serra Gaúcha. La lectura de las fuentes evidencia las complejas y violentas relaciones entre los frentes de expansión y los grupos indígenas, además de sacar a la luz las huellas de sus trayectorias y territorialidades, que se analizan a través del diálogo con los grupos contemporáneos.

Palavras-chave: indígenas, kaingang, xokleng, siglo XIX, colonización, serra gaúcha, frente de expansión, régimen de memoria, etnohistoria

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, Sônia e Oscar, por todo apoio durante o mestrado, no período difícil de pandemia e isolamento, e pelo incentivo ao estudo desde sempre. Agradeço também à Ada pelo apoio e carinho, principalmente durante o processo de escrita deste trabalho. Aos amigos, de Porto Alegre e Caxias do Sul, pelos momentos de apoio mútuo, de celebrações, reclamações e companheirismo. Agradeço o professor Eduardo Neumann pela orientação e confiança, e aos professores e pesquisadores da banca pela apreciação do trabalho. Aos colegas do GT de História Indígena da Anpuh/RS, cujos encontros durante e depois da pandemia sempre foram de trocas muito importantes para o meu desenvolvimento enquanto historiador. Enfim, agradecer aos indígenas com quem tenho convívio desde 2018, em especial Iracema Gah Te e família, e Maurício Vehn Tain e família, com quem tive conversas, experiências, projetos e vivências sem as quais esse trabalho não seria o que é. Agradeço a sua disponibilidade e confiança para trocar relatos sobre minha pesquisa, e a paciência de dialogar sobre uma memória tão sensível e importante. Obrigado à Clémentine Maréchal, pelos bons conselhos e pela parceria, e também ao Rodrigo Venzon, que me relatou muitas informações importantes de relatos orais que coletou ao longo das décadas ao lado dos indígenas.

Estendo meu agradecimento à equipe do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pelo atendimento atencioso durante a pesquisa. Aos colegas do estágio do Memorial do Rio Grande do Sul, e recentemente aos colegas do serviço público do Museu Julio de Castilhos, por compartilharem e acolherem ideias e propostas de exposições e atividades, nas quais facilitamos o contato do público com uma narrativa histórica mais adequada sobre os povos indígenas do Rio Grande do Sul, e especialmente no contato do público com os próprios indígenas, guardiões de suas histórias e práticas culturais. Agradeço também a equipe do Centro Brasileiro de Pesquisas sobre América Latina do Memorial da América Latina (SP) pela oportunidade de expandir minhas pesquisas pelo campo da Interpretação Comunitária através de bolsa de pesquisa em 2021, que permitiu reflexões sobre as pontes de conhecimento, inclusive histórico, entre a sociedade brasileira em geral e os povos indígenas, a partir das demandas destes.

Lista de Mapas

| | |
|---|-----|
| Mapa 1: Aldeamentos do Rio Grande de São Pedro 1822-1870..... | 70 |
| Mapa 2: Indígenas no Rio Grande do Sul - Destacadas com números, as Retomadas Indígenas na Serra Gaúcha desde 2019..... | 71 |
| Mapa 3: Mappa da provincia de San Pedro; Visconde de São Leopoldo; 1830-1840..... | 80 |
| Mapa 4: Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM..... | 81 |
| Mapa 5: Mapa do Avanço das frentes de expansão pelo Brasil Meridional..... | 82 |
| Mapa 6 e 6.1: Rio Grande do Sul em 1891 e Destaques..... | 94 |
| Mapa 7: Mapa dos conflitos em regiões das Colônias de Feliz e Santa Maria da Soledade no século XIX..... | 122 |
| Mapa 8: Mapa do ataque de pay Nivo contra a família de Pedro Wadenpuhl na Colônia do Mundo Novo em 1852..... | 123 |

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Detalhe da obra de Aldo Locatelli, intitulada: “Do itálico berço à nova pátria brasileira”..... | 66 |
| Figura 2: Poncho de Mostardas..... | 114 |
| Figura 3: Cap. Manoel chefe dos Índios Coroados..... | 121 |
| Figura 4: Índios Xokleng ladeados por visitantes alemães em Santa Catarina (início do século XX)..... | 131 |
| Figura 5: Foto intitulada "Índios" onde se vê ao fundo a figura de um frei Capuchinho. (Região de Lagoa Vermelha - 1890-1920)..... | 132 |
| Figura 6: Fotomontagem do processo de realização do documentário Konhun Mág: O caminho da volta à floresta de Canela:..... | 141 |

Lista de Tabelas:

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Cronologia do Conflito no Mundo Novo segundo documentação e bibliografia... | 115 |
|---|-----|

Listas de Siglas e abreviaturas

| | |
|----------|--|
| AHRS | Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| FOP | Fundo de Obras Públicas |
| HDBN | Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional |
| M | Maço |
| p. | Página |
| RPPSPRGS | Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

Sumário

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. PODEMOS ESCUTAR OS INDÍGENAS NAS FONTES DO SÉCULO XIX?..... | 22 |
| 1.1: História Indígena e Etnohistória..... | 22 |
| 1.2 - Etnohistória, aproximações descoloniais e pós-coloniais..... | 24 |
| 1.3 - Fontes sobre indígenas no século XIX: notícias posteriores..... | 30 |
| 2. LEGISLAÇÃO, INDIGENISMO E ESBULHO NO IMPÉRIO DO BRASIL..... | 38 |
| 2.1 - Legislações acerca da Terra e dos Povos Indígenas..... | 38 |
| 2.2 - Fronteiras Indígenas no Brasil do Século XIX..... | 49 |
| 2.3 – O contexto da região nordeste do Rio Grande do Sul através dos Relatórios de Presidente da Província..... | 56 |
| 3. AVANÇO DAS FRENTE DE COLONIZAÇÃO: ESTRADAS E COLÔNIAS..... | 72 |
| 3.1 – Obras Públicas e as frentes de expansão..... | 74 |
| 3.2 – Estrada do Mundo Novo..... | 83 |
| 3.3 - Picada Feliz e colônia Nova Petrópolis..... | 95 |
| 4. CONTATOS E CONFLITOS NA FRONTEIRA INDÍGENA..... | 105 |
| 4.1 - Conflitos no Mundo Novo em 1852..... | 109 |
| 4.2 - Contatos na Linha Olinda em 1858..... | 124 |
| 4.3 – Atuação indígena na Frente de Expansão..... | 132 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 141 |
| Fontes Pesquisadas..... | 144 |
| Referências Bibliográficas..... | 146 |
| Anexos:..... | 159 |
| Anexo 1: Relato de Maurício Salvador, enviado por aplicativo de mensagem em maio de 2020..... | 159 |
| Anexo 2: Texto do Correio da Tarde nº1183, Quarta 11 de Fevereiro de 1852. p. 1-2..... | 161 |
| Anexo 3: Termo de averiguação Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito anno [...]. | 164 |

INTRODUÇÃO

A Serra Gaúcha é conhecida como destino turístico no Rio Grande do Sul. Próxima da capital Porto Alegre, a região atrai um número considerável de turistas de todos os cantos do país. Também é uma região com nível significativo de desenvolvimento industrial e adensamento populacional, constituindo-se em uma das regiões mais desenvolvidas do Estado. Sua imagem para a maioria das pessoas está ligada à imigração europeia, de alemães e italianos, e essa imagem é utilizada à exaustão em passeios turísticos, na arquitetura, em festas populares e em diversos outros aspectos que, em conjunto, compõem uma narrativa histórica que coloca os imigrantes como heróis que desbravaram “terrenos incultos” para construir a pujança econômica que existe hoje. Este trabalho de pesquisa parte de um lugar de fala de um nativo da Serra Gaúcha, mais especificamente de Caxias do Sul, que possui antepassados, que vieram no processo imigratório no final do século XIX. Porém, diferente da maioria dos trabalhos históricos sobre a Serra Gaúcha, este não é sobre a imigração, mas sim sobre o outro lado apagado desse processo, sobre os povos indígenas que ali estavam quando do avanço da colonização.

Para analisar mais de perto esse processo histórico, utilizei um recorte espaço-temporal relativamente reduzido. Os limites no tempo desta pesquisa são o ano de 1847, com o início do projeto de aldeamentos da Província de São Pedro do Rio Grande, dois anos após o fim da mais longa guerra civil da história do Brasil, a Farroupilha, que deixou o Rio Grande do Sul em estado de guerra por dez anos, paralisando projetos e mesmo a produção de documentos oficiais. A pesquisa vai até 1858, ano dos últimos eventos analisados na documentação, e demarca uma década em que o avanço colonial se consolida na região, embora também se reconheça como relevantes os conflitos e contatos nas décadas seguintes, sendo que alguns já foram analisados em minha monografia (Brandalise, 2019) e outros podem ser objeto de futuras pesquisas. Para então analisar de forma aprofundada e a contrapelo a documentação, foquei em apenas duas Obras Públicas: a Estrada do Mundo Novo, que se eleva na Serra desde a vila de Santa Cristina do Pinhal, atual distrito de Parobé, nas margens do rio dos Sinos, até os Campos de Cima da Serra, em São Francisco de Paula, próximo ao alto rio Caí; e a Picada Feliz, que sobe a Serra na diagonal de sudoeste a nordeste, ao longo da qual se desenvolvem várias colônias, em especial a de Nova Petrópolis, cujo diretor nos deixou extensa documentação para analisar. Apesar de serem apenas dois, os

contextos analisados são relevantes pois se aproximam da territorialidade estendida sobre o qual se assenta a ancestralidade do povo Kaingang (Freitas e Venzon, 2008; Farias *et al.*, 2020), fato que acirra os atritos e é um locus privilegiado para analisar as situações limites que fazem parte das dinâmicas de fronteira (Martins, 1999; Oliveira, 1999).

A escolha desse tema de pesquisa vem de anos de interesse pela temática indígena, que foi se afinando ao longo da graduação e pós-graduação. É fundamental aqui ressaltar meu contato com uma comunidade indígena desde 2019, a Retomada Kaingang Kógühn Mág, em Canela. Em uma aula da disciplina de História Indígena com o professor Eduardo Neumann em 2017, perguntei ao doutorando em história Danilo Braga, que palestrou sobre a história de seu povo, como eu poderia pesquisar sobre a história dos Kaingang na região da Serra Gaúcha. Sua resposta foi que deveria investigar sobre o João Grande na região de Canela. Desde então, venho pesquisando sobre esse cacique na documentação e na oralidade com lideranças e mais velhos. Como apontou Gerald Sider, a etnohistória é a luta política pela existência vivenciada pelos povos indígenas (Sider, 1994), e dessa forma pude perceber que as variações de cada interlocutor sobre o cacique João Grande/Nicué/Nivo, refletiam a trajetória das mesmas pessoas, expondo os diferentes regimes de memória envolvidos na relação de diferentes agentes com esse passado (Oliveira, 2022). Como sujeitos que compartilham o presente comigo, ou seja, a coetaneidade (Fabian, 2013), os indígenas que hoje reivindicam tanto a ancestralidade de uma liderança como João Grande, quanto o território na região do recorte espacial desta pesquisa, também produzem o passado. Dessa forma, não há neste trabalho a intenção de constituir uma verdade histórica única, mas sim de somar na percepção do passado a partir da leitura de documentos administrativos que foram produzidos há mais de um século, no calor dos eventos, a partir de demandas e trocas com as comunidades no tempo presente (Tuhiwai Smith, 2016).

A historiografia contemporânea sobre o passado dos povos indígenas nos séculos XVIII e, XIX aborda de forma aprofundada as relações interétnicas a partir de conceitos de protagonismo, agência e outros, que são utilizados para ressaltar a participação dos indígenas nos processos históricos, dessa forma desinibilizando sua presença significativa na História do Brasil. O fim do século XX foi marcado pela Constituição Federal de 1988, seu processo de construção coletiva e suas implicações para a ampliação dos direitos indígenas no século XXI, que teve como consequência a maior visibilidade do protagonismo indígena em diversas

esferas da sociedade, destacadamente a representação política¹. Tal mudança institucional proporcionou mecanismos de garantia de direitos, de fomento à cultura e à língua originárias, e de participação política e social dos povos indígenas na sociedade brasileira, incluindo aí as universidades e o meio acadêmico. Podemos observar as frutíferas consequências dessas mudanças mesmo no campo da história indígena, com o envolvimento de historiadores indígenas e sua perspectiva “interna” sobre os assuntos abordados, e mesmo um maior envolvimento de historiadores não-indígenas em questões contemporâneas dos povos, seja nos âmbitos acadêmico, civil, social ou jurídico.

Durante a realização dessa pesquisa, alguns processos de garantia de direitos sofreram retrocessos, que vinham se acumulando nos últimos anos, modificando um panorama que afeta o presente, no qual está assentada toda e qualquer visão sobre o passado. Nesse sentido, é importante trazer os debates que consistiram na construção política e metodológica desta pesquisa. No Simpósio Nacional de História em 2021², Soraia Dornelles e Vânia Moreira³ debateram sobre a historiografia da Nova História Indígena da última década, afirmando que a mesma havia deixado de lado o foco na análise da violência, de forma a produzir narrativas mais positivas, nas quais os indígenas eram sujeitos e não vítimas, em um contexto de consolidação, em muitos casos, de direitos indígenas que até o momento não haviam sido garantidos, como a suas línguas e costumes próprios, a partir da Constituição de 1988. Depois de 2019, ou mesmo antes do golpe de 2016, o avanço do agronegócio e de setores conservadores da sociedade sobre a autonomia dos indígenas adquirida através da Carta Magna “revelaram” a violência intrínseca ao processo colonial, que ainda permanece em curso sobre territórios “vazios”, ou pouco tocados pelos diversos tentáculos do capitalismo

¹ Nos anos em que se realizaram a presente pesquisa, de 2021 a 2023, o Brasil passou por um governo de extrema-direita, anti-indígena, que promoveu ativamente a exploração econômica de terras indígenas, acirrando os conflitos violentos. De outra maneira, o mesmo governo não demarcou nenhuma terra indígena, apenas iniciou os Grupos de Trabalho junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), somente por intervenção do Ministério Público. O maior líder indígena do Brasil afirmou, em entrevista de julho de 2023 que o ex-presidente Bolsonaro em seu mandato, “incentivava as pessoas para destruir os povos indígenas e o meio ambiente”. “Raoni: 'Bolsonaro incentivou ódio contra os indígenas e não tem noção do que fez', afirma líder indígena em entrevista exclusiva.” Biassetto, Daniel. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de julho de 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2023/07/29/raoni-bolsonaro-incentivou-odio-contra-os-indigenas-e-nao-tem-nocao-do-que-fez-afirma-lider-indigena-em-entrevista-exclusiva.ghtml>

² ST 132. Povos indígenas na formação do Brasil oitocentista: pesquisa e renovação historiográfica, coordenado pela professora Mariana Dantas e o professor João Paulo Peixoto

³ Nesse simpósio, Moreira apresentou sobre seu artigo intitulado “Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial”, publicado na Revista História Unisinos, v. 24 n. 3 (2020). Soraia Dornelles apresentou um trabalho intitulado: “‘Paciente procedimento é contrário às leis do país’: reflexões sobre a violência contra povos indígenas na segunda metade do século XIX”.

contemporâneo. Tal debate influenciou a maneira como esta pesquisa foi desenvolvida, não no sentido de abandonar a perspectiva do protagonismo e da agência, pois busca apresentar uma história mais positiva, que complexifica o binômio aculturação/resistência, mas no sentido de dar especial atenção para os processos de expropriação violenta dos territórios indígenas.

Essa pesquisa, portanto, se insere no campo conhecido no Brasil como Nova História Indígena, cujo objetivo principal enquanto conjunto de textos e propostas é de assegurar protagonismo aos indígenas e inseri-los na narrativa histórica, de forma a contrariar o discurso (inclusive progressista) que acreditava que eles estariam com os dias contados, pois a modernidade atropelaria sua história cultural. Como afirmou Marshall Sahlins (2003), uma das grandes ilusões dos historiadores e antropólogos por muito tempo foi pensar que a expansão mundial do capitalismo apagaría da face da terra essas outras formas de história cultural. Com o passar do tempo, essa afirmação parece cada vez mais relevante, como vêm comprovando não só pesquisas *sobre* os indígenas, mas *feitas* pelos indígenas.

Os aspectos que fazem com que esta pesquisa se filie a um campo e tenha outros como suporte são o foco em desenvolver uma historiografia a partir de fontes documentais, com uma influência da história social, e o objetivo de inserir o sujeito indígena – um sujeito coletivo – na história, ressaltando sua atuação. Para entender a lógica interna desse grupo, como suporte metodológico, a antropologia processualista e a antropologia histórica (Oliveira, 2004; Sahlins, 1990) servem para elucidar em profundidade aspectos relativos à alteridade étnica e cultural na história, assim como etnografias realizadas entre o povo Kaingang (Maréchal, 2021 e outros).

O autor José de Souza Martins (2009), em seu livro “Fronteiras: A degradação do outro nos confins do Humano”, analisa 100 anos de situações de fronteiras com povos indígenas, do fim do século XIX até a segunda metade do século XX. Sem embargo, a diferença temporal em relação ao período aqui analisado é significativa, o que demonstra uma continuidade dos processos no tempo, avançando no espaço, com o surgimento de novos ciclos sobre territórios ainda não explorados em um processo que dura até o presente. No século XIX, que começa com a declaração de “guerra justa” por Dom João VI, o avanço ocorreu sobre as florestas do nordeste, norte e centro do Rio Grande do Sul (Diehl, 2023; Francisco, 2013), sobre as montanhas entre Minas Gerais e o Espírito Santo (Moreira, 2019),

no Sul da Bahia (Silva, 2020), nas Serras do Agreste Nordestino, (Peixoto Costa, 2016; Dantas, 2015); desde o século XVII, no Norte do Paraná (Mota, 2009) e Oeste de São Paulo (Dornelles, 2018), além do Norte de Santa Catarina, que continuou até as primeiras décadas do século XX (Wittmann, 2007).

Para aprofundar o entendimento dos processos históricos, propõe-se uma reflexão acerca da possibilidade de *escutar* os indígenas nas fontes escritas pelos colonizadores. Como referência, as abordagens decoloniais, pós-coloniais e críticas, feitas por autores da América Latina e Ásia, que apontam os problemas ao *ler* os discursos coloniais (Quijano, 2004; Mignolo, 2008; Chakrabarty, 1999; Spivak, 2010). Utilizando uma leitura crítica da História, o objetivo é produzir textos historiográficos em que sujeitos indígenas são tratados a partir de uma ótica do presente (Fabian, 2013). Considero, como Sahlins (2003), que o processo de apagamento histórico ficou inconcluso, e foi incapaz de apagar os indígenas da história. No presente, o discurso da história desses povos, que Sider (1994) chama de *etnohistória*, é potência para o futuro e para novos movimentos de relação com o território (Oliveira, 1998). Existem diversos campos de estudo que trabalham sobre e com os povos indígenas, tal como a arqueologia, genética, linguística, e também etnobotânica e outros etno- que pesquisam muitos aspectos sobre a trajetória dos grupos antes da chegada dos europeus às Américas. Rojas (2008, p. 22-23) diferencia a etnohistória pelo olhar antropológico, pois permite trabalhar com alteridades culturais.

Por trabalhar abordagens decoloniais que problematizam o autor no discurso histórico, trago a importância de reconhecer meu papel enquanto pesquisador branco, descendente de imigrantes italianos. Também, meu papel enquanto aluno de uma Universidade Pública, e agora servidor de um Museu de História público, onde as narrativas tradicionais podem ser criticadas, em especial quando elas apagam certos sujeitos e grupos do passado. Ainda mais, entendo necessário refletir sobre minha convivência com os indígenas, em especial com os Kaingang ligados à Retomada Kógühn Mág de Canela, com quem desde 2019 tenho participado de projetos de divulgação, documentário⁴, pesquisa acadêmica e vivências em processos de lutas pelo território dos seus ancestrais. Desde 2018 até o presente momento, dialoguei sobre esta pesquisa com os seguintes indígenas Kaingang: Danilo Braga (doutorando na UFRGS), Iracema Ga Teh Nascimento (liderança e *kujá* residente no Morro

⁴ Konhun Mág: O Caminho de Volta à Floresta de Canela (2021, 60 min) Direção Mauricio Salvador. disponível em: < bit.ly/KonhunMagDoc >.

Santana em Porto Alegre - Retomada Gã Ré); João Padilha (Kaingang em Porto Alegre com ligações na TI Borboleta); Maurício Salvador (cacique da Retomada Kógühn Mág, em Canela, e filho de Zílio Jagtyg Salvador, liderança em Porto Alegre e quem iniciou a luta pelo território em Canela); Faustino (*kofá* da aldeia Por Fi Gá, em São Leopoldo, falecido em 2021); Dorvalino (professor e liderança na aldeia Por Fi Gá, em São Leopoldo). Além de participar em encontros, palestras, mutirões e rituais de benzedura. Nesses espaços de debate e encontro, pude entender que é a voz dos indígenas que deve ser escutada, pois mesmo que bem intencionada, a voz dos *fóg*, *juruá* ou *zúg*⁵ não tem a mesma profundidade ao tratar do assunto.

É inevitável destacar a atuação das Retomadas Indígenas, em especial da Kógühn Mág de Canela, que se localiza no Leste da região da Serra Gaúcha, região em que ocorreram os eventos principais analisados nos Capítulos 3 e 4, ou seja, a culminância da presente pesquisa. As Retomadas Indígenas enquanto prática de recuperar os territórios e territorialidades tradicionais de onde haviam sido expulsos em algum momento do passado, que é presente nas memórias e práticas culturais, têm uma larga história no Rio Grande do Sul, desde meados dos anos 1970, antes mesmo da Constituição de 1988 e seus Direitos. Maréchal (2021) apresenta uma cronologia das retomadas, assim como uma análise sobre os processos ligados à mesma Retomada Kógühn Mág em Canela (Maréchal, 2021). Em outros lugares do país, as práticas das retomadas têm sido importantes ferramentas de luta dos povos indígenas contra avanços em seus territórios. Ocorrem de forma bastante heterogênea, de acordo com cada contexto local e com o apoio que os indígenas recebem, sendo o contexto atual dos Kaiowá Guarani no Sul do Mato Grosso do Sul, por exemplo, um ponto de conflitos bastante violentos fora da Amazônia.

Neste trabalho de escrita histórica bastante influenciado pela Nova História Indígena brasileira, tenho como objetivo principal aprofundar o conhecimento sobre a atuação dos povos indígenas nos processos históricos pesquisados. Nesse sentido, entender quais foram as ações tomadas pelos grupos Kaingang frente ao avanço da colonização, e como tais escolhas afetam também o processo de colonização, sem perder de vista a natureza complexa e conflituosa dessa interação. Como objetivos específicos, entender como a abertura de estradas se constituiu enquanto ponta de lança da colonização, dentro do contexto das legislações e dos debates acerca do tema. Também enquanto objetivo específico, apresentar um panorama das

⁵ Não-indígena em Kanhgág, Mbyá-Guarani e Laklãnõ/Xokleng, respectivamente.

formas de atuação dos grupos indígenas no contexto da abertura de tais estradas, pensando na forma de territorialidade estendida dos povos originários em suas especificidades, podendo então, constatar os usos desse território através de indícios, vestígios e silêncios na documentação. Para finalizar, entender como os interesses sobre esses territórios guiaram a frente colonizadora para um projeto de apagamento da história e da memória indígena, a partir da constatação que tal projeto foi inconcluso e que tal memória social está mais viva do que nunca.

Para cumprir tais objetivos, foram pesquisadas, além da bibliografia da História Indígena sobre o tema do povo Kaingang⁶ no nordeste do Rio Grande do Sul, historiografias próximas em seu recorte ou temática, tendo em vista aprimorar a contextualização e a formulação de problemáticas históricas no período do Brasil Império. Também pesquisas históricas sobre a política territorial em voga no período e antes, para entender de que forma se constituiu a colonização e a posse da terra no Brasil meridional, quais mecanismos eram possíveis e como funcionavam dentro do estado e no próprio território. É importante, ainda, o aporte da antropologia e dos estudos decoloniais e pós coloniais, pois ao trabalhar com povos indígenas, mesmo que no passado, tratamos de uma alteridade, de forma que são necessárias ferramentas para a compreensão mais aprofundada, mesmo que seja da própria diferença que se coloca no contato enquanto pesquisador branco e objeto de pesquisa não-branco. Devido à minha trajetória de pesquisa, trago também aportes de uma antropologia colaborativa, atenta às demandas das comunidades envolvidas, e com escuta ativa de suas histórias, memórias e questões.

Tendo em vista essa revisão de objetivos e metodologias, que condiz com minha trajetória acadêmica nos últimos anos, pesquisei para este trabalho no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) o Fundo Obras Públicas (FOP), com foco na documentação de 1848 até 1858 sobre a região do nordeste do Rio Grande do Sul, me guiando também por relatos orais dos Kaingang com quem mantenho contato. As fontes analisadas nos capítulos 3 e 4 não abarcam todos os documentos pesquisados no Fundo de Obras Públicas, mas os mais relevantes e que puderam ser analisados e aprofundados durante o tempo do mestrado. Essa escolha metodológica permitiu investir em uma abordagem micro histórica e em uma análise antropológica da documentação e de relatos orais, priorizando os primeiros, também como

⁶ Durante o século XX, alguns pesquisadores desenvolveram trabalhos pioneiros analisando a história do povo Kaingang, como Hensel (1928), Becker (1946) e Metraux (1979), entre outros.

escolha metodológica. A possibilidade de juntar contexto e análise micro permitiu guiar a narrativa de modo a relacionar o que ocorria em um sertão no extremo sul do que estava se construindo como Brasil, com a própria construção do Estado brasileiro, constatando o que foi abordado pela historiografia, que é a centralidade da questão indígena no século XIX (Moreira, 2010; Cunha, 1992b)

No primeiro capítulo trago o debate de questões teóricas e metodológicas, relativas à história sobre os povos indígenas no Brasil. Para tal, esta pesquisa se posiciona enquanto afiliada à Nova História Indígena, porém com aportes fundamentais da antropologia processualista, colaborativa, da crítica decolonial e com questionamentos levantados pela História Subalterna. O capítulo consiste em apresentar as principais correntes críticas e metodologias de pesquisa utilizadas nesta dissertação. Em especial, o conceito de etnohistória é tratado de duas formas distintas: uma enquanto metodologia transversal, que utiliza-se de diferentes disciplinas para pensar o passado de povos ágrafos, e outra enquanto a forma com que os próprios indígenas olham para esse passado, aspecto que será abordado em diversas ocasiões, sempre que for relevante para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo subcapítulo do primeiro capítulo apresenta uma crítica decolonial e pós-colonial à história tradicional, apresentando semelhanças e diferenças entre essas correntes teóricas e as possibilidades de utilizá-las no caso da história do Brasil Império, com destaque às reflexões, que incutem os autores latino-americanos e indianos no debate sobre povos colonizados e a construção de sua história a partir de pressupostos criados no processo colonial. No terceiro subcapítulo, é feito um balanço das teorias apresentadas durante o capítulo, refletindo sobre como a história indígena do Brasil exige uma abordagem transdisciplinar e que considere os regimes de memória dos povos indígenas, de modo que sejam narrativas representativas, ou que pelo menos combatam o apagamento dos sujeitos subalternos na história.

No segundo capítulo apresento um panorama da questão da terra e da questão indígena no Brasil Império, partindo de uma visão macro para o micro, analisando aspectos que levaram aos processos históricos analisados nesta pesquisa. A legislação sobre terra e povos indígenas é tema do primeiro subcapítulo, apresentando um histórico desde a dominação portuguesa da América do Sul, até as mudanças e permanências dos preceitos de posse de terra desde a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, passando pela Independência e as turbulências até meados do século XIX, quando se consolidam mecanismos de expropriação e exploração da terra, como a Lei de Terras de 1850, conectado com os mecanismos de controle

dos grupos indígenas, como o Regulamento de Missões de 1845. Tais processos, que ocorrem em diversos e amplos espaços no que está se constituindo enquanto uma nação, afetam diretamente o sul do antigo território lusitano na América do Sul, por ser uma zona de fronteira com as novas repúblicas platinas, onde os conflitos abertos e guerras internas e externas são recorrentes do século XVIII até o início do século XX. Os processos analisados aqui, em meados do XIX, apresentam algumas características marcantes de outros processos de longo prazo, como o bugreirismo, a colonização estrangeira, a política de aldeamentos e a abertura de estradas para conectar partes distantes do Império, aspectos que são emergentes na documentação após o fim da Guerra Civil Farroupilha em 1845. Durante todo o século XIX, observamos avanços de frentes de expansão sobre territórios indígenas, modificando fronteiras que guardavam áreas controladas, ainda no século XIX, por grupos autóctones, mas que desapareceram durante esse período no sul e no sudeste do Brasil. Quanto ao contexto da região estudada, refere-se principalmente à visão das autoridades, em especial os Presidentes de Província, sobre as “terras vazias” e os projetos de utilização desses espaços, ao mesmo tempo que se estabelecem os aldeamentos no norte da província.

Já no terceiro capítulo, começo a analisar as fontes do fundo de Obras Públicas, descrevendo principalmente os dois locais analisados no recorte espaço-temporal desta pesquisa: a abertura da Estrada do Mundo Novo e o estabelecimento da colônia de Nova Petrópolis ao longo da Picada Feliz. Ambos os empreendimentos avançam diretamente sobre espaços indígenas que, segundo as documentações e as narrativas indígenas, faziam parte dos territórios do grupo do Cacique João Grande, ou Nivo, personagem importante para esta pesquisa. Tal figura histórica é inescapável ao abordar o avanço da colonização na Serra Gaúcha, pois é a conexão narrativa entre os regimes de memória dos escritores das fontes do século XIX e as narrativas indígenas, de modo que coloca um grupo indígena, descrito nas fontes pelo nome de seu cacique, em um espaço-tempo específico, sobre o qual avançam estradas e colônias. No decorrer do capítulo, descrevo os trabalhos das frentes pioneiras em suas principais características, como dinâmicas de trabalho, número de pessoas, ferramentas, objetivos e incidentes registrados. Também são apresentados ao leitor os aspectos geográficos da paisagem e as dificuldades do terreno, que influenciaram fortemente na manutenção da forma autóctone de relação com o território até meados do século XIX. Por fim, abordo a complexidade de personagens não-indígenas, de modo a perceber como suas intenções e interesses afetam os projetos provinciais e do Império para colonização na região, e apresento

uma descrição detalhada dos mecanismos de constituição de conflito na frente de expansão sobre as florestas da Serra Gaúcha em meados do século XIX.

O quarto e último capítulo aborda, seguindo na divisão temática do capítulo anterior, os encontros e conflitos descritos na documentação entre as frentes pioneiras e os grupos indígenas. As análises deste capítulo buscam problematizar as narrativas dos encarregados das obras, seus interesses e pontos de vista, ao mesmo tempo em que buscam aprofundar e complexificar a análise da atuação e protagonismo indígena, buscando se esquivar de binômios, como o de vítimas-resistentes, e apresentar os indígenas como sujeitos pensantes e estratégicos, que têm interesses e visões de mundo. A partir dessa reflexão, baseada nas críticas apresentadas no primeiro capítulo, a narrativa histórica que se constitui é de um grupo indígena que, acossado pela colonização, busca de diversas maneiras frear o avanço de estradas e colonos.

Analisando mais de perto a frente de expansão em seus diferentes atores e sujeitos, podemos, por espelhamento e comparação entre regimes de memória diferentes, compreender melhor as estratégias e os mecanismos de ação dos grupos indígenas afetados pelo avanço da frente de expansão, apontando também pontos de contato entre narrativas documentais e indígenas, de forma a pensar a história indígena mais amplamente, abarcando também formas nativas de pensar o passado. Porém, é importante ressaltar o compromisso deste trabalho com a análise da documentação, em primeiro lugar por escolhas metodológicas, o que não significa um juízo de valor moral ou historiográfico sobre as narrativas orais. Com as premissas aqui apresentadas, podemos realizar um jogo de escalas (Revel, 2016), em que as ações do governo provincial e imperial se atravessam com correspondentes no ‘sertão’ e de grupos indígenas que ali habitavam.

Dessa maneira, esta pesquisa se propõe a adentrar em um tema que ainda apresenta lacunas na historiografia, em conjunto com perspectivas contemporâneas de abordar o passado indígena, assim como seu presente. É importante a possibilidade de articular contextos mais amplos no século XIX, em especial a importância dos povos indígenas para o período imperial, como os acontecimentos nos sertões da Serra Gaúcha, que permitiram o avanço da colonização estrangeira. Esses processos se conectam com os movimentos contemporâneos de indígenas que reivindicam a ancestralidade desses espaços, permite uma visão ampla do que João Pacheco de Oliveira (2022) apresenta como uma metáfora da

história, uma corrente marítima, cujas causas não entendemos totalmente e cujas consequências apreendemos parcialmente.

Sobre questões da escrita em citações diretas, escolhi manter a escrita original das citações de fontes do século XIX, para dar maior autenticidade na leitura. Já quanto aos termos em língua indígena, especialmente o idioma kanhgág, são utilizados através de referências a pesquisas antropológicas contemporâneas, em que os interlocutores indígenas apresentam conceitos, palavras e objetos da língua kanhgág que remetem aos costumes desse povo. Não foram utilizados termos em língua indígena no grosso da escrita desta pesquisa por dois motivos: para a fluidez do texto, e para contemplar a reflexão sobre a etnicidade dos indígenas no século XIX, de modo a não delimitar pertencimento étnico quando esse não é explícito, questão que é abordada no primeiro capítulo. Ressalto, para finalizar, que essa pesquisa não se propõe a escrever uma história definitiva do conflito entre indígenas e as frentes de expansão na Serra Gaúcha, mas sim complementar a historiografia com análise de novas documentações, cruzamento de fontes e considerando as narrativas originárias.

1. PODEMOS ESCUTAR OS INDÍGENAS NAS FONTES DO SÉCULO XIX?

1.1: História Indígena e Etnohistória

Ao tratar de uma história de encontros e desencontros entre populações nativas e a chamada sociedade envolvente, observamos diversas dinâmicas de dominação e resistência, nas quais participam grupos sociais distintos. Em artigo publicado na revista *Veritas*, José Catafesto de Souza salienta que é fundamental uma crítica que saiba apontar os silêncios e amplificar as poucas vozes ameríndias que surgem nos documentos, ressaltando a realidade dos etnocentrismos com a qual deve estar habituado o etnohistoriador, e que esse deve reconhecer, quando existentes, os vazios e silêncios (Souza, 1991, p. 415). Para entender as metodologias abordadas aqui, é importante historicizar o campo de pesquisa cujo objeto são os povos indígenas. Desde o início do século XX, foram desenvolvidos trabalhos sobre o passado de sociedades que sofreram processos de colonização e que registravam suas narrativas através da oralidade, diferenciando-se de outras das quais se podia conhecer o passado através da escrita, como as do extremo oriente, mundo árabe e da Europa. Desse modo, a etnohistória surge como uma metodologia de pesquisa ligada diretamente a noções imperialistas, sobre sociedades mais ou menos desenvolvidas, a partir da comparação com os países da Europa Ocidental.

Como metodologia, a etnohistória é uma ferramenta utilizada por historiadores, antropólogos e arqueólogos para aprofundar o conhecimento sobre o passado dos povos. Rojas (2008) aprofunda a metodologia da etnohistoria problematizando questões pertinentes, questionando se pode ser considerado ou não um campo independente. Combinando metodologias como arqueologia, etnologia e linguística, as problemáticas da etnohistória são ricas pois trazem questões que transcendem os limites disciplinares, buscando os indígenas onde eles estiverem. Tais ferramentas permitem, a partir de uma leitura minuciosa e análise crítica das fontes, ver o que está oculto no discurso administrativo, por exemplo, comparando com informações etnológicas, entender no presente o que os interlocutores do passado não puderam entender ou intencionalmente não quiseram registrar. Portanto, é necessário conhecer também os povos que escrevem e sua escrita, especialmente quanto à maneira com que conceberam o contato com os povos que aqui já estavam antes da colonização.

O fato de algumas etnias não terem deixado registros escritos sobre o passado não significa “atraso”, assim como não podemos dizer que eram sociedades totalmente ágrafas. Severi (2010), aponta zonas intermediárias entre sociedades escritas e orais, ressaltando que mesmo as que não desenvolveram escrita utilizam grafismos e símbolos visuais, assim como as sociedades letradas utilizam-se da oralidade. Outros povos indígenas do Rio Grande do Sul tiveram contato, e se apropriaram da linguagem escrita, especialmente os Guarani. Inicialmente como instrumento de doutrinação, a escrita (também em idioma guarani) foi incorporada pelos indígenas, que fizeram outros usos dela. A língua escrita teve diversos usos para os indígenas nas Missões jesuíticas do Noroeste do Rio Grande do Sul entre os séculos XVI e XVIII. Bilhetes escritos e trocados entre lideranças indígenas durante a Guerra Guaranítica (1753-56) (Neumann, 2009); evidências materiais da mistura de elementos escritos em espanhol e guarani em lápides funerárias (Boita, Baptista, no prelo); e a produção única de mapas dos territórios habitados pelos indígenas após a saída dos Jesuítas (Barcelos, Neumann, 2022). São significantes as experiências dos indígenas com a linguagem escrita, e podemos supor que sua utilização não desapareceu por completo no século XIX.

No caso deste recorte, é interessante notar o uso de grafismos tradicionais marcados nos pinheiros e flechas dos indígenas Coroados⁷ - nomenclatura utilizada até o início do século XX para descrever os Kaingang, devido ao corte de cabelo “franciscano” utilizado pelos indígenas antes dos aldeamentos (*cf.* Figura 3) - como observado pelo engenheiro belga Alphonse Mabilde (1983). Sobre as manifestações gráficas dos povos originários do Planalto Meridional, podemos também indicar as pinturas rupestres descobertas recentemente em abrigo sob rocha no interior do Paraná⁸ como representação gráfica de povos autóctones dessa região, mesmo que mais distante. Assim, encontramos as representações gráficas dos povos Jê na sua ligação com as araucárias, de modo que podemos pensar para esses povos os apontamentos de Severi sobre rituais mnemônicos a partir de uma paisagem específica - o

⁷ Até o século XIX, os povos de língua Jê que habitavam o planalto, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, foram chamados de diversos nomes. Muitos vem do idioma guarani, como Guaianá, Guananáses, Gualachos e Imbirairas, pois era com estes que os colonizadores obtinham as informações. Assim como outros povos não-guaranis, foram também chamados de Tapuias. Em mapa de 1751 do Rio Grande do Sul, temos também o etnônimo Caáguas, que pela localização (borda do planalto próximo ao litoral), devem se tratar de grupos hoje identificados como Xokleng. Tais etnônimos refletem uma mentalidade de colonização, através ainda de um filtro possivelmente guarani. Desse modo, podemos identificar grupos antigos com contemporâneos através de costumes culturais, e principalmente a ocupação do território. Porém, é importante ressaltar, que as configurações sociopolíticas dos povos Jê do Sul que existiam anteriores ao século XIX são em grande medida desconhecidas da historiografia, apesar de tratadas pela antropologia (p. ex. Maréchal, 2021).

⁸ Pivetta, Marcos: “Sítio pré-histórico teria o primeiro registro de uma araucária em arte rupestre” Pesquisas FAPESP, Edição 325 mar. 2023 <Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/sitio-pre-historico-teria-o-primeiro-registro-de-uma-araucaria-em-arte-rupestre/> >

Planalto das Araucárias - e a existência de uma memória constituída nessa mesma paisagem, ou mesmo memórias *da* paisagem (Severi, 2009). Esta é apenas uma das manifestações de uma complexa relação com a paisagem e o território, trabalhada pela etnopaisagem (Moura, 2021).

Entre as mudanças no campo da historiografia sobre o tema indígena nas últimas décadas, é interessante perceber como as disciplinas se desenvolvem relacionadas com o contexto dos povos indígenas em cada país. Exemplos disso são o contexto histórico da expansão das pesquisas nos EUA, na época do Indian Claim Act, e no Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. No primeiro caso, a promulgação da lei no ano de 1946 impulsionou as pesquisas, pois permitiu que os grupos indígenas reivindicassem territórios que lhes foram prometidos em acordos firmados, mas depois quebrados, com o governo dos Estados Unidos (Cavalcante, 2011). Quanto ao caso brasileiro, a Constituição Federal passou a garantir a demarcação de todas as terras indígenas em até cinco anos. Em ambos os casos, temos medidas governamentais que produzem, de certa forma, uma demanda por pesquisas acerca do passado dos povos indígenas para definir quais eram as terras que lhes cabiam, e qual o processo em que foram expulsos.

1.2 - Etnohistória, aproximações descoloniais e pós-coloniais

Acompanhando o crescimento das pesquisas sobre o passado dos indígenas na América Latina, em especial no cone sul, a revista argentina *Memoria Americana* lançou um dossiê sobre etnohistória em 2012, com artigos que debatem os principais conceitos desse campo diverso que se espalha por diferentes disciplinas. Maria Celestina de Almeida (2012) traz o debate proposto pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (1999) sobre a viagem de volta dos indígenas do nordeste do Brasil, como um caminho tanto metafórico quanto histórico feito no sentido de resgatar as identidades indígenas dos povos do interior dessa região. Esses trajetos eram percorridos até o governo central na tentativa de trazer demandas dos povos, em caminhadas que serviram para reforçar vínculos identitários e entrelaçar práticas culturais. Ao trabalhar com o resgate da identidade indígena entre os que eram chamados apenas de caboclos, de uma perspectiva temporal, ou seja, de processo, Pacheco de Oliveira articulou as teorias da etnicidade sob um viés cultural, pensando como certos contextos e eventos históricos ajudaram a configurar as dinâmicas étnicas até o ponto em que estas são “recuperadas” em ações carregadas de intencionalidade.

Na academia estadunidense, Gerald Sider (1994) designou a etnohistória como uma constante dos povos para compreender e construir suas próprias histórias, ou seja, um movimento que também parte de dentro das comunidades. Portanto, a reflexão etnohistórica não é apenas papel dos historiadores. Pensar os povos indígenas em um contexto mais amplo pode ser também um trabalho colaborativo e que vai além dos muros da academia.

Boccara (2012) compartilha dessa opinião em seu artigo no mesmo dossiê da revista argentina, sobre o povo Mapuche. Segundo o autor, os estudos de etnohistória podem ser considerados como uma manifestação latinoamericanista da crítica pós-colonial. De fato, o campo da história indígena é bastante influenciado por outros contextos pós-coloniais, como os estudos subalternos na Índia, o que será abordado adiante. Para o autor, a semelhança é mais do que metodológica, já que estes e outros são estudos sobre populações que foram colonizadas, característica que não é mero detalhe. O etno se refere não à etnia, mas a povos que foram submetidos a uma dupla colonização: material e epistêmica.

Assim, Boccara concorda em parte com Sider: a etnohistória é profundamente política e se refere não somente a artigos publicados em revistas científicas ou capítulos de livro, mas principalmente às histórias dos povos colonizados em busca do fortalecimento das suas identidades e das suas lutas por sobrevivência física e cultural. Contudo, Boccara vai mais além na resolução do problema do papel da etnohistória e propõe uma ruptura com a história acadêmica tradicional. Sua proposta é de Estudos Históricos Alternativos: seus objetivos são romper com o finalismo da teleologia do Estado-nação, com a dicotomia rígida entre memória e história e reconhecer nos povos indígenas a legitimidade para recordar. Nessa perspectiva, tanto os estudos históricos – feitos a partir do presente – de Boccara, sobre o povo Mapuche, quanto este trabalho, com um grupo Kaingang no município de Canela, são exemplos de pesquisa acadêmica que se utilizam, ao menos em parte, das premissas dos Estudos Históricos Alternativos.

Em sua contribuição ao dossiê, Lorandi (2012) questiona se os diferentes nomes de disciplinas que analisam o passado de povos indígenas não podem ser simplesmente História. Essa questão se repete em praticamente todos os trabalhos de história indígena, sendo a premissa principal do trabalho de nomes que impulsionaram o campo, como John Monteiro (2001). Antropólogos também repetem esse questionamento que busca ir contra o senso comum (que às vezes ainda impera, mesmo na academia), contudo, me parece que os

historiadores são aqueles que dispõem das ferramentas metodológicas para melhor fazer esse embate contra a forma como está estabelecido o discurso sobre o passado, pois trabalham justamente sobre esse discurso. Desde os anos 1990, o debate veio à tona como um dos objetivos principais da história indígena, etnohistória ou antropologia histórica. A presença ou suposta ausência de historicidade é um divisor entre antropologia e história. Esse ponto sempre foi muito sensível nos estudos sobre povos indígenas, pois, enquanto os antropólogos tentavam recriar o passado indígena através de análises sobre o presente de alguns povos, os historiadores aceitavam a escassez de fontes sobre esse passado, reforçando a pecha de Francisco Adolfo Varnhagen: “para esses povos na infância não há história, apenas etnografia” (Cunha, 1992).

E assim os dois campos permaneceram majoritariamente separados, até que alguns autores começaram a romper amarras disciplinares, como por exemplo Marshall Sahlins (1990) na antropologia histórica e Richard White (1991) na história indígena – ambos norte-americanos. Esses autores conseguiram tanto inserir os povos indígenas dentro da História (com *middle ground* e o equilíbrio de forças na região dos grandes Lagos nos séculos XVII a XIX, no caso de White), quanto refletir sobre como as diferentes formas de pensar o tempo alteram a própria história (como no caso do capitão Cook e os Havaianos, com Sahlins nas Ilhas de História). A partir de debates exemplificados por esses autores, os estudos sobre o passado dos indígenas começaram a fazer uso de conceitos como “regimes de historicidade” e “estrutura da conjuntura”. Ainda que esses conceitos possam aproximar história e antropologia na análise, o problema principal é que a diferença entre recortes sincrônicos e diacrônicos persiste.

É fundamental ressaltar o papel dos teóricos descoloniais da América Latina como influência para essa pesquisa. Nomes como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo produzem reflexões contundentes ao questionar as epistemologias que condicionaram a construção da narrativa histórica tradicional, na qual os povos indígenas se encontram silenciados. Essa reflexão urge ser aprofundada, pois, cada vez mais, os povos indígenas e movimentos sociais cobram que sua forma de pensamento seja considerada, e isso tem um peso especial quando se escreve de forma colaborativa (Kopenawa e Albert, 2015).

O peruano Anibal Quijano (2004) afirma que as categorias de "índio" e "indígena" só fazem sentido dentro de uma relação de poder originária na experiência colonial. De forma

complementar, a colonialidade é uma forma de oposição à modernidade iluminista, que começa, mas não termina, com a colonização. Assim, o colonialismo se torna uma estrutura de poder que permanece após o término do chamado “período colonial” (Quintero *et al.*, 2019). Esse conceito se relaciona de forma intensa com o objeto de análise desta pesquisa, que são fontes do período de consolidação do Império do Brasil na sua fronteira meridional, em um período em que se avança, colonizando-o a partir da expropriação dos indígenas e da escravização desses, de africanos e seus descendentes. As estruturas sociais e políticas, e os costumes que se formaram ao longo dos séculos, não desapareceram quando da separação formal entre colônia e metrópole.

A historicização de categorias étnicas permite vislumbrar sua construção ao longo do tempo e articulá-las aos processos históricos e suas conseqüentes formações sociais. Para o Brasil do século XIX, havia um interesse em apagar as alteridades indígenas, que por muito tempo ainda controlavam porções significativas do Sul e Sudeste. Maria Regina Celestina de Almeida (2010, p. 136-142) aponta o status “inferior” que os povos indígenas tinham entre as elites nacionais, e como a idealização da imagem do indígena (representada na literatura pela primeira fase do modernismo) permitiu transformá-lo em símbolo nacional, apesar dos diversos conflitos nos sertões contra povos originários pelo seu território e mão de obra.

Outra corrente importante dos estudos descoloniais, ou neste caso, pós-coloniais, são os chamados estudos subalternos, que surgiram na Índia, e sucedem as narrativas históricas nacionalistas do século XX, no contexto pós independência do Império Britânico, calcadas no desejo de reconstruir a identidade nacional indiana, dentro de uma história de longo prazo que remonta há milhares de anos e que possui um extenso cânone escrito. Os estudos subalternos buscaram desenvolver metodologias críticas da análise da história indiana, dando especial atenção aos efeitos da colonização britânica na construção narrativa, epistemológica e histórica do passado do subcontinente. Nesse sentido, as comparações e aplicações da escola subalterna com pesquisas desenvolvidas sobre a história da América Latina, por exemplo, devem ser feitas com cautela, pois nossa história de colonização (tanto material quanto epistêmica) ocorreu de maneiras muito distintas, em intervalos de tempo distintos e de difícil comparação. Contudo, o esforço dos intelectuais subalternos em desconstruir formas pré-estabelecidas de perceber a história desvelam mecanismos coloniais que possuem, sim, paralelos, possíveis de análise, entre o Brasil pós-independência e a Índia pós-independência;

afinal de contas, nossa análise enquanto historiadores, para qualquer ponto do tempo que se dirija o olhar, parte do presente.

Ao considerar o trabalho intelectual enquanto ferramenta, inevitavelmente dentro do sistema de divisão internacional do trabalho, Spivak destrincha os sentidos da “representação”, e como os teóricos do norte global se utilizam de sua posição privilegiada, para falar sobre opressões que ocorrem a milhares de quilômetros de onde trabalham. A autora aponta dois sentidos de “representação”, o primeiro sendo político, ou seja, “falar por”; e o segundo sendo artístico, como uma “re-apresentação”. Ambos sentidos têm consequências distintas para os intelectuais tratando de povos subalternos (Spivak, 2010, p. 31-75).

Para Chakrabarty, essa seria a principal questão dos “Subaltern Studies”. O historiador defende que, ainda hoje, as diferentes narrativas históricas são variações de uma História europeia (Chakrabarty, 1999, p. 18). Assim como Spivak, esse autor se concentra na história indiana, tomando “Europa” e “Índia” como conceitos hiper reais, sinônimos opostos. Seu argumento inicial é de que historiadores do terceiro mundo utilizam-se principalmente de autores do primeiro mundo para entender a si mesmos. Tal mecanismo pode ser compreendido com a noção de que a própria Europa tem sobre a sua filosofia, como “capaz de produzir percepções teóricas absolutas”, e que a sociedade burguesa, por ser mais complexa, é utilizável para explicar todas as outras, em uma percepção temporal linear. Tal História é narrada, seja no primeiro mundo ou no terceiro, argumenta Chakrabarty (1999, p. 6), a partir de problemas apresentados pela temática da transição da modernidade: desenvolvimento, modernização e capitalismo. Como produtos sociais dessas matrizes de mudança histórica, não formamos nosso pensamento a partir da floresta, da conexão com o meio ou com os ancestrais, mas sim através de diversas mediações e simulacros, incluindo aí o discurso histórico sobre o *outro* (civilizados *versus* “selvagens”).

Percebe-se nesses autores uma profunda noção da relação entre saber e poder. Spivak torna essa relação explícita, da sua maneira, ao tratar da história da educação indiana, em especial a inserção inglesa no estudo do sânscrito e dos textos sagrados do hinduísmo. Durante o processo de consolidação do imperialismo britânico na Índia, os administradores coloniais perceberam que só seria possível uma dominação de um país enorme, plural e antigo como a Índia se houvessem narrativas próprias que pudessem embasar o domínio inglês. É analisando esse contexto que a autora demonstra como “uma versão da história foi

gradativamente reconstituída, demonstrando como os brâmanes tinham as mesmas intenções da codificação britânica, promovendo assim sua legitimação” (Spivak, 2010, p. 51-52). Assim, Spivak procura desconstruir as maneiras com que as versões da história foram sendo modificadas, retirando elementos não interessantes para o poder estabelecido, ou que estava se estabelecendo violentamente.

Já Chakrabarty analisa a construção da família na Bengala britânica, na qual os valores individualistas ocidentais estavam sendo inseridos, a partir da diferença entre noções de “liberdade”. Na perspectiva indiana, “liberdade” significava estar livre do Ego, dos desejos e impulsos individuais e poder servir ao coletivo, à família, voluntariamente; enquanto o conceito de “liberdade” ocidental, como apresentado pelo autor, é fazer o que se quer, uma forma de autocomplacência (Chakrabarty, 1999, p. 16-17). A partir dessa reflexão de um conceito que pode parecer simples, mas tem implicações profundas no comportamento, na visão de mundo e no projeto de mundo que se constrói socialmente, se percebe como a colonização é uma inserção não apenas material, mas também o que se poderia chamar de “espiritual”. Isto é, uma inserção que abrange além de religião e espiritualidade, que denota quais valores são os mais apropriados para tal projeto de sociedade e se estabelece nas entranhas do coletivo, até que o indígena, o aborígene, ou seja, o que estava ali antes, é soterrado, apagado, se torna invisível e imóvel como resultado do projeto colonial.

Ao propor um debate com os autores indianos tratados aqui, percebemos objetos distintos e conclusões que se interrelacionam. Ambos analisam como a construção ideológica e epistemológica do passado passa por processos políticos e de saber-poder. Isto é, narrativas são construídas de tal maneira, que seu sentido possa ser justificativo para dominação. De outra forma, mecanismos sutis do trabalho intelectual podem também, de forma mais ou menos intencional, promover justificativas e razoabilidade para a opressão, assim como foi para o imperialismo britânico na Índia. Esses processos são traumáticos, portanto, não apenas no sentido material – massacres, exploração econômica, desterritorialização –, mas na esfera também simbólica e ideológica.

Trazendo essa reflexão para o contexto do Império do Brasil e sua política de colonização e aldeamento na Província do Rio Grande de São Pedro, é importante perceber como os projetos coloniais, seus valores e visão de futuro, estão presentes na escrita das fontes em mais de um aspecto: a crença no progresso, especialmente sobre o uso recursos

naturais, a ausência de uma humanidade aos indígenas, que são representados, ora como selvagens, ora inferiores. Ao perceber tais aspectos de forma mais profunda como um processo histórico, acreditamos poder reconstruir uma parte lacunar da história indígena do Rio Grande do Sul pensando também na atuação desses sujeitos, mesmo que nossa capacidade de “ouvi-los” nas fontes seja limitada, a consciência dessas limitações permite aproximações a uma história descolonizada.

1.3 - Fontes sobre indígenas no século XIX: notícias posteriores

As elites do Brasil Imperial, no seu processo de se tornar uma nação aos moldes europeu e norte-americano, debatiam projetos sobre o que fazer com os vastos territórios habitados por povos indígenas com pouco ou nenhum contato com a sociedade brasileira, e que resistiam ativamente à invasão pelos brancos. Outra preocupação do Império dizia respeito à grande massa de trabalhadores escravizados, e à crescente massa de libertos e descendentes de africanos nascidos livres. De fato, na época da Independência, “os escravos representavam em torno de 30% da população total [...] o número de ‘índios não domesticados’ era estimado em 800 mil. O de escravos, em 1,1 milhão” (Carvalho, 2012, p. 85). Em um contexto de declínio da escravidão, as principais questões que atravessavam o debate político no Império eram a terra e o trabalho. Tais tópicos permearam os círculos de poder do Império desde seu princípio, já na Constituinte de 1824, debatia-se se os indígenas poderiam ser cidadãos da nova nação que se desenhava. Apesar de não resultar em legislação específica, entre o projeto de extermínio e a “ressocialização” dos povos indígenas, escolheu-se o segundo, ao menos entre a elite política (Paraíso, 2010). Assim, tais temas estavam profundamente interconectados e consistiam no próprio projeto de construção de uma nação enquanto tal.

Quanto aos debates sobre raça na história do Brasil, Silva aponta as diferenças na concepção de “raça” entre os séculos XVII e XVIII, sendo que no primeiro havia uma “obsessão pela diferença” em uma sociedade desigual, enquanto que no XVIII começa a teorização sobre a “degeneração” das “raças” não brancas, processo que se consolida no século XIX e que vai fortalecer debates racialistas também acerca dos indígenas entre a intelectualidade na formação do Estado brasileiro (Silva, 2020; Moreira, 2010). Assim, a re-apresentação – voltando ao termo de Spivak – dos povos indígenas nas fontes produzidas no contexto de colonialidade, é atravessada por interesses e ideologias coloniais que

pressupõem a conquista, a dominação e, no limite, a desumanização de povos indígenas e afros. Portanto, como podemos buscar a atuação indígena a partir de tais fontes? Pode o indígena falar nas fontes do século XIX, ou melhor dizendo, podemos escutá-lo? Qual o papel do historiador que analisa a história de um passado que ainda é presente para muitos povos? E afinal, quais os limites para entender a atuação dos povos indígenas à frente do projeto colonizador na região da Serra Gaúcha em meados do século XIX? Acredito que, explorando as metodologias aqui abordadas e documentos de arquivo, seja possível, ao (re)conhecer tais limites, entender melhor qual o papel dos povos indígenas na formação da região nordeste do Rio Grande do Sul, e como os conflitos que marcam a frente de expansão moldaram a ocupação da região, assim como a continuidade da presença Kaingang.

Muitas pesquisas sobre os povos Kaingang abordaram nas últimas décadas, de forma direta ou não, a região aqui em análise. Destaco, em especial, as dissertações de Luís Fernando da Silva Laroque (2000) – que aborda a importância do grande número de lideranças e seu papel frente às autoridades – e de Soraia Sales Dornelles (2011) – que analisa as consequências da colonização europeia nos territórios indígenas, e os contatos entre esses e os colonos – dois trabalhos que influenciaram esta pesquisa e com as quais pretendo dialogar. Também ressalto a importância de Danilo Braga (2015), historiador Kaingang, que defendeu uma dissertação em 2015 contando a história do seu povo de uma perspectiva própria, modificando de forma irreversível, e extremamente profícua, o modo como nós historiadores lemos a história desse povo originário do planalto.

Ainda, abordando ambos os povos Guarani e Kaingang no contexto do século XIX, observando como o apagamento da sua presença resulta no tema ser velado nos registros e na história a partir do século XX, Isadora Lunardi Diehl (2023) apresenta uma crítica da documentação em relação à atuação dos indígenas, perseguindo na documentação personagens que raramente são escutados, como uma mulher Kaingang que testemunha a influência das mulheres nas guerras nos campos de Erechim. Como aponta a pesquisa de Aline Ramos Francisco (2013), vivendo em um contexto em que a escravidão era naturalizada em quase todos os níveis da sociedade, os Kaingang também mantinham suas práticas de manter prisioneiros de guerra, mas a partir de suas próprias lógicas, da abertura ao outro até a expansão do grupo familiar, apesar de que não se pode descartar a influência direta do sistema escravista. Outras pesquisas importantes foram e estão sendo realizadas, tanto com fontes documentais sobre o século XIX, quanto com fontes orais sobre os descendentes daqueles que

estavam no mosaico de campos, florestas e vales e que resistiram à investida implacável da colonização na *fronteira* nordeste da província de São Pedro do Rio Grande (Fontes e Salvador, 2022; Bastos Neto 2022; Silva, 2022).

As fontes, ao *re-apresentar* os grupos indígenas, com sentido dado por Spivak à representação, de *falar por*, fornecem informações importantes que podem ajudar a aprofundar nossa visão sobre o passado. São raras as situações em que há a intenção, em documentos administrativos, cartas, e jornais durante o Império, de transmitir mensagens dos povos indígenas para a sociedade em geral. Por outro lado, há a intenção, através do que Spivak chamaria de “mecanismos sutis”, de inserir esses indígenas em uma narrativa que contemplou os interesses do Estado-nação e seus projetos de sociedade e economia. Tal empreitada significava mais do que a violência sofrida pelos povos indígenas que estavam no caminho do desenvolvimento. Ao *re-apresentar* os indígenas enquanto sujeitos e objetos da modernidade –um processo de longa duração na qual se insere a construção nacional – os povos originários são inseridos em uma narrativa que não é sua, subordinados ao “calendário secular linear”, encaixados em uma linha ascendente de progresso em que o final é a civilização ocidental europeia. Filósofos indígenas contemporâneos estão propondo novas abordagens sobre a história da relação da sociedade brasileira com os povos originários (Kopenawa, Albert, 2015).

Um caso em que as fontes trazem mensagens dos indígenas para a sociedade está nos jornais publicados pelos freis Capuchinhos, nas colônias italianas da Serra Gaúcha, entre 1909 e 1910. Em um dos textos, publicados em italiano para a grande comunidade de imigrantes estabelecidos na região, há uma mensagem de um indígena Kaingang para o frei Capuchinho que é a seguinte: "Lembre os leitores do *La Libertà* para não chamá-los de Bugres, porque eles se ofendem muito, pois para eles é uma palavra tão ruim, que significa em sua língua: animal imundo, eles se vangloriam de ser índios, e com este nome querem ser chamados." (Brandalise, 2019, p. 49). Abordando o processo que levou os padres Capuchinhos a se aproximarem dos indígenas, através da história da ordem religiosa no Brasil e do interesse de alguns freis, foi possível perceber como os indígenas “usaram” os padres para exigir respeito dos leitores do jornal da colônia italiana, e como foram vistos como possíveis aliados nos conflitos que aconteciam com o avanço das colônias. Dentro de um contexto em que cada vez mais imigrantes e seus descendentes seguem em direção a novas terras no início do século XX, temos a fundação da colônia de Sananduva, onde os Capuchinhos também atuavam.

Os toldos ou aldeamentos indígenas criados nessa região são ligados aos eventos, ocorridos meio século antes, e abordados nesta pesquisa. Os conflitos na Serra e nos Campos na década de 1850 envolveram o cacique Doble, que eventualmente aceitou se aldear, mas não nos mesmos campos de seus inimigos Kaingang, que estavam em Nonoai. Dessa forma, ainda havia a presença Kaingang nos toldos nos Campos de Vacaria no início do século XX, onde os Capuchinhos encontram descendentes de Doble, Faustino e Fortunato.

A manifestação através do jornal Capuchinho ecoa do passado as diversas estratégias de defesa do povo Kaingang durante esse período de meados do XIX até início do XX, quando viram seu espaço de territorialidade ser drasticamente diminuído. Ao publicar o recado dos “índios”, o jornal em língua italiana comunicou para centenas de imigrantes leitores nas diversas colônias atendidas, que “não são bugres, mas sim índios, e com orgulho”. Essa afirmação, dentro do contexto comunicativo em que se insere, representa identidade, alteridade e agência, no sentido de que era essa mesma a mensagem que os indígenas queriam passar para os colonos, e utilizar o jornal dos Capuchinhos como amplificador de seus recados, o que sugere uma intenção de comunicação, e não exatamente de conflito. A postura dos indígenas, que podemos observar através da missão religiosa nos toldos de Lagoa Vermelha, é uma postura ativa, que demanda respeito e não se submete à visão do outro.

O tema da pesquisa desenvolvida aqui, que não é continuação da mencionada acima, mas é de alguma forma derivada, trata de um recorte da frente de expansão colonial no planalto meridional, especificamente na porção sudeste do mundo Kaingang (o Planalto de Araucárias) ou nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande. Como minha intenção era me aprofundar sobre a documentação existente sobre os conflitos, escolhi não entrar no âmbito de uma *biografia*, ou de uma pesquisa centrada em um sujeito histórico. Até porque, temos a crítica de Danilo Braga (2015) sobre a supervalorização das lideranças, e caciques, pelos cronistas da época e pela política de aldeamentos no estado.

Dessa forma, decidi focar a pesquisa no que chamo de sujeito coletivo, ou seja, o grupo de João Grande visto como um sujeito histórico que age de maneira mais ou menos coesa, ligado historicamente às menções a essa liderança, e vinculado geograficamente às matas de araucária entre São Francisco de Paula e Caxias do Sul. Um tema recorrente entre os interlocutores Kaingang sobre João Grande é essa territorialidade, que ora se expande para o sul, em direção a São Sebastião do Caí e São Leopoldo (atual aldeia Por Fi Gá), ora para oeste

em direção à Serra do Botucaraí (atual TI Borboleta), ora em direção a Nonoai, no Norte do estado.

Segundo Oliveira (2022 p. 26), “os fatos e os personagens da história permanecem vivos porque são polissêmicos e polimórficos em sua condição de componentes de uma narrativa, e adaptam-se a projetos políticos que existem em contextos muito posteriores.”. Para tal reflexão, é utilizado o conceito de “regimes de memória” de Johannes Fabian (2010), expandido por Oliveira (2016; 2022) para analisar a construção de alteridades e as ressignificações da história, de modo a tomar em conta sua fluidez e os aspectos transitórios e acidentais de sua materialidade.

Essas variações nas narrativas orais podem representar a dispersão do grupo de João Grande depois da perseguição sofrida, como também os territórios ocupados desde antes da colonização, que fazem parte do imaginário e da tradição oral do povo Kaingang. Apesar da riqueza de informações que se poderia ter com uma pesquisa com a oralidade, escolhi trabalhar com documentação, guiando-me, contudo, pelas narrativas Kaingang, como uma forma de *ver no escuro* das fontes, em que podemos encontrar os indígenas. Dessa forma, ora vamos tratar do *cacique* João Grande – caso seja como aparece na documentação –, ora como *grupo* do cacique João Grande, para descrever a população originária dessa região e que circulava por ali no período próximo à década de 1850.

Começo apresentando o personagem histórico João Grande pelas descrições presentes na documentação. Sua atuação é possível de ser historicizada a partir de fontes esparsas, que o retratam como um “facínora”, destacam a violência de seu grupo ao resistir aos invasores, imigrantes, colonos, fazendeiros e tropeiros que adentravam sobre os espaços de vida do povo indígena. Para apresentar esse personagem histórico, é importante mencionar que o cacique João Grande é conhecido nas fontes contemporâneas do século XIX por outros nomes além deste: Nicuó, Nicué, Nívo. Esse último nomeia uma escola indígena Kaingang no município de Farroupilha (Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Nívo), também na Serra Gaúcha (Invernizzi, 2015, p. 72). Em comunicação pessoal ao autor, o cacique da Retomada Kógühn Mág em Canela, Maurício Ven Tain, mencionou ainda a existência de outros nomes pelo qual João Grande é (re)conhecido por diversas linhagens Kaingang descendentes deste –fato que apenas menciono para reforçar a persistência da memória dessa liderança nos dias atuais.

Sobre as fontes contemporâneas de Nicuó, o primeiro a ser mencionado é o engenheiro encarregado da abertura de estradas que atravessavam o território de João Grande, o agrimensor belga Pierre Alphonse Mabilde. Em seu extenso relato, por vezes nem sempre tão confiável, diz que Nicuó liderava uma “tribo dissidente” do cacique principal Braga, que por sua vez liderava diversos grupos na região do Campo do Meio (Laroque, 2000). Essa informação pode não ser totalmente fidedigna, já que a principal fonte do agrimensor era o próprio cacique Braga. Segundo o cronista, João Grande, em um período entre as décadas de 1840 e 1850, liderava um pequeno grupo de “não mais do que vinte e três indivíduos”⁹. Esse pequeno número, se acreditarmos no relato do engenheiro, pode ser resultado da pressão demográfica sobre a região, e de cada vez mais encontros violentos entre Kaingang, colonos e bugreiros. De fato, a pressão demográfica e territorial sobre a região da Serra Gaúcha se acentua em meados do século XIX, assim como em todos os territórios Kaingang no Rio Grande do Sul. Isso porque a partir de 1846, o governo provincial concentra esforços em aldear todos os indígenas nas florestas do Norte do estado no aldeamento de Nonoai (Braga, 2015, p. 39; Laroque, 2000, p. 63-64).

Segundo o relato do engenheiro, o grupo de João Grande seria diminuto, porém temido, e contaria com a presença de um sujeito negro fugitivo do regime escravocrata. A presença de um negro fugitivo é mais do que plausível, tendo em vista que nos campos que cercavam a região da Serra Gaúcha se encontravam diversas fazendas que trabalhavam com regime escravista, em especial no distrito vizinho de São Francisco de Paula (Teixeira, 2008). Alguns relatos da época, inclusive, confundiam esse possível quilombola com o próprio João Grande, enquanto outros afirmavam que poderia ser um escravizado que havia fugido dos missionários em Guarita, no ano de 1849 (Francisco, 2006, p. 149). Já Mabilde afirma ser esse um “escravo de João Mariano Pimentel, morador dos fundos dos Campos de Vacaria” (Mabilde, 1983, p. 60-61). Minuzzo (2010, p. 28-31) também aponta correspondências da Câmara de Vereadores da Vila de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria que indicam a participação de um ex-escravizado nas guerras dos indígenas nos campos de Vacaria. Para o indigenista e cientista social Rodrigo Venzon, a presença afro-brasileira percebida no grupo de João Grande se deve a seu filho com Amália Barbosa, ou dona Dadá, mulher afro-indígena que veio escravizada com tropas do Império (Almeida, 2022 p. 25; Venzon, comunicação pessoal, 2023).

⁹ Na documentação do Fundo de Obras Públicas, objeto desta pesquisa, encontramos o número de quarenta pessoas (Dias, 1852; Vidal, 1858).

Mabilde deixou relatos muito ricos sobre os encontros com indígenas na Serra, ouviu suas histórias e suas lideranças, foi um colonizador e ao mesmo tempo um etnógrafo. Seu trabalho como agrimensor das colônias era, entre outros, coordenar a abertura de estradas, que ligavam as colônias com os Campos de Cima da Serra. Ao final de seu livro de Notas, publicado por seus descendentes apenas em 1983, Mabilde traz observações interessantes que podem ajudar a revelar por quais filtros ele criava representações dos povos indígenas. Vale ressaltar que ele era um engenheiro formado na Bélgica em um momento de expansão do capitalismo industrial pela Europa, com novas técnicas da indústria e novas filosofias da ciência que embasaram esse crescimento. Sua proposta para a “civilização dos selvagens” também envolve o serviço militar, mas vai além:

“O meio – talvez – de se conseguir algum resultado na civilização daqueles selvagens seria de, ao saírem das brenhas, estabelecê-los longe das matas, em quarteirões especiais, em cidades ou povoações onde existam arsenais de guerra e de marinha, estaleiros de construções navais, fábricas, oficinas e finalmente, estabelecimentos industriais, a cujo trabalho variado e menos penoso aqueles indígenas se aplicariam com mais gosto do que ao da lavoura” (Mabilde, 1983, p. 205)

O engenheiro belga não era de nenhum modo ignorante, e para os padrões da época era um sujeito muito letrado e reconhecido por seu conhecimento técnico, afinal, foi nomeado engenheiro chefe das colônias da província. Entretanto, ao sugerir que os indígenas, que ele havia encontrado diversas vezes, trabalhassem em fábricas, pois se entediariam pelo trabalho agrícola, ele está convicto de que a “civilização” dos indígenas seria “inevitável”, como muitos outros intelectuais de sua época, a partir de uma noção de tempo linear da modernidade.

A capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro, uma remota periferia rural, que com sua única vila durante todo o século XVIII, passou a ser o epicentro dos interesses lusos na passagem para o século XIX (Kuhn, Comissoli, 2013, p. 56). Nesse período, ainda era uma fronteira em aberto entre a sociedade do Estado-nação e as diversas formas sociais originárias, e também decorrentes da diáspora africana, mas em menor densidade. Localizada a nordeste da Província, entre campos altos, serras e vales, a região estudada aqui permaneceu pouco colonizada até meados do século XIX, enquanto outras regiões da Serra e do Planalto vão recebendo fazendas e colônias.

Nesse sentido, podemos pensar os “regimes de memória” aplicados aos personagens e fatos históricos pesquisados aqui, ao observar as múltiplas “versões” dos conflitos entre

colonos alemães e indígenas na Serra Gaúcha, desde a narrativa ligada à história da imigração, passando pelas narrativas de Mabilde, inclusive, que tem sido repensado enquanto cronista dos Kaingang no século XIX (Diehl, 2023; D'Angelis, 2006). O mesmo pode ser dito do cacique João Grande, que foi retratado pelas documentações contemporâneas como um “facínora”, inclusive por Mabilde, e na historiografia do século XXI como resistente, e que nesta pesquisa será abordado de forma a complexificar a narrativa sobre o personagem e os fatos acerca da colonização do território de seu grupo. Assim, a análise aqui se guia pelas narrativas dos seus descendentes hoje em dia, pela forma como é utilizada sua memória como potência de luta e como elemento importante da identidade social, mas também a partir das formas como foi representado como personagem histórico no último século e meio.

Tendo em vista as reflexões apontadas ao longo deste capítulo, vemos as possibilidades de analisar as fontes documentais de forma crítica e decolonial, tomando os devidos ajustes no olhar. É fundamental entender em que sentido caminhava a história para aqueles que escreviam as fontes, e qual lugar os indígenas ocupavam nessa metanarrativa do colonizador. Como aponta Quijano (2004), as construções das nações na América Latina foram permeadas pela colonialidade. Desse modo, a representação dos indígenas na documentação oficial ia no sentido de *empecilhos físicos* para as equipes de construção, colônias e fazendas nos fundões dos matos, ou como *parte dessa mesma natureza*, “selvícolas”, para utilizar um termo antiquado. Não estavam contemplados, portanto, no plano civilizatório, de desenvolvimento econômico e supostamente social que se colocava no horizonte, ainda distante da realidade em meados do século XIX. Essa é a visão presente nos documentos, além da qual o historiador que trate dos indígenas deve estender seu olhar. O que há além desse muro, senão pequenos resquícios de ação que se pode ler a contrapelo (Benjamin, 1987)?

Existem, para além da construção ocidental e linear da história enquanto disciplina até o atual momento, a tradição oral, a memória coletiva, o conhecimento ritual que é transmitido de geração em geração, as chaves mnemônicas que ativam o passado e o colocam em movimento no presente (Severi, 2009, p. 13-21). Trata-se da mesma memória que tem o potencial de opor-se ao esquecimento e às narrativas oficiais sobre o passado, os livros didáticos e o discurso acadêmico (Fabian, 2010, p. 23). Portanto, apesar de se debruçar principalmente sobre documentos e fontes contemporâneas para perscrutar sobre a atuação indígena dentro de uma perspectiva ainda ligada à História Nacional e Regional, esta pesquisa

não pode ignorar as implicações do passado sobre o presente. Fundamentalmente, o conhecimento histórico sobre esses temas é relevante não apenas para o desenvolvimento da temática no campo da história indígena, história regional e outros campos do conhecimento acadêmico, mas também toca em vivências de um passado que não é realmente *passado*, mas sim presente, e se volta ao futuro como projeto, essencialmente descolonial, de comunidades indígenas Kaingang em diversas regiões nas quais circulavam e se estabeleciam (Sider, 1994; Tuhiwai Smith, 2016; Fabian, 2019; Oliveira, 2004; Freitas, 2005; Maréchal, 2021).

2. LEGISLAÇÃO, INDIGENISMO E ESBULHO NO IMPÉRIO DO BRASIL

2.1 - Legislações acerca da Terra e dos Povos Indígenas

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a continuidade do projeto de civilização e catequese dos indígenas agravou conflitos violentos e gerou profundas mudanças ambientais e humanas, e nunca deixou de pautar as legislações, tanto no período colonial quanto no Império (Cunha, 1992b). Para contar a história do direito à terra no Brasil devemos nos remeter ao sistema colonial português, que primeiro instituiu a posse privada da terra no território. Esse conceito, o de território, tem um sentido bastante diferente para as populações indígenas, que desenvolveram por milênios um modo de vida conectado e moldado a paisagem do planalto (Copé, 2015; Moura, 2021). Ademais, é importante ressaltar que os marcos importantes eram mais como caminhos do que limites, e que se desenvolveu uma territorialidade livre, no mosaico cultural, linguístico e ambiental do Brasil originário. No caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul, é importante mencionar os caminhos que ligavam a região da bacia do Guaíba com o Alto Uruguai, delimitando um espaço de circulação bastante amplo.

A historiadora Márcia Motta afirma que a legislação de sesmarias é uma forma de traduzir a legislação medieval portuguesa na colonização do Brasil, e aqui é interessante ressaltar outro aspecto da tradução do medievo para a colonização das Américas: as cruzadas tanto em Portugal quanto em Espanha. O movimento de reconquista do território ibérico dos mouros muçulmanos que ali permaneceram por vários séculos trouxe para a história ibérica aspectos – como a preocupação com a pureza de sangue – que encontraram terreno fértil na

América pós-contato, uma sociedade baseada na hierarquia em que local de nascimento e origem tem um papel fundamental (Torres, 2011). Não é à toa que o ano de 1492, que marca a chegada de Cristóvão Colombo às Ilhas caribenhas, marca também a conquista de Granada, último importante reino muçulmano na península Ibérica. Também marca a expulsão dos judeus da Espanha e das bulas papais escritas pelo Papa Alexandre VI, dessa forma consolidando uma monarquia cuja característica mais marcante é o catolicismo enquanto religião de estado – isso é visível com a expulsão ou conversão dos não-cristãos, o que gerou também uma forma de segregar e hierarquizar pessoas com diferentes origens e religiões. Dessa forma os impérios ibéricos constituem, nas Américas, não uma sociedade que surge “do nada”, mas que reflete as origens históricas de ambos os lados do Atlântico, ressaltando também a importância da África a partir de então. São esses elementos que vão constituir, de forma mais ou menos presente, a construção da nação brasileira na primeira metade do século XIX.

A colonização portuguesa trouxe para o ambiente do contato suas próprias tradições, sendo uma delas as sesmarias, que foram introduzidas em Portugal no ano de 1375 como um incentivo para plantar em terras abandonadas visando uma resposta à crise alimentar do século XIV. A doação de sesmarias pelo rei foi uma forma de colonialismo interno, expandindo a ocupação agrícola para os lugares considerados vazios, o que tem uma relação com os processos de colonização no Brasil em que a produção agrícola, em especial a monocultura, era condição para o recebimento de sesmarias e posteriormente a alegação de posse da terra. Para se ter uma ideia da longevidade da lei de sesmarias, ela permaneceu vigente no Brasil até 1824 com a primeira constituição de um país independente, e em Portugal até 1867 (Motta, 2012).

Um dos eventos mais marcantes nesse período é a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Esse fato trouxe muitas consequências, entre elas mudanças nas configurações políticas e nos tensionamentos entre Rio de Janeiro e as outras províncias. Dois momentos muito importantes para a história indígena também são consequências diretas dessa viagem: as Cartas Régias de 1808 e 1809, que decretaram "guerra justa" contra os índios Botocudos e Coroados nos sertões do Sul e Sudeste. Ambos esses etnônimos representam, na verdade, uma diversidade de grupos de etnias indígenas, principalmente povos Jê, que ainda resistiam à invasão de seus territórios pela frente colonizadora durante um período de expansão das áreas de latifúndio e monocultura.

No mesmo ano de 1808, da publicação da primeira das cartas régias de "guerra justa", foi criado o tribunal da Mesa de Desembargo no Rio de Janeiro, única instância que poderia confirmar sesmarias fora de Lisboa (Motta, 2012, p. 234). Em setembro do mesmo ano, segundo Motta, foi criada pela corte uma norma para resolver questões sobre terras em disputa que teriam sido conquistadas na última guerra na fronteira sul. Junto com essas medidas, o tribunal da Mesa de Desembargo determinou que cada vila tivesse um juiz de sesmarias, um piloto e um ajudante de corda, e que essa equipe estaria habilitada para demarcar sesmarias em cada localidade. Fica explícito o interesse da corte em resolver questões fundiárias a partir do Rio de Janeiro, sendo essas questões vitais para a manutenção do vasto império ultramarino cuja capital agora se localizava na sua principal colônia. Ou seja, era preciso tranquilizar os súditos poderosos e atender seus interesses. Outras medidas demonstram como as políticas fundiárias no início do século XIX, foram no sentido de esbulho territorial dos povos indígenas atacados: em 1809 foi estipulado o prazo de 10 anos para a distribuição de terras "resgatadas" dos botocudos (ou seja, os territórios frutos do esbulho que se seguiu ao extermínio de comunidades inteiras); dois anos depois ocorreu a concessão de terras de sesmarias para fundação de colônia de irlandeses no Rio Grande do Sul demonstrando sinais precoces do projeto de colonização deste território com populações europeias (Motta, 2012, p. 238).

No ano de 1814 foram concedidas 37 confirmações de sesmarias, provavelmente pois era ali um local em que a coroa tinha um particular interesse em resolver problemas com a elite local por ser uma área de fronteira e ainda muito instável. Essas terras eram frutos dos conflitos com os Castelhanos, mas também com os indígenas dos grupos Jê, Guarani e Charrua. A expansão dos limites da fronteira sul da América Portuguesa contou com a atuação de uma elite econômica que era encarregada dos assuntos militares, devido “nova lógica de ocupação efetiva do Império Português”, que “utilizou uma estratégia híbrida para a localidade: ao mesmo tempo fortaleza militar e povoação, com habitantes civis dedicados à lavoura e à pecuária. Juridicamente, o estabelecimento era definido enquanto comandância militar, respondendo ao Rio de Janeiro, tal qual Colônia do Sacramento.” (Kuhn, Comissoli, 2013, p. 67). Na jovem capital da província do Rio Grande de São Pedro, em 1819, foi criado o cargo de escrivão de medições de sesmarias da vila de Porto Alegre.

No nordeste do Rio Grande do Sul, a concessão de sesmarias começou tardiamente, já próxima de seu fim, e principalmente para militares ou fazendeiros que atuaram nas guerras

por Portugal na região do Prata entre o século XVIII e XIX. Tal qual a legislação indigenista após a Independência, a legislação de terras também se tornou vaga e inconclusiva, levando a que os poderosos utilizassem as ferramentas existentes de maneira a consolidar ou aumentar seu poder.

Muitas das políticas do século XIX se preocupavam com a ocupação efetiva dos territórios, que historicamente eram feitas pela conquista militar e estabelecimento de colônias. As experiências históricas do século anterior estabeleceram essa dinâmica. O historiador Eduardo Neumann aponta a fronteira tripartida na região platina até meados do século XVIII, entre os jesuítas e os Guarani, a partir do Noroeste; os castelhanos, a partir do Sudoeste; e uma portuguesa a partir do Leste (Neumann, 2004; Moraes, 2008). Essa dinâmica decorre da importância e da extensão do controle que os Guarani tinham sobre o território das reduções. Posteriormente, Leandro Goya utiliza o conceito formulado por Richard White, o *middle ground*, referindo-se a um espaço de fronteira onde existe um equilíbrio de forças entre grupos distintos, de modo que não há uma submissão completa de um grupo a outro. O que teria ocorrido, então, foram trocas e negociações de um lado e de outro. Goya ressalta que o poderio militar dos Guarani nas reduções era tamanho que supera tanto o exército português quanto o espanhol, se considerados separadamente (Goya, 2020). É interessante notar que as duas potências rivais tentavam cooptar as populações Guarani para seu lado após o fim da Guerra Guaranítica em 1756, pois eram hábeis trabalhadores, e havia uma necessidade de manter povoados os territórios para assegurar sua posse, em um contexto de disputa.

A Constituição de 1824, primeira do país independente, por um lado, põe fim ao sistema de sesmarias, por outro, consolida a propriedade da terra tal como ela foi se constituindo durante todo o período colonial: enquanto instrumento de riqueza e poder, um privilégio para os súditos do rei católicos e de origem portuguesa, excluindo, portanto, a maioria da população brasileira nesse período, que era de indígenas, africanos e seus descendentes, escravizados e livres. A década de 1820 foi um momento de debates importantes sobre o futuro de Portugal e do Brasil, com os intelectuais formados em Coimbra atuando dos dois lados do Atlântico propondo novas leis e práticas políticas. Como apresenta Márcia Motta (2012), as críticas ao regime de sesmarias por parte dos liberais eram apologias da propriedade privada como um direito, e a sesmaria estaria pautada em meios violentos de coerção da liberdade individual vinculada com a “natureza humana” (Motta, 2012, p. 204). De

certo modo, a crítica liberal buscava, entre outras coisas, o direito da propriedade da terra, mesmo que improdutiva.

Outro relato que Motta traz dos debates políticos desse período é de Antônio Chaves, na constituinte de 1823, a qual reconheceu os índios proprietários de suas terras, tal qual outras legislações que reconheciam o "direito natural". Porém apresentou também uma visão em que os indígenas eram considerados um estágio menos avançado da civilização e havia a necessidade de "ajudá-los". Para entender como os territórios controlados pelos povos indígenas ainda eram relevantes no sul e no sudeste do Brasil no início do século XIX, Antônio Chaves afirma que “as terras estão quase todas repartidas e as que não estão são sujeitas a invasões dos índios” (Motta, 2012, p. 253). Continuando, Chaves apresenta três tipos de terras partilháveis no Brasil e, entre elas, as "terras estranhas" dos indígenas, que só podem ser partilhadas depois de terem sido adquiridas por "transação justa e legal", isto é, terras não distribuídas e pertencentes à nação. É interessante notar que as terras devolutas são consideradas, ainda que não de forma explícita, quase como vazias de ocupação humana, porém é evidente que as terras devolutas eram, na verdade, terras ocupadas ou disputadas por populações indígenas.

Apesar dos debates propostos por Chaves, a Constituição de 1824 não trouxe resolução sobre a questão da posse da terra e seus problemas, pois a questão principal era constituir-se enquanto uma nação, distinta de Portugal. Além de uma indecisão sobre esse tema, a questão indígena também ficou irresoluta, apesar de José Bonifácio de Andrada, nome importante nesse processo, ter apresentado um texto com essa temática à Comissão de Colonização, Civilização e Catequese dos Índios. O fato de essa ser uma comissão da Assembleia Constituinte já demonstra a centralidade desse tema. As disputas em torno da posse da terra, da definição de cidadania no Império e se os indígenas caberiam nessa categoria, e especialmente as consequências violentas das Cartas Régias de Dom João VI (ou seja, as guerras contra grupos autônomos nos sertões meridionais) levaram à inconclusão e ausência de nova legislação indigenista, que seguiria até o Regulamento das Missões em 1845¹⁰.

¹⁰ Analisando as formas de autogoverno de indígenas na Capitania do Espírito Santo, Vânia Moreira explicita as brechas na legislação que existiram entre o Diretório Pombalino de 1755 e o Regulamento de Missões de 1845. Nesses quase 100 anos entre as duas grandes legislações abrangentes sobre a questão indígena, existiu um “vazio” legal que poderia ser transfigurado tanto em mais violência e exploração, segundo costumes de cada local, ou ainda de autogoverno e autonomia dos indígenas, como aponta a autora para algumas vilas indígenas no Espírito Santo (Moreira, 2019).

Ao final dos debates da Constituinte, interrompidos pela dissolução da Assembleia e prisão e expulsão de deputados por ordem de Dom Pedro I, no evento conhecido como Noite das Adagas, a propriedade privada foi consagrada sem nenhum tipo de acerto com o passado. A constituição de 1824 garantiu em toda sua plenitude – ou seja, sem nenhuma obrigação de cultivar – o direito privado à terra. Como aponta Motta ao final de seu livro, estão ali estruturados os dois principais pilares do Império Brasileiro, a propriedade escrava e a posse da terra.

Percebemos através da historiografia que a questão da posse da terra estava em voga no início do século XIX, sendo um dos principais problemas abordados no processo de construção nacional. Outra questão que ocupava os debates entre as elites agrária e política era a questão da mão de obra, a qual envolvia o destino de africanos, indígenas e europeus, entre regimes de escravidão e liberdade. Nas primeiras décadas do século XIX, a população indígena era realmente significativa frente aos outros grupos étnicos, como aponta o historiador José Murilo de Carvalho: “[o]s escravos representavam em torno de 30% da população total. Na época da Independência, o número de ‘índios não domesticados’ era estimado em 800 mil. O de escravos, 1,1 milhão” (Carvalho, 2012. p. 85).

O sistema econômico vigente no início do século XIX é o da grande propriedade de terra, ou latifúndio, e o uso massivo da mão de obra de pessoas escravizadas. É importante ressaltar que, apesar de a maioria dessa massa escravizada ser composta de africanos e seus descendentes, ainda permanecia comum em várias regiões a escravização de indígenas, como aponta Dornelles em sua tese de doutorado, na qual estuda a permanência do costume de escravizar indígenas na província Paulista apesar de legislações contrárias (Dornelles, 2018). No Rio Grande de São Pedro, a mão de obra indígena – que na primeira metade do XIX era principalmente de Guarani e Charrua, e na segunda metade passa a incluir também os Kaingang – foi fundamental para a abertura de estradas, trabalho agrícola e funções urbanas e militares. Como exemplo específico, na Porto Alegre do século XIX, havia um quartel que

abrigava uma tropa de indígenas Guarani que tinha como função, pelo menos até 1850, o depósito de pólvora.¹¹

Outros trabalhos em que a presença indígena era comum na província sulina eram os arsenais da marinha, a colheita da erva mate e a abertura de estradas. Como foi mencionado, a chegada da família real ao Rio de Janeiro desencadeou uma nova fase de expansão colonial pelos sertões do Brasil através das chamadas “guerras justas”, instituídas pelas Cartas Régias em 1808 e 1809. Apenas em 27 de outubro de 1831 foi promulgado um decreto que “revoga as cartas régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios”. É interessante ressaltar o artigo terceiro do decreto: “os índios todos até aqui em servidão serão dela desonerados” (Brasil, 1831, p. 165). Percebe-se como o trabalho forçado era uma prática que atravessava a relação do Império com os povos indígenas.

No mesmo ano, em 7 de novembro de 1831, é promulgada a Lei Feijó, que proibiu o tráfico de escravos. Essa lei, pela sua repercussão, ficou conhecida como uma “lei para inglês ver”, sendo promulgada apenas para amenizar a relação com os britânicos que pressionavam para o fim do tráfico de escravos. Ambas as leis do ano de 1831 parecem trabalhar para a liberdade dos indígenas e dos africanos escravizados, contudo a sua aplicação foi muito limitada pela pressão dos grandes latifundiários e da elite brasileira, os quais não tinham interesse no fim da escravidão, pelo contrário, buscavam mais mãos para a expansão das lavouras, principalmente do café. Prova disso é que os debates acerca da lei de 1831 serviram para aglutinar forças contrárias à repressão do tráfico que formaram a maioria e chegaram ao poder em setembro de 1837, no movimento político chamado de “guinada conservadora”, que teve um impacto muito duradouro sobre a política imperial e o destino da escravidão no país (Mamigonian e Gringberg, 2018).

É preciso historicizar as legislações desse período, pois atendem a diversos interesses que estão em disputa, no contexto da formação de um estado nacional no Brasil. Na tese de Dornelles (2016), podemos observar as conexões entre a formação das legislações de terra e sobre indígenas nos debates legislativos. Citando Sposito (2012), Dornelles aponta o empenho

¹¹ Cronistas da Porto Alegre novecentista escreveram sobre o quartel que abrigava a tropa de guarani na esquina da Vasco Alves com a Riachuelo, no chamado “beco dos guaranis”, onde ficava o depósito de pólvora da cidade, e a participação por vezes pitoresca dessa tropa na vida social da incipiente cidade (Porto Alegre, 1940). No relatório do Presidente da Província Francisco Soares de Andrea, proferido na Assembleia provincial em março de 1850, é relatada a explosão da casa de pólvora da capital, porém sem mencionar a localização. Pelo cruzamento de informações, supõe-se que foi o depósito que ficava no Quartel dos Guaranis, reforçando a precariedade do trabalho indígena no período.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em pressionar o legislativo “para uma saída civilizadora, porém humanitária para os índios, via catequese” (Dornelles, 2016 p. 30). Nos anos seguintes, esse tema é debatido entre os parlamentares, enquanto nas províncias vai aumentando a atuação das ordens, principalmente capuchinhos e jesuítas. Em um período de formação do estado, a instabilidade territorial era uma preocupação presente, e bastante relacionada com os indígenas, nas palavras do senador Pereira de Vasconcellos em 1844: “[...] chama-los aos nossos interesses” (in: Dornelles, 2016 p.31). Finalmente, em 1845, “depois de 23 anos de propostas, discussões e levantamentos malogrados” (Sposito, 2012 p. 140 *apud* Dornelles, 2016 p. 32), foi publicado o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios, pelo Decreto Imperial nº 426. Dornelles resume de forma geral a estruturação da lei:

Foi apresentada uma estrutura administrativa minuciosa. O documento determinou que: cada província teria um Diretor Geral de Índios, nomeado pela sua majestade, o Imperador; cada aldeamento, por sua vez, possuiria um Diretor nomeado pelo Presidente da Província, sob proposta do Diretor Geral; aos missionários foi delegada a catequese e educação dos índios, atividades de registro e censitárias; e foram criados os cargos de tesoureiro, almoxarife, cirurgião e pedestres. (Dornelles, 2016 p. 32)

Os debates continuaram nos anos seguintes para outra lei fundamental na formação da estrutura fundiária do Brasil, a Lei de Terras. A questão da terra é, como foi apresentado aqui, tão antiga quanto a colonização portuguesa do continente americano, assim como o contato com os povos indígenas, e praticamente tanto quanto o uso de mão-de-obra escravizada africana. Em meados do século XIX, essas questões eram problemas que necessitavam ser abordados. Primeiro, o Regulamento das Missões para demarcar os territórios dos indígenas, legitimando a posse brasileira dos territórios, liberando terras para colonização e utilizando a mão de obra indígena, tendo em vista que o fim da escravidão se avizinhava. Depois, a Lei de Terras para garantir a posse da terra através de negociações de compra e venda, uma forma de promover a vindoura colonização europeia, além de manter a alta concentração fundiária. Assim, esse conjunto de leis aborda os problemas da integridade territorial, substituição da mão de obra escravizada africana, e abre caminho para a colonização estrangeira. Tais foram os mecanismos de sujeição da posse da terra para os interesses da elite, que para a população negra, liberta ou na espera da Lei Áurea, foi dificultado o máximo a posse pelo uso e costume. Em relação aos povos originários, havia um artigo da Lei de Terras que incumbia o Governo a tarefa de demarcar as terras devolutas que julgasse necessárias à colonização dos indígenas.

Relacionando as questões centrais da formação do Estado Nacional brasileiro, as legislações do período imperial modificam a maneira de se relacionar com os povos originários.

A suspensão das sesmarias com a Lei de Terras se insere em um processo amplo de estabelecimento de modelos liberais, promovendo a mercantilização da terra, corolário da Revolução Industrial. Através da formação educacional na Europa, a elite brasileira trouxe os princípios liberais que influenciaram os debates acerca da mudança na questão fundiária na formação do império do Brasil. O contexto da época apresentava casos de posses de comunidades indígenas dentro do sistema de sesmarias (p.ex. Moreira, 2017), e havia a necessidade de criar mecanismos de apropriação dessas terras. Lucio Mota aborda a estratégia de transformar em mapas e relatórios, territórios controlados por indígenas em “terras vazias” para justificar o esbulho (Mota, 2009).

No mesmo ano de 1850, apenas 14 dias separam a promulgação de uma lei que restringe ainda mais o tráfico de africanos para o Brasil de outra que restringe o acesso à terra aos futuros libertos. Em 4 de setembro desse ano, a Lei Eusébio de Queirós estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos escravizados no Império. Isso significava que o fluxo de mão de obra cativa da África para o Brasil seria inevitavelmente diminuído. O que gerava um problema para a expansão do latifúndio da monocultura: quem iria trabalhar? Os debates acerca dessa questão favoreceram as políticas de imigração de europeus, que se consolidaram no último quarto do século.¹²

No calor do debate, outra fonte de mão de obra foi considerada: os indígenas, especialmente aqueles que ainda viviam em territórios autônomos. Dessa forma, e de maneira sutil, as duas leis promulgadas em 1850 permitem a possibilidade do roubo das terras indígenas, o que teria como consequência esperada a disponibilização dos braços nativos para substituir a mão de obra africana. Esse desfecho específico ocorreu apenas parcialmente e de forma diminuta porque a mão de obra indígena tinha outros problemas que acarretavam na sua utilização, como o risco de fugas e revoltas, além de outras leis que garantiam seu direito ao território.

¹² Segundo Jorge Cunha, havia a necessidade de inserir no sul do Brasil uma população de pequenos e médios produtores rurais que ajudassem na reestruturação da agricultura provincial e mantivessem o equilíbrio político, com imigrantes afeitos à Monarquia. Entre 1848 e 1874, período em que a imigração esteve sob responsabilidade provincial, ingressaram no Rio Grande mais de 22 mil imigrantes, sendo 19 mil deles de origem alemã. (Diehl, 2023 p. 201)

De forma muito assertiva, a Lei de Terras permitiu o esbulho dos territórios indígenas, pois os transformava juridicamente em "terras devolutas", abrindo caminho para que fossem vendidas pelo estado ou utilizadas na fundação de colônias agrícolas baseadas na pequena propriedade, principalmente na região Sul, e povoadas com imigrantes europeus. Em 1850 também ficou proibido que essas colônias agrícolas tivessem trabalho escravo (Lei 183 de 18 de outubro de 1850) e, no ano seguinte, foi promulgada lei para medição de terras nas colônias e exploração de Terras Devolutas apropriadas para colonização (Lei 229 de 4 de dezembro de 1851). Assim, as terras das quais os indígenas foram expulsos serviram para receber milhares de imigrantes que desenvolveram uma agricultura afastada do latifúndio e da mão de obra escrava. O trabalho indígena foi fundamental para a constituição dessas colônias apesar de que a memória do seu esforço e da sua presença tenham sido apagadas, a partir de uma narrativa histórica que se consolidou ao longo do Império e passando pela República: a de que esses territórios eram "terras vazias".

Podemos observar essa tensão sobre o destino dos indígenas nos debates do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destrinchados pela historiadora Vânia Losada Moreira (2010). A autora afirma que, no contexto de construção nacional no século XIX, "do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos, fazer ou não parte das narrativas históricas das nações tornou-se, desde a ascensão das nações e dos nacionalismos, uma questão estratégica". E que apesar de os indígenas pouco aparecerem na historiografia sobre o Império, os relatos dos contemporâneos reafirmam que esse tema era um "um dos assuntos centrais do processo de estruturação do Brasil como nação independente" (Moreira, 2010, p. 55).

Moreira analisa três intelectuais distintos para fazer um balanço do debate acerca da questão indígena no espaço de construção de conhecimento mais prestigioso do Império, reafirmando que não havia apenas uma posição sobre o tema, mas sim diversas, que transitavam entre a negação da humanidade desses povos, o uso de seu trabalho e a garantia de ao menos alguns de seus direitos. Para se ter uma noção da importância do tema, foi o assunto mais publicado na Revista do IHGB, entre outros como explorações e viagens científicas e o debate sobre a história regional. Entre os tópicos que guiavam o debate sobre os indígenas estava, obviamente, a terra ocupada por eles.

Os contextos geopolíticos e sócio-históricos, tanto dentro do território que estava se constituindo como nacional como fora, levaram à promulgação da Lei de Terras de 1850, um

novo ordenamento jurídico para organizar essa questão tão espinhosa que era a posse da terra. Sobre a garantia dos direitos indígenas, Moreira comenta que a “nova lei, contudo, apenas garantiu o uso de terras devolutas para ‘colonização indígena’ nos distritos em que existissem ‘hordas selvagens’, omitindo-se com relação às terras indígenas que possuíam títulos legítimos” (Moreira, 2010, p. 57).

Dessa forma, pode-se entender esse dispositivo legal como continuidade das políticas de assimilacionismo das populações indígenas desde o período do Marquês de Pombal e o Diretório dos Índios. As “hordas selvagens” seriam aldeadas em territórios demarcados onde, aos poucos, seriam incorporados aos “brasileiros”, enquanto que os aldeamentos mais antigos já eram considerados incorporados e, por isso, não mereciam qualquer tipo de proteção. Podemos ver como essa legislação seguia os pressupostos de que o caminho “natural”, para os indígenas, era perder sua indianidade e se transformarem em “brasileiros”. Tal noção de desenvolvimento também se relaciona com a forma com que a História foi sendo constituída enquanto disciplina e enquanto narrativa sobre o passado, na qual forças nem tão sutis produzem o apagamento dos povos originários, com a noção de que o desenvolvimento e a civilização fariam com que os indígenas deixassem de o ser, sendo incorporados à massa de trabalhadores nacionais, de um jeito ou de outro, enquanto símbolos de uma identidade nacional, mas desaparecidos no presente.

Mesmo após a independência, essa questão estava longe de ser resolvida, e mesmo hoje em dia é pauta central nos debates políticos no âmbito dos três poderes. Um exemplo disso é a condenação do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal e a subsequente reação de representantes do agronegócio,¹³ o que demonstra como ainda há interesses envolvidos no esbulho de territórios indígenas mesmo em época de vigência da Constituição de 1988, que garante direitos aos povos indígenas.

No decorrer deste trabalho, poderemos constatar a pertinência dessas ideias em personagens importantes na política oficial da província sobre os conflitos de fronteira na Serra Gaúcha em meados do século XIX, envolvendo “hordas hostis”, “terras devolutas”, brasileiros e o avanço da frente de expansão a partir de um projeto de colonização estrangeira.

¹³ “Derrubada do marco temporal 'terá consequências drásticas para o setor agropecuário', diz CNA” Azevedo, Gabriel. Canal Rural, 21/09/2023. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/derrubada-do-marco-temporal-tera-consequencias-drasticas-para-o-setor-agropecuario-diz-cna/>> Acesso em: 18/11/2023.

2.2 - Fronteiras Indígenas no Brasil do Século XIX

A historiografia tem trabalhado na tarefa de investigar os processos históricos que envolveram o avanço das frentes de expansão sobre os territórios indígenas ainda não colonizados. Diversas periferias do Império durante o século XIX, passaram por um processo de avanço da fronteira colonial. Esses territórios eram serras, florestas, vales, nos quais habitavam indígenas não aldeados que muitas vezes resistiram ativamente contra o avanço das frentes pioneiras. Diretamente ou indiretamente, muitos grupos indígenas entraram em guerra com as frentes de expansão, enquanto muitos outros fizeram acordos com as autoridades do Império, abandonando seus territórios originários e se estabelecendo em terras demarcadas ou aldeamentos oficiais. A questão do trabalho indígena e de seus territórios se torna ainda mais aguda no século XIX, com o declínio do comércio de africanos escravizados e a crescente chegada de imigrantes europeus.

Os conflitos de fronteira são uma parte importante dessa pesquisa, de forma que trazemos aportes teóricos para compreensão das complexidades envolvidas. Nesse ponto, estamos falando de fronteiras internas do Brasil. O sociólogo José de Souza Martins analisa 100 anos de conflitos em fronteiras internas, de 1877 até 1977, principalmente na Amazônia, mas também em São Paulo e Santa Catarina, contextos que se aproximam mais desta pesquisa. Martins define essa fronteira como um lugar de intolerância, ambição e morte, onde ocorre o desencontro genocida de etnias (Martins, 2022, p. 9-11). Também refina os conceitos com os quais trabalha, como *frente de expansão*, que seria a expansão territorial do capital através do deslocamento das *frentes pioneiras*, ambas componentes do mesmo processo de expansão da sociedade nacional sobre territórios dos povos indígenas. Processo esse do qual o capitalismo brasileiro depende, através do esbulho e violenta exploração (Martins, 2022, p. 24).

Representando as formas de perceber as experiências nas zonas de fronteiras internas, Martins explora o conceito de diversos “tempos históricos”, e sua análise, em parte, utiliza de conceitos e analogias que apontam para uma visão do que Johannes Fabian chama de negação da coetaneidade (Fabian, 2013, 2010). Como, por exemplo, no trecho: “No ‘polo atrasado’ desse movimento há uma situação social complexa que envolve desencontros próprios de uma coetânea diversidade de tempos históricos cuja peculiaridade está em que é vivida pelas mesmas pessoas” (Martins, 2022 p. 28). Percebe-se que o autor tem uma visão crítica a

respeito da noção de que os povos indígenas e os nacionais viviam em diferentes tempos históricos, e assim mesmo, é possível perceber como essa ideia é influente no trabalho de Martins. Em outro momento o autor afirma que se impõe, nesse desencontro, um “abismo histórico”, deixando o leitor a compreender que os sujeitos implicados nessa situação de fronteira ultrapassam não apenas barreiras físicas, linguísticas, culturais e naturais, mas também temporais.

Essa metáfora com certeza é ilustrativa de uma maneira de ver, através das ciências humanas, os momentos de avanços da fronteira interna brasileira. Do ponto de vista da experiência dos sujeitos, até que ponto podemos vislumbrar isso enquanto historiografia? Será que é possível complexificar as afirmações do sociólogo brasileiro sobre o suposto “abismo histórico”?

Para investigar essa questão, de um ponto de vista teórico que possa auxiliar a compreensão dos processos históricos mais amplos abordados ainda neste capítulo, trazemos a abordagem antropológica de Johannes Fabian, em seu livro “O Tempo e o Outro”. Ao analisar a construção temporal ocidental, como “uma tentativa de vislumbrar um futuro pós-colonial para a antropologia” (Fabian, 2010 p. 17), o autor desconstrói formas de representar o tempo na escrita, em Tempo Físico, Tempo Mundano, Tempo Tipológico (ou Moderno) e Tempo Intersubjetivo. Sem entrar nos meandros, relaciono os conceitos de Martins entre o Tempo Tipológico – que engloba o uso de intervalo entre grandes eventos culturais marcantes (dicotomia tradicional vs. Moderno) e o uso do tempo como qualidade, nos moldes da filosofia da história – e o Tempo Intersubjetivo, fenomenológico, que aborda a natureza comunicativa, criando significados e considerando o tempo como uma dimensão constitutiva da realidade (Fabian, 2013, p. 24-25). Apesar de utilizar o conceito de diferentes tempos históricos ao abordar diferenças étnicas e posições de força em um conflito pelo território e pela sobrevivência nos confins do Brasil, Martins também aponta para a experiência do sujeito histórico, quando afirma que é o mesmo sujeito quem vivencia os diferentes tempos históricos.

Para a análise historiográfica, especialmente tendo em vista uma análise mais micro do que macro, o Tempo Tipológico não engloba a diversidade de experiências e ainda pode subjugar o indígena ao passado, mesmo que no presente. Condená-lo a uma primitiva idade carrega significados de selvageria, barbárie e desumanidade, aspectos comuns das práticas

violentas em todos os polos da fronteira, em especial do branco, nacional, regional. Entender o indígena como coetâneo dos outros sujeitos históricos é um esforço no sentido de desconstruir conceitos como de “atraso” ou de “abismo histórico”. No fundo, essa conceituação aponta para uma linearidade da história, como se os indígenas estivessem entrando em um tempo que não era o deles, que estava à frente do deles, mas que dali em diante eles fariam parte, eventualmente e inevitavelmente chegando no mesmo ponto em que seus antagonistas na fronteira, que nesse ponto já estarão mais alguns degraus acima na suposta escada histórica. Essa forma de entender acaba limitando a análise das experiências e pode resultar em anacronismos.

Existem outras abordagens para fronteira que são úteis para entender o contexto das frentes de expansão no século XIX. Diversos autores com pesquisas próximas trazem diferentes compreensões do conceito de fronteira que complexificam o espaço entre dois grupos distintos, em que o maior vai sempre englobando o menor. João Pacheco de Oliveira traz a ideia de que, pelo esforço de criação do imaginário da nação, o outro deveria ser subjogado, portanto a fronteira é também um “lócus de negação de direitos” (Oliveira, 2016). Para Barth (2011), a fronteira se afirma na diferença, em um processo de construção étnica, e para Pratt (1999), a *zona de contato* é um local de adaptações, improvisos, onde novas dinâmicas são estabelecidas continuamente.

Em suas pesquisas, Aline Francisco aborda o contexto das interações entre Kaingang e ocidentais durante a conquista e colonização do sul do Planalto Meridional, durante os séculos XVIII e especialmente o XIX, com foco especialmente na questão da captura de pessoas de fora para viver entre os Kaingang. Sua hipótese é a de que a interação dos Kaingang com uma sociedade escravista ampliou a prática de uma das formas de incorporar o outro entre os Kaingang, e entre os Jê em geral: o cativo (Martins, 2022, Francisco, 2013, p. 15). A historiadora traz alguns casos em que o cativo e a incorporação fizeram parte de processos importantes relacionados à conquista do território, e da reorganização dos grupos Kaingang frente a um contexto bastante disruptivo. A autora ressalta o papel central no rapto entre os Kaingang, destacando inicialmente que eles passaram o século XIX inteiro sob o risco de escravização e de integração pelos aldeamentos, dois sistemas consolidados durante o império, e eles próprios também praticaram raptos. Tal qual Martins, Francisco coloca a prática de manter cativos de outros grupos (especialmente de brasileiros) entre os Kaingang (Jê), como um ponto nevrálgico na relação entre esses e a sociedade envolvente, em que são

ressaltados aspectos como o fortalecimento de lideranças, o acirramento de conflitos, mudanças nas estruturas de parentesco e a prática da escravidão (Francisco, 2013 p. 327).

Ao norte do recorte desta pesquisa histórica, chegamos no Norte de Santa Catarina, com a história dos Xokleng/Laklãnõ, contada pela historiadora Luisa Tombini Wittmann, em seu livro “O vapor e o botoque”, onde aborda o processo de guerra, colonização e aldeamento dos Xokleng/Laklãnõ nos vales a norte do estado, especialmente do Itajaí, onde se instalaram diversas colônias alemãs a partir de meados do século XIX. Tal processo desencadeou um conflito que se acirrava cada vez mais entre o polo brasileiro, ou, no caso, majoritariamente imigrante e alemão, e esse povo indígena, também Jê, mas que se diferencia dos Kaingang historicamente.

Desse modo, a história narrada por Wittman é uma história de violência muito bem documentada, de apagamento histórico e de incorporação forçada a partir da pacificação dos Xokleng/Laklãnõ sobreviventes. Apenas a partir de 1914, com a fundação do Posto Indígena Duque de Caxias, hoje Terra Indígena Ibirama/Laklãnõ, única terra dessa etnia demarcada,¹⁴ ocorre a “pacificação” desse povo. O tema dos raptos e dos bugreiros estão presentes e interligados nessa história e contam de uma maneira aprofundada o que ocorria aos grupos indígenas que se recusassem a negociar e se aldear, ou seja, uma proposta de extermínio. Na lógica dos grupos indígenas, guerras de sobrevivência.

No Paraná, Lucio Mota conta a épica narrativa das guerras entre os Kaingang do planalto paranaense e as frentes pioneiras, que foram rechaçadas no século XVIII, tendo êxito apenas no século seguinte. Sobre as guerras e conflitos, Mota afirma que:

¹⁴ Existem, no momento da escrita desta dissertação, pelo menos mais dois acampamentos, ou Retomadas, do povo Xokleng, uma em Blumenau-SC e outra em São Francisco de Paula-RS, apontada no Mapa 2.

A conquista dos territórios Kaingang foi feita em meio à **reação permanente** dos índios às vilas que brotavam em suas terras, às fazendas implantadas em seus campos, aos viajantes, tropeiros, comerciantes e aventureiros que cruzavam suas matas e campinas, às patrulhas da guarda nacional e provincial que percorriam suas terras. [...] Os choques contra as populações conquistadoras foram uma constante na vida Kaingang desde o século XVIII. Nessa relação conflituosa, criaram técnicas de combate, refinaram táticas de luta, aperfeiçoaram formas de atacar e de manter o inimigo sobre pressão, enfim, desenvolveram técnicas de guerra, de guerrilhas, de emboscadas e ataques capaz de fazer frente a um inimigo muito superior a eles. Confirmando a ideia de Florestan Fernandes que desmistifica a pseudo pacificidade dos índios durante a conquista e a ocupação europeia.” (Mota, 2009, p. 15-16, grifos meus)

Além de abordar as guerras, Mota também aborda a construção da invisibilidade indígena e dos territórios ocupados como “espaços vazios”, aspecto que também se configura na região da Serra Gaúcha. Tanto durante o processo analisado, como pode ser lido nas fontes, como durante a construção da historiografia regional, como aborda Lucio Mota de forma ampla, atravessando o século XX.

Já em São Paulo, é interessante observar, através dos trabalhos de John Monteiro e Soraia Dornelles, a longa duração das práticas de uso do trabalho forçado dos indígenas da província. Em “Negros da Terra”, Monteiro identifica o trabalho forçado de indígenas escravizados como o motor da economia paulista na época da conquista até o século XVII (Monteiro, 1994). Dornelles, por sua vez, em sua tese, analisa no século XIX a permanência desse tipo de trabalho, em outras fronteiras internas, já no Oeste e Sul do estado. Entre as legislações e as práticas de brasileiros e indígenas em relação a elas e entre si mesmos, os costumes se enraízam no tecido social e sobrevivem às forças contrárias, como a Legislação Pombalina de meados do século XVIII, que garantia um status mais próximo de cidadania para indígenas que aceitassem se aldear, aprender a língua portuguesa e se declarar súditos do Rei de Portugal.

A historiadora Vânia Moreira Losada aborda a construção da autonomia de grupos indígenas frente ao controle colonial, tanto interno quanto externo. Ela afirma que, na medida que findava o século XVIII e que não houve alterações significativas na legislação sobre a questão indígena, o regime pombalino nas aldeias se mostrou uma possibilidade de garantia de direitos e autonomia para indígenas aldeados no litoral do Espírito Santo (Moreira, 2019).

A primeira metade do século XIX marcou a construção de um Estado nos territórios colonizados por Portugal e, até a metade do século, o Brasil não se configurava como uma

nação estabelecida. Podemos marcar dois momentos institucionais que retornaremos durante a análise das fontes: a fundação da Guarda Nacional em 1831, influenciada pela instituição francesa de mesmo nome, “colocou a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, os proprietários”. Em sua pesquisa, Carvalho chama de “descentralização de 1834”, um processo político que provocou um “fenômeno centrífugo” (Carvalho, 2012, p. 89-90) com diversas revoltas e guerras - como a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou uma década, entre 1835 e 1845. Durante esse período, a história indígena se torna mais nebulosa, já que as forças armadas e milícias locais estão ocupadas lutando entre si. Nesse contexto, os territórios indígenas não são sistematicamente explorados – exceto em caso de recrutamento forçado e massacres dos próprios indígenas para a guerra, apesar dos registros ficarem mais escassos sobre a participação indígena nessa e em outras guerras civis no Sul do Brasil, apesar de estarem melhor documentadas em outros contextos.¹⁵

A negociação dentro da política de aldeamento não era o único modo de atuação dos indígenas durante o período de avanço das frentes coloniais, apesar de ser o mais incentivado pelo Império. Durante esse período, percebe-se, em locais de fronteira mais antiga, ou de aldeamentos coloniais, um apagamento desses territórios antes demarcados. Uma forma de apagamento e assimilação combinada com esbulho de terras que foi comum no nordeste brasileiro e que, apenas após a Constituição de 1988, as identidades étnicas começam a ser oficialmente reconhecidas pelas autoridades (Oliveira, 1999).

A pesquisa de Mariana Dantas (2015), analisa tanto a incorporação e apagamento dos aldeamentos no interior de Pernambuco e Alagoas quanto a relevância da participação de grupos indígenas em conflitos e revoltas do período. Para colocar os indígenas dentro de processos históricos mais amplos, a autora se utiliza do jogo de escalas, conceito do historiador francês Jacques Revel para entender a participação política dos indígenas como contemporânea de uma abertura política influenciada pelo liberalismo, especialmente no período regencial, que a autora classifica como “grande laboratório de formulações e práticas políticas e sociais”. Para ela, os indígenas foram os grandes protagonistas do século XIX brasileiro (Dantas, 2015, p. 281-2), ideia que compartilho, dada a relevância demográfica, territorial e política que os grupos indígenas detinham, e que muito perderam nesse século.

¹⁵ Para pesquisa sobre participação de indígenas na Guerra Farroupilha, ver Neumann, 2014. No contexto das revoltas do Ceará, ver Costa, 2016. Sobre revoltas em Pernambuco e Alagoas, ver Dantas, 2015.

Analisando uma região próxima da estudada aqui, as pesquisas do livro “A Terra Indígena Borboleta” são de grande pertinência para entender as dinâmicas que ocorreram nas diferentes fronteiras ao longo da borda do Planalto Meridional (Mapa 6.1). Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os Kaingang da TI Borboleta atualmente, em especial João Padilha, com quem mantenho diálogo desde 2018, se reconhecem enquanto descendentes de João Grande e o colocam enquanto um “tronco velho”, ou seja, um ancestral importante na definição da identidade de Kaingang na terra (Almeida, 2022; Padilha, Soares, 2022). Em segundo lugar, algumas dinâmicas da violência colonial que ocorreram na Serra do Botucaraí também ocorreram, com algumas décadas de distância, na região da Serra Gaúcha. Vale mencionar a abertura da Estrada do Botucaraí, que subia a serra de mesmo nome, da região da bacia do Rio Jacuí, para a região das Missões e Planalto, atravessando territórios controlados por grupos Kaingang e Guarani nas primeiras décadas do século XIX. Como aponta Rodrigo Venzon:

[os indígenas] observavam, escondidos no mato, o trabalho de abertura das picadas durante o dia, e atacavam os acampamentos a noite com porretes, abatendo os furtivos a flechadas, e protegidos pelos “trabalhos” efetuados pelos seus pajés, que adormeciam profundamente os oponentes (Venzon, 1993, p. 157 *apud* Ortiz, 2022, p. 131).

Pode-se aferir, a partir da análise da construção da legislação sobre a terra e sobre os povos indígenas, que o Estado brasileiro manteve um projeto de catequização e colonização dos povos e das terras que habitavam. Esta pesquisa, a partir de tal constatação, analisa o contexto específico do nordeste do Rio Grande do Sul, tendo em vista analisar a ação indígena e as formas de esbulho, ações que se interrelacionam e se atravessam, podendo então o historiador aferir mais do que os documentos permitem mostrar.

Sobre atuação indígena, existem diversos debates correntes sobre o que se pode considerar ou não agência, e/ou protagonismo.¹⁶ Entre eles, é importante mencionar o trabalho de John Monteiro para a historiografia brasileira, atentando para essa questão sobre os povos indígenas, não os tratando apenas como coadjuvantes (Monteiro, 2001). Também é interessante o debate de Walter Johnson, que questiona a generalização do termo agência, mesmo quando as atuações analisadas são fruto de dinâmicas coloniais, como muito ocorreu na história dos povos indígenas das Américas (Johnson, 2003).

¹⁶ Para um debate mais aprofundado sobre o protagonismo indígena como substantivo na História Indígena, ver Santos e Felipe (2016).

A historiadora Helen Ortiz, analisando a região de Soledade, próxima da Serra do Botucaraí, aponta que os maiores proprietários de terra até a década de 1850 foram os mesmos que, a partir da nova Lei de Terras, se beneficiaram da sua proximidade às autoridades e à burocracia do Estado para legitimar e até aumentar suas posses, deixando uma massa de caboclos, mestiços, indígenas e brancos pobres sem o acesso à terra (Ortiz, 2022, p. 134).

O fortalecimento dos aldeamentos combinado com reforço na Guarda Nacional e o uso de violência contra indígenas resistentes, avançando com a colonização sobre territórios “devolutos”, foi uma estratégia no Rio Grande de São Pedro e na Província da Bahia, em parte pela atuação de João Vieira Cansanção de Sinimbú, que foi governador da província sulina de 1852 até 1855, e da Bahia de 1856 até 1859. A historiadora Ayalla de Oliveira Silva aponta o papel de Cansanção de Sinimbú na implantação das diretrizes do Regulamento das Missões de 1845, além de seu papel de acirramento da interiorização da fronteira agrícola sobre terras indígenas no Sul da Bahia (Silva, 2020). A disputa entre potentados locais e grupos indígenas mais ou menos aldeados marcou a formação fundiária dessas regiões, no caso da Bahia com as chamadas “colônias nacionais”, e no Sul com as colônias de imigrantes.

2.3 – O contexto da região nordeste do Rio Grande do Sul através dos Relatórios de Presidente da Província

Além dos escritos dos intelectuais do IHGB, uma outra fonte importante para entender o pensamento político que guiava a tomada de decisões em âmbito global e local são os Relatórios dos Presidentes de Província, que eram entregues ao fim de seus mandatos em discursos para as Assembleias. É possível acessá-los na íntegra pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.¹⁷ Para compreender como as noções sobre os povos indígenas e africanos e seus descendentes afetaram as políticas sobre terra e colonização, trago aqui algumas reflexões acerca dos Relatórios dos Presidentes da Província de Rio Grande de São Pedro de 1846 até 1854.

¹⁷ Disponível pelo link:

<<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>>. Acesso em: 18/11/2023.

O Relatório de 1846 é escrito pelo general vitorioso da guerra contra os Farroupilhas, na época o Conde, de Caxias. A guerra civil havia acabado em 1845, e o general “pacificador” assumiu o cargo de Presidente da Província. Ao tratar da questão da “segurança individual”, categoria com a qual se tratava de crimes comuns, Caxias diz:

Os poucos assassinatos que tem havido só mancham a ultima classe da sociedade, degradada de todas as luzes da religião, e da civilização, e por causas tão animaes, e mesquinhas como a intelligencia dos bugres selvagens, e dos escravos africanos que os comettem. (Alves de Lima, 1846, p. 6)

Pode-se perceber de forma nítida o discurso racista de Caxias, considerando os “bugres” e os africanos como a “última classe da sociedade” e salientando esses povos pela ausência de “todas as luzes da religião e da civilização”. Também considera a sua inteligência como “animal e mesquinha”. De fato, o Conde de Caxias, que deu nome à principal colônia italiana do Rio Grande do Sul, não se distanciara das ideias da elite nacional de seu tempo. Seu discurso tampouco se baseava em dados numéricos. Basta ver o anexo do ano seguinte ao Relatório, em que são contabilizados os crimes cometidos e julgados na província. Em 1843, dos 6 réus contabilizados, apenas 1 consta como “escravo”; no ano seguinte são 6 “escravos” para 23 réus no total; em 1845, 5 “escravos” para 25 réus; em 1846, de 40 réus, 8 constam como “escravos” (Anexo M.3 do RPPSPRGS 1846). Ao analisar esses dados, apresentados no mesmo documento em que aparece a declaração racista do Conde, percebe-se que os escravos não constituem a maioria dos crimes condenados. Saliento também a dificuldade de um escravizado se defender caso fosse acusado injustamente, tendo em vista ser um sistema em que a escravidão era respaldada pela justiça e demais órgãos do Estado.¹⁸

A fala de Caxias pode ter sido explícita, mas nem de longe se constituía em uma exceção. De fato, a preocupação recorrente dos Presidentes da Província com indígenas e africanos era com os problemas que estes causavam ao projeto de “civilização” em jogo no país em formação. No Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (RPPSPRGS) de 1847, surge a notícia de colonos alemães em Feliz¹⁹ estarem sendo ameaçados pelos indígenas, o que fez com que fossem instalados dois quartéis de pedestres, em ambas extremidades da estrada que ligava a localidade (Antônio Galvão, 1847, p. 12). Na

¹⁸ Sobre a temática de julgamento de escravizados na região de São Francisco de Paula de Cima da Serra ver o capítulo dois da dissertação de Luana Teixeira, intitulado Cotidianos Do Trabalhador Escravo (Teixeira, 2008, p. 71-120). É interessante ressaltar que Teixeira aponta que escravizados e libertos transitavam pela estrada do Mundo Novo como tropeiros.

¹⁹ No capítulo subsequente será analisada documentação concernente à abertura de Picadas na localidade de Feliz.

sequência dessa descrição, aparece um discurso apaixonado em apoio à colonização europeia na região:

Na opinião geral é considerada a colonização a necessidade mais palpitante do Imperio : a vastidão de terras desertas, que não quereis sem duvida povoar com negros, e que não é possível igualmente povoar pelo lento e gradual crescimento da população existente em menos de um século (**supondo mesmo entrada no gremio da sociedade a indígena**) é circunstancia de tanto momento, que desafia e provoca por si mesmo as mais serias considerações : ás legislaturas das outras Provincias não é dado por certo apreciar mais exactamente essas vantagens, que á desta : a intelligencia pode vencer todas as dificuldades, mas este dom, commum á todas, isolado, e por si só não é guia mui segura para levar á effeito empresas desta ordem : um revez, o menos esperado ás vezes, abala o animo, desalenta, e acaba por desconcertar os mais bem combinados planos, por destruir a colonia nascente, e por empecer até por muito tempo outra tentativa (Antônio Galvão, 1847, p. 12, grifos meus)

Haviam mais ameaças à ordem estabelecida do que as guerras contra indígenas não submetidos. Nos relatórios lidos, há duas menções a suspeitas de revoltas de escravos. Em 1854, há no Relatório um boato de rebelião em Rio Grande, “*que não merece ser mencionado*” (Cansação de Sinimbú, 1854, p. 4). Em 1848, é tratada uma suspeita de insurreição entre os *negros mina* nas charqueadas de Pelotas, em que alguns supostos líderes foram presos e a revolta sufocada. A escrita do Relatório sugere que essa suspeita de revolta foi tratada com tranquilidade, contudo alguns indícios apontam que as autoridades estavam com medo:

Authorities; porem apenas teve noticia, ainda não official, de semelhante occurrencia ordenou que seguisse logo uma **Canhoneira** com armamento e munição para 200 G. N. do Batalhão d'aquela cidade, prevenindo-se ao Juiz de Direito de poder em caso urgente, requisitar mais Força da cidade do Rio Grande, inclusive a G.N., que ali se acha completamente armada. (Antonio Galvão, 1847, p. 7)

Neste mesmo ano de 1848 também são tratadas preocupações de proprietários de terra no Norte do estado com conflitos com indígenas Kaingang, e pedem o reforço do número de Pedestres²⁰ devido a ataques de indígenas em São Leopoldo. Durante o período em questão as autoridades se preocupavam cada vez mais com ações de indígenas contra colonos e tropas, como se percebe pelo tom apresentado nos documentos mencionados. Essas ações, que visavam, por vezes a obtenção de recursos, como o metal, dentro de uma lógica de guerra e de alteridade própria dos povos originários.

²⁰ “Pedestres” era uma categoria de forças não regulares no período do Império, especialmente nas regiões em que a frente de colonização enfrentava resistência dos povos indígenas ou que haviam formações de quilombos. Segundo Laroque, se instalaram no Rio Grande do Sul em 1843 (Laroque, 2000, p. 63-64).

Vale mencionar que aqueles que praticavam essa guerra contra os povos resistentes poderiam ser desde indígenas armados pelas autoridades para afugentar ou prender aqueles que resistiam, ou ainda, uma das categorias de bugreiros formuladas por Lauro Cunha: “oficiais”, militares em geral; “profissionais”, particulares com alguma experiência e conhecimento da região, e “ocasionais”, quaisquer sujeitos que se visse em frente aos indígenas (Cunha, 2017, p. 136-137). Especificamente sobre as Companhias de Pedestres:

[...] – também referidas como “Força de Pedestres” – atuaram na Província principalmente entre as décadas de 1840 e 1860, no patrulhamento dos aldeamentos, no intuito de barrar quaisquer pressões e ataques advindos dos indígenas que se negavam a se estabelecerem nos aldeamentos; também protagonizaram perseguições aos indígenas que se escondiam nos matos e empreendiam suas correrias nas áreas coloniais e nas fazendas de particulares, contando com efetivo de milicianos e de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas. (Tedesco e Vanin, 2017, p. 50, nota 9).

Um dos grupos indígenas envolvidos pelas guerras na região dos Campos de Vacaria e nas colônias alemãs ao sul era o do cacique Kaingang João Grande, ou Nicué. Segundo Laroque, “(...) ao contrário do que fizeram outras tribos, [os indígenas com Nicué] não adotaram nem mesmo estrategicamente nenhum tipo de aliança, mas sim os ataques constantes” (Laroque, 2000, p. 142). Estão documentadas ações do grupo de João Grande em fazendas nos campos de Vacaria (Minuzzo, 2010, p. 28), e nas colônias alemãs (Laroque, 2000, p. 143; Dornelles, 2011, p. 51). Após o conflito na colônia de Mundo Novo em 1852, as autoridades enviam uma missão militar junto a indígenas do grupo de Yotoahê (Doble) para atacar o grupo de Nicué e resgatar uma família de colonos alemães sequestrados. Segundo Laroque, “o desfecho final da trama (...) foi uma emboscada de surpresa realizada pelo Cacique Doble e o Capitão Francisco Müller ao pessoal de Nicué, resultando na libertação de Margarida e dos dois meninos, bem como na morte de grande parte dos nativos da subtribo, inclusive o Pay²¹ Nicué.” (Laroque, 2000, p. 143).

Antes de aprofundar sobre o grupo de Nicué, são pertinentes alguns apontamentos sobre o Pay-Mág Yotoahê, ou Cacique Doble. Essa liderança, segundo os relatos de Mabilde, era subordinada ao cacique principal Braga, a quem traiu em um banquete na floresta, e por

²¹ *Pay* ou *pëhn* é o termo em língua Kanhgág que define a liderança, que no século XIX era baseada em qualidades guerreiras e de oratória. Os *Pay mbang* ou *pëhn mág* são as lideranças principais, que controlam grupos com outras lideranças que se submetem a eles. Para fins de fluidez do texto, decidi utilizar o termo cacique, exceto quando há uma citação direta que utiliza esse termo. Outros conceitos em língua Kanhgág serão utilizados quando for pertinente para entender aspectos relevantes à pesquisa, em especial ligados à vivência contemporânea do povo Kaingang.

quem foi perseguido desde então. Sua atuação se deu em territórios similares aos de João Grande, ou seja, desde os campos de Vacaria até as encostas da Serra. Como mencionamos anteriormente, as fronteiras entre os grupos indígenas não eram fixas, mas dinâmicas e até certo ponto sazonais, além de que dependiam dos usos e costumes de cada grupo específico. No momento analisado, meados do XIX, se desenhava uma desestruturação social dos grupos que até então dominavam essa região. Isso se dava pelo avanço da frente colonizadora, através da abertura de estradas e outros meios de adentrar o território indígena. Tais movimentos da sociedade envolvente aumentaram a pressão sobre o modo de vida tradicional dos grupos Kaingang, fazendo com que o espaço de coleta de pinhão, alimento fundamental na vida desse povo, assim como a caça e retirada de outros materiais utilizados para a manutenção das dinâmicas sociais e de sobrevivência como até então conheciam, ficassem cada vez mais arriscados. Podemos apenas imaginar como tais mudanças bruscas afetaram a coesão social, familiar e grupal dos indígenas.

Para o caso do cacique Doble, podemos, a partir de diversas pesquisas já realizadas, afirmar que sua atuação, por vezes dúbia, pode ser tanto um reflexo da desagregação social causada pela frente colonizadora quanto uma estratégia que de algum modo se encaixava nas dinâmicas de guerra que já viviam os Kaingang desde pelo menos o século XIX.²² Sobre o cacique João Grande, um aspecto interessante, presente nas descrições sobre ele, é a suposta presença de um negro, ex-escravo fugido em seu grupo. Tais relatos são feitos por autoridades em um contexto em que as mesmas explicitam uma violência direcionada aos indígenas e quilombolas, abordado em relação aos Presidentes da Província. Por um lado, os relatos das fontes oficiais podem conter equívocos, causados pela distância entre a capital e uma frente de expansão e, por conta disso, pelas diversas pessoas que transmitiram essa informação, distorcendo-a; por outro, as circunstâncias espaciais e sociais no período não descartam a possibilidade.

O historiador Lauro Cunha, em seu livro “Botocudos nos Campos de Cima da Serra” aponta que a região nordeste do RS, e principalmente as encostas da Serra Geral, por serem locais de difícil acesso, se tornaram refúgios para todo tipo de fugitivos: indígenas se refugiando dos aldeamentos oficiais, escravizados fugindo do regime de trabalho forçado (Gomes e Domingues, 2013, p. 81), desertores do exército e criminosos comuns fugindo da

²² Para análises aprofundadas sobre a atuação de Yotoahê, ver Laroque (2000), Dornelles (2011), Notzold e Bringmann (2010).

justiça (Cunha, 2017). Segundo o autor, os encontros eram na maioria das vezes prejudiciais para os indígenas. Mesmo o encontro entre escravizados e indígenas também poderia tomar o caminho do confronto, pois, afinal, os primeiros faziam parte, em condições subalternas, da sociedade que perseguia os indígenas, e poderiam ser tratados indistintamente dos brancos.

Neste caso, é interessante separar os indígenas aldeados daqueles que resistiam à política oficial. Como aponta Vânia Losada Moreira (2017) no caso do Espírito Santo, grupos indígenas foram arregimentados para atacar quilombolas, assim como os africanos de uma localidade poderiam ser arregimentados para se defender militarmente de indígenas “selvagens”. Portanto, é importante ter uma noção de quem eram os indígenas não aldeados nesse momento. O Relatório de 1847 pode oferecer algumas pistas.

Na página 14 do RPPSPRGS de 1847, há, de forma até rudimentar, uma contagem de indivíduos indígenas nas proximidades dos aldeamentos no Norte do Estado. Segundo o texto: existem entre 80 e 100 indígenas vivendo nos aldeamentos, enquanto aparecem “de vez em quando nos acampamentos” mais 100. Ainda no texto, o autor pede que seja aumentado o número de Pedestres para 100 praças. A sequência do relatório explicita que um número muito maior de indígenas viviam “errantes”, como, por exemplo, os 200 que apareceram nos fundos de uma fazenda em Palmeira, ou os 2 mil que estariam dispostos a se aldear “entre Nonoahy, Palmeira, Mato Castelhana, e visinhanças” (RPPSPRGS, 1847, p. 14).

Essas, de fato, são estimativas que em realidade eram muito difíceis de serem tomadas, pela razão do que é destacado no texto do Relatório, a saber, a mobilidade e “errância” dos grupos Kaingang, que apenas se estabeleceram temporariamente nos limites dos aldeamentos e se recusaram a aderir totalmente ao sistema de reduções. Mas fica claro que a quantidade de indígenas não aldeados ou circulando próximo dos aldeamentos era maior do que os que viviam dentro dos aldeamentos, ao menos nas décadas de 1840, 1850 e 1860. Pode ser esse um aspecto importante para o pedido de mais cem praças de Pedestres (Antônio Galvão, 1847, p. 14), pois indígenas que não estão nos aldeamentos estão fora da órbita do controle do Estado. Soma-se a isso as correrias praticadas muitas vezes pelos mesmos grupos que flertaram com os aldeamentos, mas não aderiram totalmente, como o do cacique Doble e outros.

Sabe-se que o território da metade Norte, em especial a parte nordeste da Província, era ainda controlado em parte por grupos indígenas Jê, e que esse território fértil de florestas

densas era cobiçado para o projeto de colonização. Constam nos RPPSPRGS algumas estratégias de expropriação e exploração que foram discutidas pelas autoridades da província na metade do século XIX. No Relatório do Chefe de Divisão Pedro Ferreira de Oliveira em 1851, há uma opinião bem definida sobre o projeto atual de aldeamento: “É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos os seus caprichos”, e continua:

“De ordinário indolentes, não cuidão de trabalhar nem reconhecem o benefício que recebem por se os conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentar-os melhor de que o são nas matas, e tirando-os da vida nômade e selvagem em que vivem para fazel-os compenetrarem-se dos uteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilisação.” (Ferreira de Oliveira, 1851, p. 10-11)

Não sendo necessário comentar a linguagem pejorativa utilizada no texto oficial, comentamos a segunda parte do parágrafo, em que são louvadas as benesses da “civilização”, como alimentação e abrigo. O autor ignora os milhares de anos que os povos autóctones sobreviveram e desenvolveram sua sociedade no frio planalto meridional brasileiro, a construção de casas subterrâneas, montículos rituais, as trocas interétnicas, a organização clânica dos grupos Kaingang, seus rituais, crenças, representações gráficas e formas de adaptação ao ambiente e ao contexto envolvente (Copé, 2015; Rosa, 2005; Da Silva, 2001; Souza, 1998). Contraopondo também esses argumentos existe o relato contemporâneo, de meados do século XIX, do engenheiro belga Pierre Mabilde, que trabalhou na abertura de diversas estradas na região ocupada pelos Coroados, entrando em contato com eles e ao final publicando um interessante livro sobre o assunto. Quanto às mudanças na saúde indígena dentro do aldeamento, o engenheiro diz:

“Qualquer pessoa que tenha acompanhado de perto e observado aqueles indígenas na sua vida selvática e, depois, nos aldeamentos, não deixa de reconhecer, logo, que aquela primeira mudança de circunstâncias e de condição, na qual seu corpo é constrangido a submeter-se a outro regime higiênico – cuja influência o pobre selvagem ainda não conhece – é um primeiro enganoso passo dado. Direi mais: é um golpe mortal que dão na sua robusta saúde que, daquele momento em diante, degenera, predispondo o seu corpo, insensivelmente e, às vezes bruscamente, a acumular aqueles muitos achaques, frutos da civilização.” (Mabilde, 1983, p. 34-35)

Percebe-se então que não era apenas a ingratidão que fez com que os indígenas resistissem a vida nos aldeamentos e abraçassem as “benesses da civilização”. E de fato, o próprio Ferreira de Oliveira reconhece que o projeto de aldeamento e catequização tem enfrentado muitas dificuldades, problema também abordado por Mabilde. Nesse contexto, Ferreira de Oliveira sugere que “o mais conveniente” seria “mandal-os tirar d’esses pontos em que se achão e empregal-os convenientemente nos Arsenaes, na Marinha, ou em outras

quaisquer Estações Públicas em que possam ser aproveitados os seus serviços” (Ferreira de Oliveira, 1851, p. 11). Mabilde tem uma opinião distinta, apesar de convergente. É importante ressaltar que ele era um engenheiro formado na Bélgica em um momento de expansão do capitalismo industrial pela Europa, com novas técnicas da indústria e novas filosofias da ciência que embasaram esse crescimento, como o Positivismo, que teria grande influência na Província no final do século. Sua proposta para a “civilização dos selvagens” também envolve o serviço militar, mas vai *além*:

O meio – talvez – de se conseguir algum resultado na civilização daqueles selvagens seria de, ao saírem das brenhas, estabelecê-los longe das matas, em quarteirões especiais, em cidades ou povoações onde existam arsenais de guerra e de marinha, estaleiros de construções navais, fábricas, oficinas e finalmente, estabelecimentos industriais, a cujo trabalho variado e menos penoso aqueles indígenas se aplicariam com mais gosto do que ao da lavoura. (Mabilde, 1983, p. 205)

Na primeira leitura chega a ser esdrúxula a solução que Mabilde propõe para o problema dos aldeamentos e civilização dos indígenas. Sua crença no progresso da indústria era tão latente que imaginou que os indígenas Coroados, que há pouco começaram a viver pacificamente com a sociedade nacional, deveriam sair de seus territórios para trabalharem em indústrias. De certo modo, esse delírio industrial parece refletir uma certa nostalgia das zonas setentrionais da Europa, mas, de modo idealístico e irreal, reflete duas problemáticas presentes fortemente no Império do Brasil: a “questão indígena” acerca do trabalho e da terra. A segunda não aparece de forma explícita, o que faz pensar que Mabilde dava por resolvida – há de se liberar as terras ocupadas por eles – e é a primeira que lhe ocupa os pensamentos, assim como de Presidentes da Província e intelectuais. A historiadora Isadora Diehl analisa a proposta política de Mabilde de acordo com sua influência nas políticas indigenistas da época, sendo ele um intelectual que se comunicava com diversos espaços:

A política proposta por Mabilde, de forçar uma integração dos indígenas através da extinção dos aldeamentos e alocação de seus habitantes junto aos núcleos populacionais “brancos” foi amplamente utilizada, culminando na extinção de vários aldeamentos guaranis e na redução dos aldeamentos kaingang. Essa política assimilacionista ficou ainda mais clara no afastamento das crianças de suas famílias, visando a não reprodução das sociabilidades indígenas que, a longo prazo, esperava-se promover a miscigenação e a extinção dos índios. Assim, a proposta do agrimensor de levar os indígenas para as cidades e aloca-los no Arsenal de Guerra ou na casa de mestres de ofício foi amplamente utilizada com os jovens guaranis e kaingangs. A extinção dos aldeamentos também permitiu a liberação dos terrenos, que, no contexto de privatização promovido pela Lei de Terras passaram a ser usurpadas por particulares. (Diehl, 2023 p. 199)

De fato, não era novidade no Brasil a ideia de utilizar o trabalho, forçado ou não, de indígenas. Soraia Dornelles apresenta um panorama desse tema. Analisando diversos casos, ela aponta “a força do costume perante a lei” na província de São Paulo no século XIX (Dornelles, 2018, p. 89). Nesse sentido, a legislação que proibia a escravização de indígenas não foi totalmente respeitada, tendo primazia os costumes dos fazendeiros paulistas, acostumados com a utilização do trabalho indígena nas fazendas (Dornelles, 2018, p. 90). A mesma autora afirma, a partir de outros trabalhos de pesquisa, que o trabalho indígena era um denominador comum nas diversas províncias do Brasil Imperial, no Nordeste, Centro, Sudeste e Norte. No Sul, podemos afirmar que ocorria o mesmo. No relatório de 1855, há a menção, a partir de um caso de assassinato de um fazendeiro, a um grupo de indígenas que recusavam ser aldeados, que viviam em:

completa rivalidade, resistem aos esforços que se tem feito para estabelecê-los no aldeamento, e vagão pelos mattsos visinhos, sem quererem submeter-se às autoridades legítimas, ou permanecem temporariamente nos campos de alguns fazendeiros, que utilizão seus serviços, em quanto elles a isso se querem prestar, e algumas vezes os empregão como instrumentos de sua vinganças. (Oliveira Bello, 1855, p. 7)

Além de empregar os indígenas nas fazendas, também se utilizavam deles em suas perseguições aos grupos resistentes, o que acarretava invariavelmente no acirramento de disputas já existentes entre os grupos Kaingang.²³ Além desses serviços, é coerente afirmar que muitos outros contaram com a mão dos indígenas, como por exemplo a abertura de picadas, roçados e derrubada das matas.

²³ Como o caso do cacique Doble, que tinha receio de sair do aldeamento que estava no Pontão depois de atacar o grupo de João Grande na região do rio Caí em 1853, como aponta carta do diretor do aldeamento de Vacaria para o Presidente da Província em 1854 (Arquivo Histórico do RS – Fundo Indígenas, maço: Aldeamento de Vacaria). De fato, seu grupo foi atacado em 1854 quando ia para o aldeamento de Nonoai, e segundo o RPPRGSP de 1854, “suspeita-se do cacique Nicofê.”

Na época, a economia da província buscava se conectar com o resto do Brasil, fazendo parte do projeto imperial de incorporar essa região de fronteira do Brasil, em constante disputa com as Repúblicas vizinhas e com revoltas internas. Além de um problema econômico, era também uma questão de assegurar o território. Para esse comentário, vou selecionar algumas estradas em construção no período que passam pelo território nordeste da província, sabendo que havia outras que também afetaram os indígenas, principalmente no alto Uruguai e na região de Soledade, do Pontão do Botucaraí e do Rio das Antas.

No andamento atual da pesquisa, foram selecionados, a partir dos Relatórios de Presidente da Província, comentários sobre a construção de duas estradas: a do Mundo Novo e a do Pontão. Podemos inferir que, do ponto de vista do grupo de Nicué, a construção da estrada era uma demonstração de invasão do território, provocando conflitos, os quais, do ponto de vista das autoridades, eram uma violência *gratuita*, mas, a partir dos grupos indígenas, pareciam ser movimentos defensivos ou de resposta a ações da sociedade envolvente. E, de fato, as estradas trouxeram colonos, derrubaram florestas e aumentaram a pressão ecológica e populacional sobre os grupos Kaingang.

O Relatório de 1849 afirma sobre essa estrada que: “Não se pode caminhar em mattos povoados de Índios e Tigres, se não bem acompanhado [...] (Soares de Andrea, 1849, p. 20). Interessante notar aqui a comparação entre os indígenas e onças ou outros animais que assolavam os que se aventuravam na floresta, um tema recorrente com a colonização italiana e suas narrativas históricas acerca de sua experiência ocupando as florestas de araucária, territórios Kaingang (Brandalise, 2019, p. 28).

Essa comparação pode ser pensada através do conceito de regimes de memória (Oliveira, 2022), enquanto uma alegoria da “conquista” do território pelos imigrantes, traduzindo a noção de que estavam chegando em “terras vazias”, onde não havia humanos e, por consequência, não havia propriamente conquista, mas sim uma luta do humano contra a selva e seus perigos, “as forças da natureza selvagem contra o braço do trabalho do colono”, identificando o indígena não como inimigo, pois não era humano, e sim como parte da selva, que inevitavelmente iria ser derrubada em favor do progresso da colônias. Tal alegoria está representada, no caso da imigração italiana, no mural “Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira”, atualmente no edifício da prefeitura de Caxias do Sul. (Fontes e Salvador, 2023).

Figura 1 - Detalhe da obra de Aldo Locatelli, intitulada: “Do itálico berço à nova pátria brasileira”



Fonte: Câmara de Vereadores de Caxias do Sul - Visita Legislativa - Itinerário Aldo Locatelli - Prefeitura - Lucas Marques²⁴. In: Fontes e Salvador, 2023, p. 57

Nesse mesmo ano, o relatório contém comentários sobre a necessidade de aquartelar uma Companhia de Polícia no Passo do Pontão, que acaba sendo construída no Passo dos Lageanos, por ser melhor a localização (Soares de Andrea, 1849, p. 19). Em 1850 se comenta que o quartel no Pontão é vital para o comércio entre a Província e São Paulo, conectando estradas subindo e descendo o rio Uruguai e indo até Feliz (Soares de Andrea, 1850, p. 9-10). No RPPSPRGS de 1853 fica clara a conexão das estradas do Mundo Novo e do Pontão, que ligariam as colônias alemãs aos Campos de Cima da Serra, e dali seguiria pelo rio Uruguai e até São Paulo, sendo a primeira também requisitada pelos moradores de São Francisco de Paula (Cansanção de Sinimbú, 1853, p. 22, p. 37). A leitura do Relatório de 1855 revela que o trecho entre São Leopoldo e o Mundo Novo tinha sido confiado ao mesmo engenheiro belga Pierre Mabilde; e que a estrada do Pontão seria uma linha de abastecimento – provavelmente de gado vacum – da Feira de Sorocaba (Cansanção de Sinimbú, 1855, p. 35, p. 38). É interessante a presença de Cansanção ativamente na política indigenista quando estava como Presidente da Bahia também em 1857, quando implementou uma política mais assertiva no sentido de ocupar as terras indígenas a partir de aldeamentos e abertura de estradas (Silva, 2020).

Pelos comentários dos Presidentes da Província, percebemos a importância econômica e territorial de construir estradas que atravessassem as densas florestas da região nordeste do Rio Grande do Sul, ligando as colônias alemãs às rotas do planalto e a São Paulo. Também

²⁴ Disponível em: < <https://www.camaracaxias.rs.gov.br/albuns/index/624> > Acesso em 19/11/2023.

fica evidente a utilização de forças militares para manter a paz na região, que era controlada por indígenas e por outros grupos que eram abertamente contra a ocupação pela sociedade envolvente de seus territórios. O Vice-Presidente da Província Oliveira Bello comenta a contratação de 60 pedestres vindos da província de São Paulo (Oliveira Bello, 1852 p. 16). Uma investigação mais aprofundada poderia mostrar a relação das Companhias de Pedestres e das tropas alocadas nessas estradas com a perseguição de quilombos na região.

O que se pode afirmar quanto aos quilombos na região nordeste do Rio Grande do Sul é que seriam pouco numerosos, geralmente efêmeros, que surgiram ora numa parte, ora em outra, no interior das matas que caracterizam até hoje a região entre os campos do planalto e o litoral (Teixeira, 2008, p. 12-13). Outro grupo significativo que utilizava as florestas de difícil acesso da região era o dos desertores, que fugiam dos constantes conflitos que ocorriam na fronteira entre Brasil e as Repúblicas platinas. Lauro Cunha aponta também os contatos entre essa multiplicidade de grupos que se refugiavam, de certa forma, nos penhascos entre o litoral e os Campos de Cima da Serra, em sua pesquisa focada nos chamados Botocudos, ou Xokleng (Cunha, 2017). A historiografia afirma que coexistiram na Serra Geral durante o XVIII e XIX, indígenas Coroados (Kaingang) e Botocudos (Xokleng), escravizados aquilombados, e soldados desertores – podemos acrescentar também os bandos de criminosos, que poderiam ser confundidos com os desertores muitas vezes, ou até com os grupos anteriores, como demonstra a fala do Conde de Caxias no seu relatório como Presidente da Província em 1846, citado acima. Luana Teixeira comenta da proximidade que ocorria entre escravizados fugitivos e desertores:

[A correspondência do delegado de São Francisco de Paula analisado pela autora] Também expõe a fragilidade da polícia distrital em reprimir um grupo não muito grande de “desordeiros” que ameaçavam a ordem. A coexistência no mesmo lugar serra adentro de desertores e escravos fugidos (no século XIX, “negro” era usado como sinônimo de escravo) também é exposta no documento. Inúmeros fatores podem explicar a formação de laços entre estes dois grupos: a condição dissidente e a necessidade de sobrevivência talvez sejam as mais significativas, mas a experiência como escravos e a identidade étnica também podem ter sido influentes, pois muitos recrutados eram escravos, libertos ou negros livres. (Teixeira, 2008, p. 99.)

Percebe-se a presença de grupos rebeldes e dispostos a resistir às imposições do projeto colonial, – seja sobre a terra ou os corpos – como indígenas resistentes, pequenos grupos de quilombos e desertores das tropas. A pobreza econômica da região não atraía grandes investimentos, tampouco em contingentes militares, contudo a expansão de fazendas e das colônias alemãs durante o século XIX foi diminuindo cada vez mais o espaço que

permitia a existência e resistência desses grupos. A abertura de estradas e a passagem de tropas aos poucos iam, conseqüentemente, diminuindo a população indígena. Lauro da Cunha também traz a questão dos bugreiros, tropas contratadas (ou não) para “limpar os matos” dos indígenas. Esses poderiam ser tropas regulares, milícias de colonos, ou ainda grupos de caçadores que se aventuravam em regiões ainda pouco exploradas, dando de encontro com pequenos grupos indígenas, que eram, literalmente, “caçados no mato a cachorro”, em um processo violento que, entre outras conseqüências, gerou a mestiçagem nas populações das vilas, fazendas e colônias ao redor.

Cada grupo que buscava as serras para refúgio dispunha de estratégias e posturas distintas. Ocorriam negociações e conflitos, de acordo também com o equilíbrio de forças que estavam em jogo. Evidentemente, esse balanço era desigual. O projeto do governo era a ocupação dos sertões para a expansão da fronteira agrícola e a povoação com imigrantes europeus. Para tal, era necessário diminuir os territórios dos povos indígenas e remover os “entraves” ao desenvolvimento do que o Presidente da Província Soares de Andrea chamou de “imenso deserto”:²⁵

Se além disto os Aldeamentos de Nonohay e Guarita poderem encostar-se ao Rio [Uruguai], **depressa ficará esse imenso deserto conhecido, praticável e povoado**, e a comunicação projectada ao longo de toda a nossa Fronteira até entrar na província do Matto-Grosso terá uma grande base para o seu rápido desenvolvimento. (Soares de Andrea, 1849, p. 8, grifos meus)

Ao analisar os Relatórios dos Presidentes da Província tendo como perspectiva o entendimento do projeto colonizador frente aos grupos indígenas, principalmente os resistentes, como foi o caso do grupo de João Grande, podemos constatar o que diversos outros autores já apontaram, e que não é nenhuma novidade na historiografia: o projeto de aldeamento de todos os grupos indígenas do Norte e Nordeste da Província em aldeias oficiais no Norte do Estado, em especial Nonoai, para abrir as terras para a colonização europeia. A leitura das fontes permite uma observação mais acurada desse processo já descrito pela historiografia, e permite a compreensão de aspectos que podemos chamar de *micro*, ou seja, indícios, sinais e lacunas que o trabalho historiográfico aqui se pretende analisar. A pesquisa aqui desenvolvida apresentou, desse modo, o contexto em que se desenhava a expansão da frente de colonização a Província do Rio Grande de São Pedro em meados do século XIX,

²⁵ Soares de Andrea esteve envolvido na política de implementação de colônias militares contra indígenas “selvagens” também na Bahia (Silva, 2020).

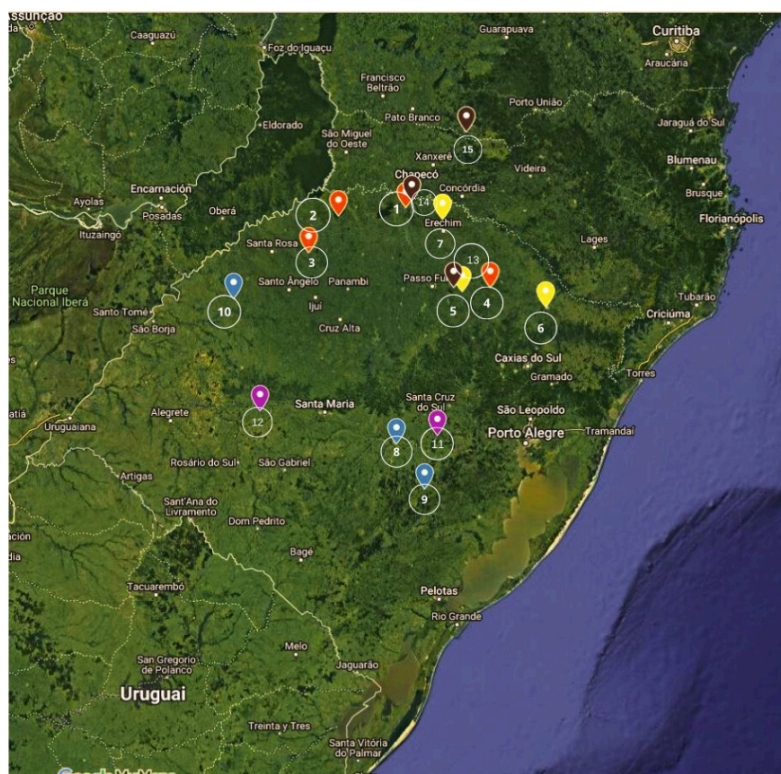
momento em que se avança definitivamente sobre territórios até então controlados por grupos Kaingang, causando alterações profundas no modo de vida desses grupos.

Com o olhar do presente, é de suma importância o fato de que existem reivindicações territoriais baseadas na memória do cacique João Grande, como a retomada Kógühn Mág em Canela,²⁶ com quem tenho trabalhado desde o final de 2019. Também a Terra Indígena Borboleta, na região de Soledade (Padilha e Soares, 2022), além da memória de tal cacique estar presente em aldeias Kaingang na região da Serra Gaúcha, no vale dos Sinos e na região Metropolitana de Porto Alegre. A persistência dessa memória social é, de certa forma, também uma manifestação do presente da resistência material encabeçada por João Grande em meados do século XIX, adaptados ao contexto dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232 (Brasil, 1988).

Como apontou Gerald Sider, a etnohistória que é feita pelos historiadores e antropólogos é, de outra forma, a afirmação da identidade e da trajetória dos grupos indígenas aos quais se referem (Sider, 1994), fazendo com que seja inconcebível uma historiografia que não leve em consideração a memória social do povo Kaingang, mesmo que não seja esse seu objeto principal de estudo. Dessa forma, seguindo tanto os vestígios presentes nos documentos quanto os rastros da memória, pretendemos analisar as fontes pesquisadas tendo em vista o contexto até aqui colocado, do projeto colonizador e seus mecanismos de dominação e apagamento, mas também a ação indígena frente a esses desafios, atuação essa que permitiu que as histórias permanecessem vivas na memória mais de 150 anos depois dos eventos mencionados, impulsionando movimentos de luta contemporâneos.

²⁶ Para mais informações sobre essa Retomada territorial, ver as redes sociais <<http://instagram.com/kaingangcanela>> <<http://facebook.com/kaingangcanela>> e o documentário Konhhun Mág: O Caminho de Volta à Floresta de Canela (2021), disponível em: <bit.ly/KonhunMagDoc>. Acesso em: 10/11/2023.

Mapa 1: Aldeamentos do Rio Grande de São Pedro 1822-1870



**ALDEAMENTOS DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO
1822-1870**



ALDEIAS KAINGANG

1. Nonoai
2. Guarita
3. Santa Isabel / Caseiros
4. Inhacorá



ALDEIAS KAINGANG "NÃO OFICIALIZADAS"

5. Pontão / Vacaria
6. Erechim
7. Campo do Meio



ALDEIAS GUARANIS "NÃO OFICIALIZADAS"

8. Cachoeira
9. Encruzilhada
10. São Luís das Missões



ALDEIAS GUARANIS

11. São Nicolau do Rio Pardo
12. São Vicente

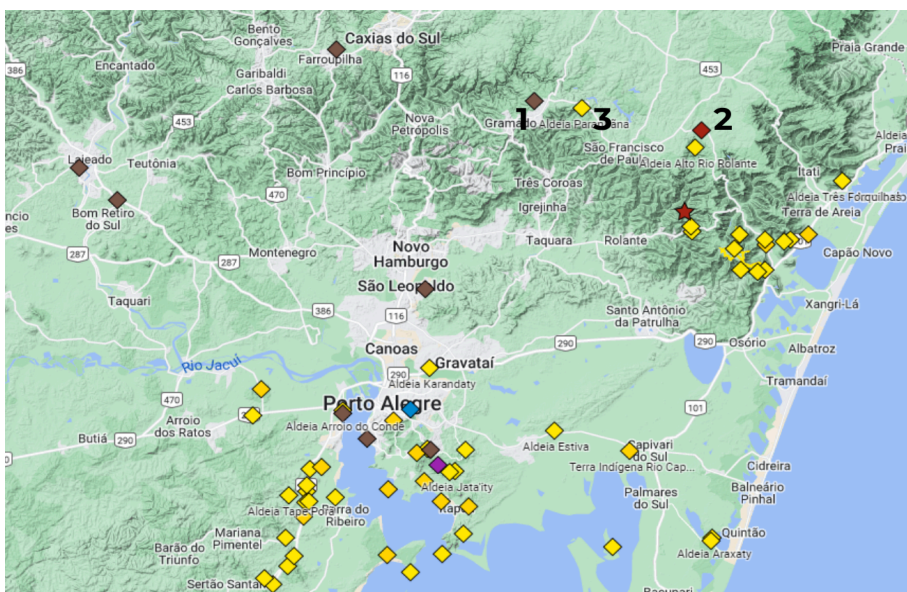


LOCAIS REFERENCIADOS

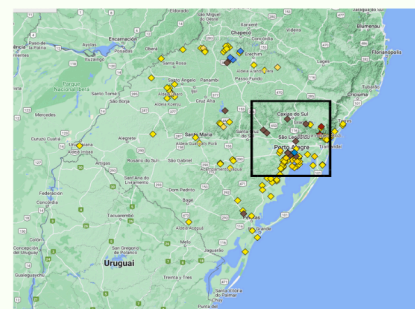
13. Mato Castelhanos/ Mato Português
14. Passo do Goio-Ên
15. Palmas

Fonte: Diehl, 2023

Mapa 2: Indígenas no Rio Grande do Sul - Destacadas com números, as Retomadas Indígenas na Serra Gaúcha desde 2019²⁷



1. Retomada Kaingang Kóghuhn Mág - Canela/RS
2. Retomada Xokleng Konglui - São Francisco de Paula /RS
3. Retomada Mbyá-Guarani Tekoá Kurity - Canela/RS



Fonte: Museu Julio de Castilhos / Mônica Wiggers.²⁸

²⁷ Redes sociais das três retomadas (Instagram): @xoklengsaochico @kaingangcanela @tekoakurity

²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/AreasIndigenasRSMJC> . Acesso em 18/11/2023

3. AVANÇO DAS FRENTES DE COLONIZAÇÃO: ESTRADAS E COLÔNIAS

O século XIX viu o avanço da frente de expansão sobre todo o território indígena no Planalto Meridional. Esse período é marcado por muitos conflitos armados na fronteira ao sul entre América Portuguesa e América Espanhola, o mais longo sendo a guerra Farroupilha, de 1835 a 1845, quando parte de uma elite local baseada na pecuária e formada na guerra, se revoltou contra os impostos do Império Brasileiro, diminuindo drasticamente as conexões com o resto do país. Ao fim da guerra, com a Província do Rio Grande de São Pedro permanecendo no Império e a presidência ocupada pelo “pacificador” Duque de Caxias, rotas de comércio pelo Caminho das Tropas são retomadas, incentivando o melhoramento das estradas e abertura de novas picadas. As principais rotas comerciais atravessavam o planalto meridional em direção a São Paulo, passando por muitas florestas ocupadas pelos Kaingang, que atacavam frequentemente as tropas e as equipes de picadores.

Dentro desse caminho, alguns locais eram estratégicos para o comércio e projeto de desenvolvimento proposto pelo Império, como o Passo do Góio-Ên,²⁹ no rio Uruguai, o trecho entre os Matos Português e Castelhana, e nas colônias alemãs nos vales dos Rios Sinos e Caí (Diehl, 2023 p. 151). Todos esses locais eram de circulação e estabelecimento dos Kaingang, além de terem sido fonte de disputa e conflitos e, por isso, são citados na documentação. As pontas de lanças da frente de expansão, ou seja, as frentes pioneiras, eram de duas naturezas a partir de 1845: expedições para entregar presentes e formar alianças e os trabalhos nas picadas, que poderiam ser de abertura de novas ou melhoramento das existentes. As expedições tinham como objetivos o encaminhamento de todos os grupos para os aldeamentos oficiais, além de fazer com que os indígenas não atacassem as tropas comerciais que atravessavam seu território. Os trabalhos com as picadas e estradas funcionaram para melhorar as formas de escoamento da produção, e também para a “desintrusão” dos matos dos indígenas que ainda atacavam.

²⁹ “Não é à toa que os kaingangs chamavam o rio Uruguai de “Ngoi-is-em”, que significa “rio sem vão” e foi a partir do seu conhecimento que foi descoberta a passagem chamada de “Ngoi-u-em” (Goyen). O caminho era, no entanto, o coração do território kaingang e a passagem era utilizada pelos próprios indígenas que circulavam entre os campos de Palmas e a região de Nonoai. Tempos depois, o grupo de vinte e cinco famílias lideradas pelo cacique **Nicafé** iria estabelecer-se justamente neste passo do rio. Assim, a presença indígena nos caminhos pelos quais o comércio pretendia ser feito, mostrava-se, e continuaria a se mostrar por muitos anos, **um entrave à pretensão de domínio colonizador sobre aqueles territórios.**” (Diehl, 2023 p. 151, grifos meus).

Como aponta Isadora Diehl em sua tese, os indígenas que estavam nessa fronteira corriam o risco de serem escravizados, quando não mortos pelos colonizadores, e a violência que os mesmos empregavam quando encontravam obstáculos humanos ao avanço da colonização. A prática de escravização dos indígenas nos sertões do Brasil permaneceu corrente desde os primeiros estabelecimentos coloniais no Brasil, e podemos traçar essa prática institucionalmente validada até meados do século XX, como apontam denúncias do Serviço de Proteção ao Índio, durante a ditadura (Oliveira, 2020), e mesmo até os dias atuais, com denúncias de trabalho análogo à escravidão na mesma Serra Gaúcha que é tema dessa pesquisa.³⁰ Em relação ao século XIX especificamente, Soraia Dornelles (2018) traz relatos da Província paulista e como os costumes de usar trabalho indígena nas lavouras de São Paulo permaneceu ao longo do período Imperial.

Analisando a documentação pesquisada de modo comparativo com outras pesquisas realizadas recentemente, podemos ver um padrão que se repete em vários pontos de frente de expansão durante o século XIX, inclusive com a participação dos mesmos agentes, como é o caso de Cansanção de Sinimbu. Tendo sido Presidente da Província sulina na década de 1850, esteve à frente de um processo de avanço da frente de colonização que rapidamente tomava territórios ocupados por indígenas enquanto confinava os grupos autóctones em reduções religiosas ou administradas diretamente pela província. Na década de 1870, leva essa experiência para a Província da Bahia, onde também tem de lidar com o “problema dos índios selvagens”. Seu projeto no Sul da Bahia é muito semelhante com o do Planalto sulino: estradas e colônias (Silva, 2020, p. 219). Ambas estruturas coloniais se retroalimentam e forneciam uma solução de segurança contra ações de indígenas não aldeados. No caso estudado por Silva, a estrada Ilhéus-Vitória foi um locus de conflitos, pois atravessava territórios ocupados por estes, que colocavam armadilhas na estrada e executavam ataques precisos e calculados contra brasileiros (Silva, 2020, p. 270-271). De modo que a solução encontrada pelas autoridades, incluindo Sinimbu, foi o fortalecimento de colônias agrícolas nacionais, em que a mão de obra seriam os próprios indígenas. Assim como os aldeamentos no Rio Grande do Sul, essas colônias no sul da Bahia tiveram muitos reveses, pois os indígenas não se adequavam ao projeto proposto, abandonando as colônias e continuando

³⁰ “O caso de trabalho análogo à escravidão em vinícolas no RS” 02/03/2023 - DW Brasil. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-rs/a-64865707>>. Acesso em: 18/11/2023.

com os assaltos. Silva aponta, ao final da década de 1860 e nos anos 1870, diversos conflitos envolvendo indígenas, sua inserção forçada nas colônias e sua perseguição nas matas.

É interessante perceber a relação das experiências em nível nacional e das práticas e costumes violentos contra os indígenas que se espalham pelo país. Como, por exemplo, a participação de paulistas na lida com grupos indígenas e os processos no Rio Grande de São Pedro no século XIX, como a primeira expedição de 1845, que veio de São Paulo pelo planalto em Palmas (Diehl, 2023, p. 141), ou pela menção do Presidente da Província para contratação de 60 pedestres da Província de São Paulo, para suprir a “necessidade” de “desinfectar” os matos e converter em amigos os “mais formidáveis inimigos” (RPPSPRGS, 1852, p. 15-16).

Com a maior integração dos territórios ao sul do Império Brasileiro na segunda metade do século XIX, a frente de expansão colonial avançou sobre o Planalto Meridional, modificando as fronteiras com os territórios indígenas Kaingang do sul de São Paulo até o vale dos Sinos e Serra do Botucaraí no Rio Grande do Sul. Esse avanço se deu através de uma postura ora mais “branda”, através do aldeamento e da catequização, ora mais agressiva, com ações violentas que resultaram em massacres e perseguição. Ambas as formas visavam “limpar”, “desinfetar” e abrir espaço para estradas e posteriormente para colonos europeus (Braga, 2015; Cunha, 2015; Diehl, 2023; Tedesco e Vanin, 2022; Dornelles, 2011, 2018; Mota, 2009; Laroque, 2000, 2008).

3.1 – Obras Públicas e as frentes de expansão

O século XIX, especialmente a segunda metade, é marcado no nordeste do Rio Grande do Sul pela consolidação das colônias de imigrantes, sendo a principal sede a colônia de São Leopoldo. O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que o sucesso dessa colônia se deveu a vários fatores, como o tamanho do lote recebido por cada família (77 hectares), os subsídios entregues aos colonos, a localização privilegiada para o transporte fluvial até Porto Alegre e Rio Grande, e o grande número de colonos estabelecidos. Essa política durou até 1830, quando foi interrompida, devido a uma derrota política do Imperador. Porém o fim da entrada de imigrantes não impediu o aumento da população, e uma segunda geração, estimulada pelas facilidades de acesso à terra, avança por “novas terras na fronteira agrícola que se encaminha à Serra Geral”. Por isso, mesmo com o conflito interno que enfraqueceu a economia da Província por dez anos, São Leopoldo cresceu econômica e demograficamente,

comercializando via rios com as cidades legalistas de Porto Alegre e Rio Grande, as mais importantes conexões da Província com o resto do país (Machado, 1999, p. 20-22). Os portos de rios são muito importantes até as primeiras décadas do século XX para o escoamento da produção e transporte de pessoas nessa região, quando dá lugar ao transporte ferroviário.

Percebemos que o avanço sobre os territórios indígenas foi um movimento que se deu com uma rápida expansão, auxiliado pelo grande crescimento vegetativo observado nas colônias alemãs, que em meio século avançou sobre toda a Serra Gaúcha até o rio das Antas. Dos territórios indígenas na virada para o século XX, restaram bolsões, toldos e aldeamentos oficiais, mas nenhum até o século XXI, na região estudada nesta pesquisa. Os territórios indígenas reconhecidos oficialmente ficaram consideravelmente ao Norte, o mais próximo na região de Lagoa Vermelha e Vacaria (ver Mapa 1). Havia o interesse expresso em conectar as colônias alemãs com os Campos de Cima da Serra, “muitas vezes isolados das colônias [pois] embarcações chegam [só] até o Rio Rolante” (Campos, 1858, p. 11). Em carta de 12 de agosto de 1848 o Presidente da Província Francisco Soares D’Andrea apresenta sua proposta de uma estrada que inicie na Província sulina e facilite “a comunicação com o Estado do Paraguai, e com a Província do Mato Grosso. [...] Principiar este trabalho de Missões para cima e da Vacaria para baixo [...]” (D’Andrea, 1848, p. 2). Ou seja, havia diversos interesses em atravessar o território bastante acidentado e coberto de florestas de araucária, habitado há milênios pelos povos indígenas, na época chamados Coroados e Botocudos, hoje chamados Kaingang e Xokleng/Laklãnõ, entre o rio dos Sinos e o rio das Antas.

Outra estrada importante para entender o contexto da Serra é o caso da abertura da Estrada do Botucaraí, de 1810 a 1811, que avança sobre o Planalto na sua borda sul, sendo esse um movimento do Sul para o Norte. A abertura desse caminho entre Rio Pardo e a região das Missões, recém conquistada por Portugal, avançou sobre territórios indígenas, identificados por pesquisadores como Kaingang (Bastos Neto, 2022; Tedesco e Vanin, 2022). Há relatos de assaltos contra toldos indígenas, massacres e sequestros de crianças como parte do avanço da frente pioneira, sendo que o grupo indígena resistia ao avanço colonial até então. Também soa interessante e pertinente ressaltar o esbulho territorial comprovado pela pesquisa documental; a doação de terras para os militares que as conquistaram dos indígenas é prática comum do Brasil colonial e Império. Em outras palavras, premiar os invasores de terras indígenas com o butim (Bastos Neto, no prelo, p. 13), prática que pode ser observada nas fontes sobre a colônia de Nova Petrópolis (Vidal, 1858, p. 14).

Para a documentação de Obras Públicas propomos aqui analisar personagens não-indígenas na busca de desvendar informações sobre indivíduos e grupos indígenas, trazendo para o primeiro plano da narrativa indícios da sua presença. Esses nos permitam observar dinâmicas históricas envolvendo essas populações, bem como sua presença no território, suas formas de se relacionar com as frentes pioneiras, além do resultado dessa interação e suas consequências para a organização territorial e política dos Kaingang. Utilizando aportes da história indígena, etnohistória e micro-história, me proponho a desenrolar fios narrativos tendo em vista descortinar mecanismos de mudança ou de continuidade.

Na década de 1850, a linha de colonização, ou a frente pioneira, revisando o conceito de José de Souza Martins, avançava em direção aos últimos vales e montanhas antes de chegar aos Campos de Cima da Serra, onde havia uma estrada importante conectando São Francisco de Paula e Vacaria. No mapa feito pelo Visconde de São Leopoldo em 1840 (Mapa 3), podemos perceber alguns “espaços vazios”, na região nordeste do Estado, onde está intitulado “Serra Geral”. Logo à noroeste deste, outro espaço vazio escrito “Grande Bosque dos Yaquhis e seus Galhos Orientais”, e outro ainda à oeste, ambos menores que o primeiro, esse terceiro intitulado: “Bosques dos Yjuhis e Alojamento dos Bugres”. Ao Norte dos três, temos dois grandes espaços vazios, sendo o do Leste como “Principio do Certão de Pelotas” e logo acima “Bosques montanhosos do Rio Uruguay”, e o do Oeste “Principio do Segundo Certão”. Esses espaços vazios nos revelam construções do imaginário sobre os espaços que eram territórios indígenas em que os mesmos são vazios não necessariamente de seres humanos, pois grupos indígenas habitavam ali milenarmente, mas vazios do que era considerado “civilização” e “cultura” (Mota, 2009; Silva e Barcellos, 2009). Para pensarmos os territórios Kaingang, percebemos a diferença em como eram retratados em relação aos Guarani, considerados mais próximos da civilização por terem se mostrado abertos aos missionários religiosos. O fracasso das missões jesuíticas com os povos Jê do planalto fez com que os padres pusessem a culpa na suposta “selvageria” dos indígenas (Silva e Barcellos, 2009). O uso do termo “Bugre” no mapa, diferencia-se dos etnônimos “Yaquhis” e “Yjuhis”, aparentemente de origem Guarani. Esse termo, bugre, é relacionado muitas vezes com um sentido pejorativo tanto pela sua origem europeia quanto pelo seu uso com os indígenas no século XIX e XX (Brandalise, 2019).

Apesar de o Visconde de São Leopoldo utilizar etnônimos de origem Guarani para se referir aos territórios vazios, podemos inferir por diversas fontes que são ocupados no século XIX por Kaingang (Laroque, 2000). Além da documentação histórica que atesta a presença e ocupação dos indígenas nesses locais, é possível verificar concordâncias entre esses “vazios” com a área de predominância de florestas de araucária, como é possível vislumbrar pelo Mapa 4, na área em verde escuro.

Através destes territórios de florestas de araucária passavam as principais vias de conexão entre sul e sudeste do Brasil, que a partir de 1846 foram sendo reutilizadas com maior intensidade. Esses caminhos começavam como picadas para tropas de mulas e à medida que se faziam melhoramentos poderiam receber carroças e outras rodagens. Ou seja, esses caminhos foram percorridos de diversas maneiras, com tamanhos diversos de equipes e pessoas. Nas cartas do encarregado da colônia de Nova Petrópolis encontramos um número de 29 pessoas, somando mais agrimensores, equipe de apoio e cozinheiros, para abrir picadas mata adentro em um relevo acidentado (Vidal, 1858, p. 44-45). Podemos perceber também pela leitura das fontes de que em todos os casos nos quais essas equipes se encontravam com indígenas havia medo, e os chefes escreviam cartas comunicando esses eventos e pedindo algum tipo de apoio militar ou mesmo em armas e munição.

Nos relatos podemos encontrar descrições quantitativas do tamanho dos grupos indígenas: no contexto de Nova Petrópolis, são mencionados menos de 20 homens; já na Estrada do Mundo Novo, seis anos antes, são 40. Observando esses dados, fica evidente que os encontros nessa zona de fronteira eram entre grupos pequenos de brasileiros ou imigrantes, e grupos ainda menores de indígenas. Enquanto esses eram treinados como guerreiros desde pequenos nas mesmas paisagens, os brasileiros não necessariamente tinham as mesmas habilidades e experiência, mas podiam atirar com arma de fogo. No caso do recorte temporal da presente pesquisa, a escassez de armas era uma reclamação comum, provavelmente devido aos conflitos intermitentes na fronteira, que ocupavam todo o arsenal. A superioridade numérica deveria ser um fator importante, mas não fundamental, já que os indígenas possuíam técnicas para parecerem maiores do que eram e dominavam muito bem o terreno.

A historiadora Luana Teixeira estudou a experiência dos escravizados na região de São Francisco de Paula, logo a leste de Canela, já nos Campos de Cima da Serra. Seu recorte é o distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra (Vila de Santo Antônio da Patrulha)

entre os anos de 1850 e 1871. A autora menciona “quilombos pouco numerosos, geralmente efêmeros, que surgiam ora numa parte, ora em outra, no interior das matas que caracterizavam a região entre os campos do planalto e o litoral” (Teixeira, 2008, p. 12-13).

A região era conectada com a sociedade brasileira e contava com um trânsito frequente de pessoas, o que foi um dos motivos da abertura da Picada do Mundo Novo, para conectar as rotas de São Francisco de Paula com as colônias alemãs. Enquanto as serras eram locais de difícil circulação, com densas florestas de araucária, e habitadas por grupos indígenas, os Campos eram planos, com estradas e não era digno de nota o “problema” indígena.³¹ Pela mesma dificuldade de acesso da Serra, esse “era local de refúgio para outros dois importantes grupos dessa história: os escravos fugidos e os desertores” (Teixeira, 2008, p. 28). Para a Câmara de Santo Antônio da Patrulha, quilombos eram a “reunião em um lugar oculto mais de dois escravos”. A autora menciona um “conjunto interligado de ranchos, para onde os cativos se dirigiam de forma temporária” (Barcelos, 2004, p. 87 *apud* Teixeira, 2008, p. 30), executavam derrubadas para plantar e se relacionavam com outros espaços, como vendas, senzalas, fazendas, e, apesar da escassez de registros, com aldeias indígenas, tanto os Jê, na Serra, como os Guarani, próximos à Aldeia dos Anjos. Esses pequenos quilombos sofriam ataques de capitães do mato, tropas da Guarda Nacional e caçadores (Cunha, 2015).

A colônia do Mundo Novo foi a principal rota de comércio com São Francisco de Paula durante as décadas de 1850 e 1860, com comércio de madeira e gado de cima da serra e víveres das colônias. Nesse trajeto, trabalhavam brasileiros livres e escravizados, levando as mercadorias pelas maltratadas estradas e picadas serra acima e abaixo, conhecendo os caminhos, seus acidentes e atalhos. Escravizados dispostos a fugir poderiam utilizar esse caminho movimentado como ponto de partida de uma fuga, atrás da rede de pequenos refúgios, e se encontrar dentro do mato com grupos indígenas, tendo consequências variadas.

No mesmo período pôde ser identificado um local de fronteira, a partir de um relato de “alguns estragos” que fizeram “índios botocudos” nos Distritos de Torres e Maquiné, próximos à borda do planalto e a planície do litoral. Os Xokleng são um grupo da família Jê Meridional, aparentados dos Kaingang, e com quem tiveram conflitos datados do final do século XVIII, e que a partir do século XIX começam a sofrer intensa perseguição no território

³¹ A quase ausência de processos-crime que envolvam índios em São Francisco de Paula e a perspectiva de que a região já era bastante ocupada nas décadas de 1850 e 60, leva a crer que em São Francisco (terra de campos, lembremo-nos) os grupos indígenas não eram um “problema” para as autoridades. (Teixeira, 2008 p. 28)

de São Pedro (Cunha, 2015; Mabilde, 1983). Esse território entre os Campos de Cima da Serra e o Litoral, também uma Serra íngreme coberta de florestas de Mata Atlântica do Rio Grande do Sul até o Paraná, serviu de refúgio para os grupos de botocudos/Lãklãno/Xokleng que, bem depois, em 1914, iriam se aldear no Posto Indígena Duque de Caxias, já sob o regime do Serviço de Proteção ao Índio (Wittmann, 2007).

No Rio Grande do Sul, durante o século XIX e início do XX, é possível encontrar registro da presença dos Xokleng nas matas entre São Francisco de Paula e a fronteira com Santa Catarina, e nesse período foram perseguidos severamente, pois para as autoridades, não era possível catequizá-los por serem indígenas “mais indômitos” (RPPSPRGS, 1850, p. 34). Na pesquisa da documentação da Picada Feliz, foi encontrado um relato de indígena com “beijo furado” (ou seja, que utilizava um botoque) junto com outros indígenas de cabelos compridos passando pela Linha Olinda em 1858, evidenciando que no espaço fronteiro haviam contatos interétnicos moldados pelas circunstâncias das frentes pioneiras sobre os territórios indígenas.

Assim, este é um território com diversidade de povos que o ocupavam e transitavam, por ser um limite natural entre os Campos de Cima da Serra e os Vales do Caí e Sinos. Nessa região se encontravam colonizadores portugueses, alemães, indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani, além de africanos, escravizados ou não. Os encontros na maioria das vezes não eram pacíficos, principalmente a partir do avanço da colonização serra acima durante o século XIX, processo que conflitava com as ocupações indígenas, gerando relações cada vez mais permeadas pela violência e pelo medo.

Para entendermos melhor como essa fronteira se tornou uma área de conflitos mais acirrados devemos entender esse espaço físico. Os pinheirais próximos dos Campos de Cima da Serra, entre Taquara do Mundo Novo e a chamada Povoação da Entrada, no distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra, se localizam em vales e montanhas cercados pelos Campos de Cima da Serra à norte e leste, e os vales do rio Caí a oeste, e do Rio Sinos ao Sul. As rotas de tropeiros passavam por São Francisco de Paula, em direção ao rio Uruguai. Era uma rota consolidada, na qual as colônias alemãs, em especial a colônia privada do Mundo Novo, que se localiza ao longo do rio Paranhana, precisavam se integrar. Essa fronteira entre as colônias ao longo do rio encurralava as florestas de pinheiros que os Kaingang habitavam, entre as colônias do vale e as fazendas dos campos. As estradas eram como rachaduras que

atravessaram seu território, colonizando áreas no século XIX que não haviam sido colonizadas até então, utilizando as estradas como pontas e os colonos como posseiros dessas chamadas “terras devolutas”.

Mapa 3: Mappa da provincia de San Pedro; Visconde de São Leopoldo; 1830-1840.

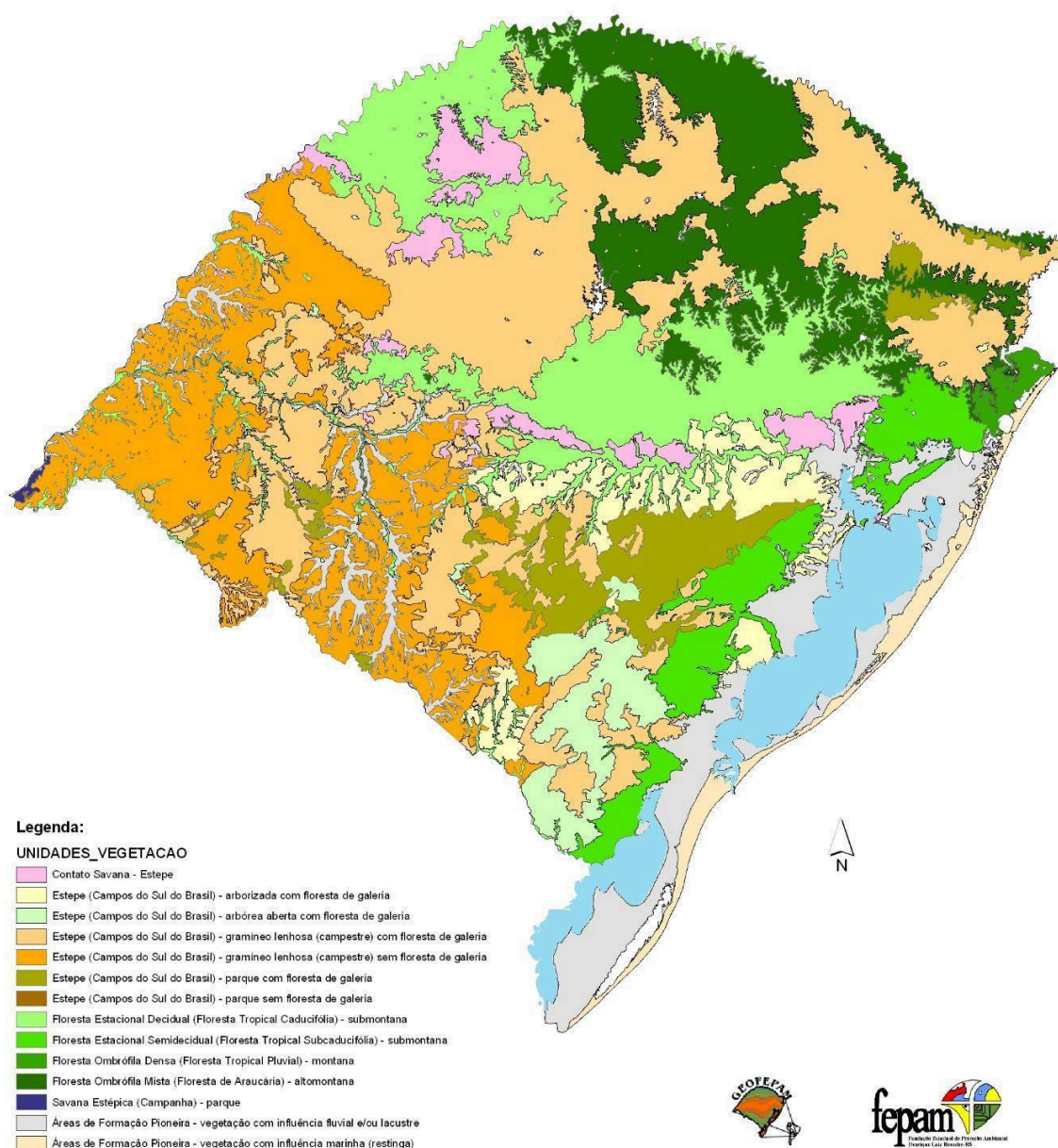


Fonte: Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.³²

³² Disponível em: <https://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_3/300-57.htm>. Acesso em: 18/11/2023.

Mapa 4: Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM

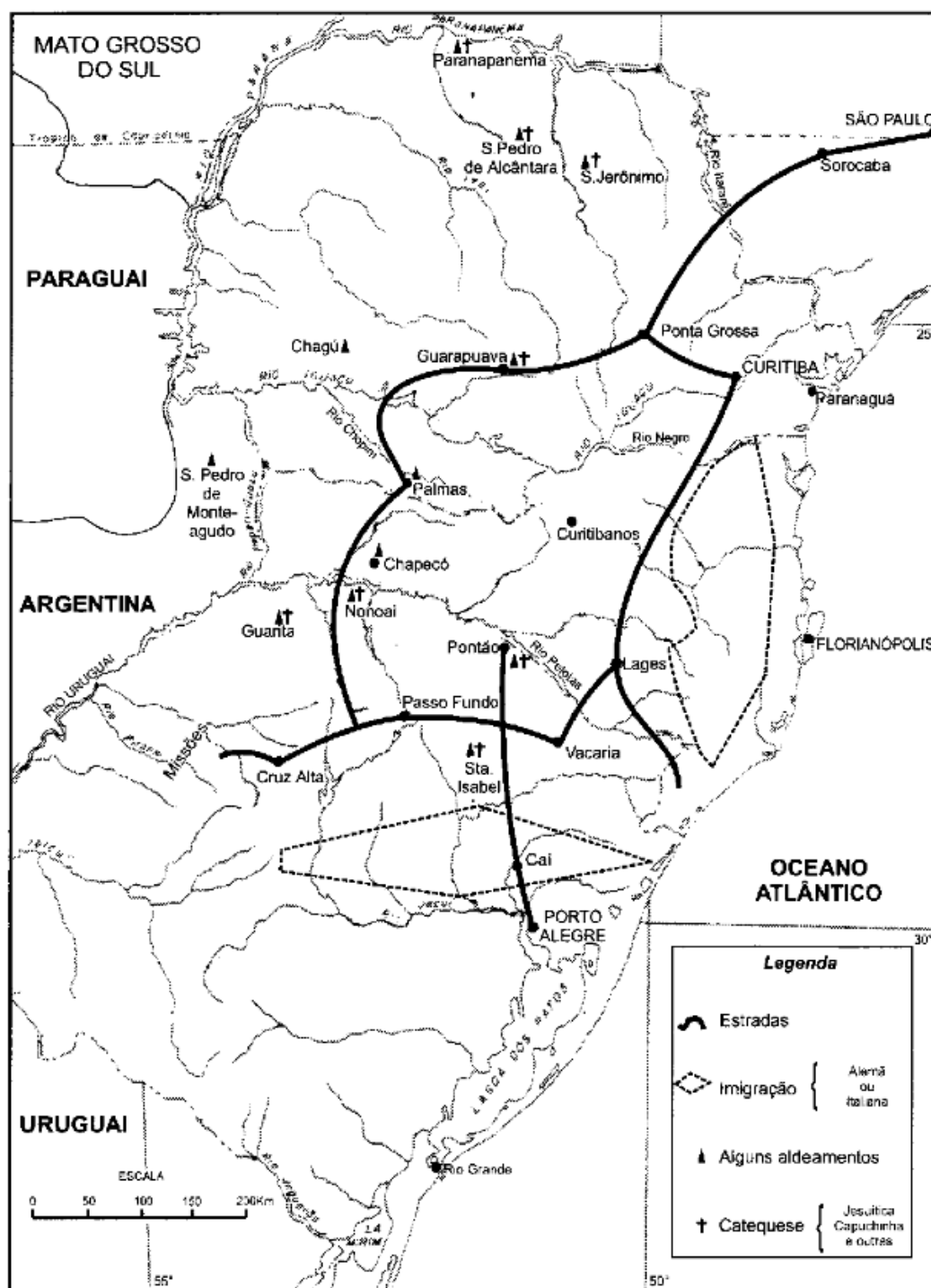
Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM



Fonte: Projeto Biodiversidade / Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Sema RS. ³³

³³Projeto Biodiversidade RS - Disponível em: https://web.archive.org/web/20200108000127/http://www.biodiversidade.rs.gov.br:80/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=26&submenu=14. Acesso em: XX/XX/2023.

Mapa 5: Mapa do Avanço das frentes de expansão pelo Brasil Meridional



Mapa 3: Avanço da Frente de Expansão pelo Brasil Meridional.

Fonte: Adaptado de Curtis (1964), D'Angelis (1984, p.13), Basile Becker (1991,p.158), Basile Becker e Laroque (1999,p.134)

Fonte: (Laroque, 2000, p. 79).

3.2 – Estrada do Mundo Novo

A dita estrada saía de Santa Cristina do Pinhal, nas margens do rio dos Sinos, chegando aos Campos de Cima da Serra nas proximidades do distrito de São Francisco de Paula,³⁴ fazendo a conexão entre as florescentes colônias alemãs no vale dos Sinos com a estrada já existente entre São Francisco de Paula e Vacaria. Essa rota fazia parte de um longo caminho percorrido por tropeiros, que ligava as vacarias do pampa às feiras de São Paulo, terminando na cidade de Sorocaba, onde o gado era vendido. Desde o início do século XVIII, os territórios dos povos Jê foram obstáculos para o avanço da colonização portuguesa, de Minas Gerais até o Planalto Meridional. Podemos identificar descrições de conflitos com os Kaingang a partir da invasão dos Campos de Guarapuava (1772-1774), tendo o caminho das tropas como base para a frente de expansão em direção ao sertão meridional. O aumento da importância econômica e estratégia das estradas que cortavam o planalto fez com que fosse vital a conexão destas com as colônias alemãs nos vales dos Sinos e Caí, onde se encaixa a Estrada do Mundo Novo.

Existiram duas estradas do Mundo Novo na década de 1850, a velha e a nova. Cartas do Fundo de Obras Públicas nos permitem visualizar as questões específicas da abertura e manutenção dessas picadas serra adentro, frentes pioneiras da colonização sobre território indígena. Os processos que desencadeiam a abertura de estradas sobre território indígena vislumbram diversos atores com vários interesses. O Presidente da Província, em meados de 1848, Francisco Soares D’Andrea, em carta para o Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios do Império – à época, José Pedro Dias de Carvalho – descreve a proposta de Estrada que ligasse o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso, passando pelos Campos de Coritiba e fazendo a conexão com o Estado do Paraguai. A conexão que as estradas proporcionavam eram comerciais, mas também militares. Após um período de revoltas regionais, sendo a Farroupilha a mais longa (1835-1845), o Império estava se estabilizando e mantendo o território luso-americano coeso em um governo monárquico independente, diferentemente do território anteriormente colonizado pela Espanha, que se fragmentou em diversas Repúblicas. Nesse sentido, a unidade nacional era uma questão de primeira ordem ao governo imperial na metade do XIX, questão que incluía o debate sobre os muitos territórios ainda controlados por grupos indígenas autóctones, alguns em áreas de fronteira.

³⁴ De forma aproximada, podemos dizer que a atual Rodovia Estadual RS-020, de Taquara até São Francisco de Paula, segue o curso da “nova” Estrada do Mundo Novo.

Do mesmo ano de 1848 são as “Condições com que se deve pôr em arrematação a obra da estrada que segue do Mundo Novo a S. Leopoldo”, escritas por Bernardo João de Mattos, da secretaria do governo. Este documento contém informações técnicas para a construção da estrada, como a largura em terrenos planos ou chapadas altas, de 60 palmos, ou em encosta de morro, de 30 palmos.³⁵ Ou o destino para as árvores arrancadas com a construção:

Todos os troncos das árvores que ficarem dentro do [trajeto] da estrada vem ser arrancados e todos os pés podres ou não de Ley que estiverem de um ou outro lado em quanto derem sombra a estrada devem ser derrubados e queimados, ficando em pé todos os pés de Ley, e limpo o terreno entre eles. (Mattos, 1848, p. 1)

A obra deveria ser fechada no período de dois anos depois da assinatura do contrato, e a última parcela dos dez contos de réis seria paga apenas depois da revisão da obra. A estrada deveria permanecer útil no período de dois anos e passadas as águas do primeiro inverno, acarretando multa ou prêmio. No ano seguinte a mesma portaria foi publicada na província pelo Capitão do Porto e Encarregado da Obra, Caetano José Travassos. Logo a abertura da picada deveria começar.

Foi na virada de 1851 para 1852 que as obras começaram, com portaria de 30 de dezembro de 1851 pelo Vice Presidente desta Província Luis Alves Leite de Oliveira Bello, ordenando “que fizesse o pique que parte da antiga Fazenda do Mundo Novo pela margem do Rio Santa Maria a sair em Cima da Serra no Distrito de S. Fco de Paula”. Este trajeto parte de um dos pontos mais orientais do Vale dos Sinos e da colonização alemã, e sobre o Rio Santa Maria, atual Paranhana, passando por uma serra íngreme para chegar nos Campos de Cima da Serra, próximo de onde hoje é a cidade de São Francisco de Paula, que vivia da agropecuária escravista em pequena escala, na época um distrito de Santo Antônio da Patrulha, vila luso-brasileira (Teixeira, 2008).

O encarregado da obra nesse período era Domingos José Dias, morador do Pinhal, segundo distrito de São Leopoldo desde 1847, quando encontramos seu nome na ata de fundação desse distrito.³⁶ A partir de 1852, torna-se o encarregado da obra da estrada do Mundo Novo, junto com o engenheiro belga Mabilde. Nessa época, “tem 70 anos e passou quase toda vida no exercício de sua lavoura na mesma Serra” (Dias, 1852, p. 8). Podemos

³⁵ O palmo brasileiro, segundo o Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2113, foi uma unidade métrica de comprimento equivalente a 20 cm, usada no Brasil entre 1833 e 1862.

³⁶ Livro de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo em 1846 a 1849, p. 13.

afirmar de modo convicto que viveu pelo menos até os 74 anos, pois encontramos menção a ele em relatório do Presidente da Província em 1855, onde é citado na comissão de construção da capela de Santa Cristina do Pinhal, e em carta do Fundo de Obras públicas em 1856, onde é citado de forma *diferente*. Em um relatório sobre as obras no Mundo Novo escrito por Antônio José de Moraes em novembro de 1856, é mencionado que “um dos homens conhecedores d’este terreno é David, de tal irmão do Mingoze do Pinhal” (Moraes, 1856, p. 2). Ao que tudo indica, “Mingoze” era uma corruptela de Domingos José, ainda mais por ser esse também do Pinhal. Por ser mais velho e um dos “pioneiros” da instalação de portugueses na encosta da serra, inclusive mencionado em Relatórios de Presidente da Província (1852 e 1855), devia ser um homem conhecido na região, o que pode explicar seu apelido apresentado na carta.

Dessa forma, percebemos que o irmão do *Mingoze* do Pinhal, sujeito chamado David “de tal”, é citado como dono das terras por onde atravessa a estrada do Mundo Novo, passando além do local denominado como “últimos alemães”, e que esse mesmo David vendeu terras a brasileiros nessa localidade, a qual era grande conhecedor. Trata-se então de David Pereira Dias,³⁷ irmão de Domingos José Dias e morador de localidade vizinha ao Pinhal. Os dois irmãos aparecem como figuras públicas na fundação da capela de Santa Cristina do Pinhal,³⁸ próximo à estrada do Mundo Novo, sendo David o doador das terras, ou melhor, havia “demarcado provisoriamente o terreno da igreja, e Domingos seu representante na sua ausência, junto com demais moradores” (Fischer, 2008). Podemos pensar nesses personagens como agentes da fronteira colonial a partir de uma lógica própria de ocupação, com “[...] lusos, açorianos, militares, padres, comerciantes e homens comuns que diferenciaram o avanço da frente de expansão e ocupação do espaço ainda não ocupado [...]” (Freitas, 2019, p. 45).

No caso, esse local era a encosta da Serra ao norte do Vale dos Sinos e o Vale do rio Paranhana, ou Santa Maria, região que recebeu sesmaria, fazenda e colônia de imigrantes, constituindo um locus de análise interessante para pensar o avanço das frentes coloniais como espaços diversos, pois congregava a ocupação luso-brasileira, e com isso a presença de

³⁷ Ver localização da sua propriedade no Mapa 8.

³⁸ A capela de Santa Cristina do Pinhal foi criada pela lei provincial nº. 96, de 25 de novembro de 1847. Atendendo ao pedido dos moradores do povoado de Pinhal. David Pereira Dias, morador da localidade vizinha, doou o terreno destinado à construção da igreja. O engenheiro Alphonse Mabilde foi encarregado pela portaria de **8 de janeiro de 1851** pelo Presidente da Província, Pedro Ferreira de Oliveira, para que vistoriasse e informasse a respeito do terreno doado para tal construção (Dias, 2010, p. 40).

africanos e seus descendentes escravizados, a imigração europeia e a presença de grupos indígenas não submetidos. Além, então, de luso-brasileiros, teutos, indígenas Jê (Kaingang e Xokleng), temos também a presença limítrofe de indígenas Guarani, já que ao sul da região estudada se localizava a Aldeia dos Anjos (atual Gravataí), um aldeamento da metade do século XVIII e destino de muitos Guarani após a guerra às reduções no final da década de 1750. Existem relatos, coletados pela historiadora Angelita Peixoto (comunicação pessoal, 2023), de padres no final do século XVIII, de uma missão habitada por 1000 pessoas no povoado do Pinhal, no rio dos Sinos, indígenas da Aldeia dos Anjos, cuja padrão de ocupação do espaço deveria lembrar o das reduções orientais, com um amplo espaço de criação e coleta. No caso das Aldeia dos Anjos, esse espaço iria até os primeiros contrafortes da Serra, a norte do rio dos Sinos, coincidindo com o relato de grupos Jê vindos da Serra em direção à Porto Alegre (AHRS, 1990; Caldre e Fião, 1943)

A localidade de Pinhal pertence à Aldeia dos Anjos até 1846, quando se tornou parte do segundo distrito de São Leopoldo, mas voltaria a fazer parte da Aldeia dos Anjos quando foi elevada à freguesia em 1857. A criação da capela de Santa Cristina do Pinhal demonstra um momento de crescimento de um povoado ou arraial que existe pelo menos desde 1813 (Bischoff, 2000, p. 76 *apud* Dias 2010), e que se expandiu com a criação da colônia privada do Mundo Novo, no mesmo ano do decreto da capela, 1847. Desde então, há um aumento de população e ocupação de não indígenas na região, causando o aumento da degradação ambiental para abrir mais roças, estradas e levantar casas de colonos. Por outro lado, o interesse pelas terras “vazias” além dos limites da colônia aumentou, tendo em vista a possibilidade de construir uma estrada que passe por ali, valorizando-a para a venda para novos colonos. Justamente o caso das terras de David Pereira Dias, que a nova estrada do Mundo Novo iria passar, por coordenação de seu irmão e morador do Pinhal, Domingos José Dias. Veremos no decorrer dessa pesquisa as consequências do aumento da pressão demográfica e ambiental com a instalação de cada vez mais colonos nas terras indígenas, dentro desse espaço de fronteira entre dois ou mais mundos que, como aponta João Pacheco de Oliveira, é um lócus de “negação de direitos” (Oliveira, 2016).

No recorte temporal dessa pesquisa, esse trecho de encosta da Serra é um ponto focal da frente de expansão, com diversos sujeitos e grupos sociais envolvidos no avanço sobre as áreas cobertas de florestas que constituem as terras indígenas na região até meados do século XIX. Podemos apontar alguns sujeitos chaves no processo de colonização da região. Um

exemplo é Tristão José Monteiro, dono de escravizados, que em 1846 compra a Fazenda Mundo Novo e funda a Colônia Mundo Novo (Freitas, 2019, p. 137), além de ser tido como uma figura fundacional da região de Taquara. Já os irmãos Domingos e David apresentam um quadro mais interessante, pois enquanto Domingos é mencionado no Relatório do Presidente da Província “assegurando conhecer lugares, por onde se poderia abrir uma melhor via de comunicação” (RPPSPRGS, 1852, p. 28), David é dono das terras por onde passa essa nova estrada, as cultiva e as vende para brasileiros (Moraes, 1856).

Essas terras são constituídas de áreas de florestas, morros e vales, pois são depois do lugar conhecido como “últimos alemães”, o que indica que são terrenos avançados serra adentro. Após esses terrenos, apenas há “terras incultas, ou por que sejam devolutas, ou por que já muito entranhadas na Serra”, que segundo um relatório, “poder[ão] ter na sua maior extensão uma legoa³⁹ a encontrar as roças dos moradores de Cima da Serra” (Moraes, 1856). Ou seja, percebemos como o avanço dessa frente pioneira conta com relações familiares e interesses na venda de terras, e, como veremos adiante, de exploração de recursos naturais, assim como a instalação de colonos. Mais do que entender esse processo como simplesmente o avanço dos interesses do Império sobre terras “incultas”, ou do enriquecimento pessoal de uma família de proprietários, é possível vê-los, utilizando um jogo de escalas, como indivíduos em espaços de influência e trocas interindividuais, que participam dos “mecanismos concretos de mudança” (Rosenthal, 1998 p. 172; Revel, 1998).

Longe de serem relações casuais ou desimportantes para o tema da presente pesquisa, essas relações interindividuais consistem no esqueleto do mecanismo de frente de expansão, seu motor e combustível: os interesses do Império, dos colonos lusos e dos recém chegados colonos alemães. Tais relações não são o resultado esperado dessa pesquisa, mas sim um impulso para entendê-las a contrapelo no âmbito das fontes pesquisadas, já que as mesmas foram escritas por esses sujeitos envolvidos na teia de relações cujo objetivo era a ocupação de territórios ainda não colonizados, incluindo aí assegurar os mesmos para a coroa brasileira, enriquecendo certos indivíduos, quando possível, e proporcionando um ambiente de desenvolvimento para os colonos. Porém, ver essa teia como tudo que há é o engano dos historiadores que se deixam comprar pelo discurso das fontes tal qual esse se apresenta. Pelo

³⁹ A légua era uma medida de distância utilizada em Portugal e no Império brasileiro que corresponde a 6.600 metros. *In* História Luso Brasileira – Pesos em Medidas. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4020:peso-e-medidas&catid=182&Itemid=215>. Acesso em: 18/11/2023.

contrário, essa pesquisa se propõe a entender essas relações como parte de uma outra mais ampla no tempo e no espaço, a relação entre indígenas e não-indígenas no avanço colonial. De maneira pertinente, mais de uma geração de historiadores (as) tem abordado conjuntos documentais a partir desse prisma, buscando tirar do apagamento os indígenas presentes em cada parte do processo de avanço sobre suas terras ou, dizendo de outro modo, da constituição do país Brasil (Monteiro, 2001; Moreira, 2010).

Para comprovar a relevância dessas relações interpessoais em um espaço de avanço da frente de expansão – ou seja, uma frente pioneira, a abertura das estradas do Mundo Novo e os interesses ali envolvidos – é pertinente ver como esses eventos ecoam na administração provincial, através dos Relatórios de Presidente da Província, nesse caso, o de 1852. O vice-Presidente da Província, Oliveira Bello, em um subtítulo apenas sobre a Estrada do Mundo Novo, define a mesma como “uma das mais importantes, e que se acha em peor estado”. O trecho que segue revela uma mudança no trajeto da estrada “quando se tratava de começar esse trabalho”, mudança essa, impulsionada pelo mesmo Domingos José Dias, “morador antigo das vizinhanças d’ella, e homem honrado, assegurando conhecer lugares [...]”. Tais lugares, como apontamos acima, são terras de seu irmão, David. Contudo, não foi sem oposição que essa mudança se deu, pois o engenheiro Mabilde, na época encarregado das colônias da região, tinha opinião desfavorável à nova estrada. Aparentemente, a opinião do belga não era popular, pois o relatório afirma que foi “contestada por outras muitas opiniões, e sobretudo pela afluencia de via[j]antes, que, desprezando a estrada antiga, começarão logo a transitar por aquella picada”. Para resolver esse embate de opiniões:

N’esta conjunctura necessario era tentar de novo descobrir a verdade. Foi por tanto encarregado de uma nova exploração sobre a picada, e de comparal-a com a estrada, o conspicuo cidadão Antonio Leite de Oliveira. E a vista das minuciosas informações d’este segundo comissionado, não ficou dúvida alguma da preferencia da nova sobre a antiga estrada. (RPPSPRGS, 1852, p. 28).

Tais minuciosas informações estão em carta que está no Fundo de Obras Públicas e pôde ser acessada para a presente pesquisa. Na mesma, Antonio Leite de Oliveira descreve a nova estrada em seus aspectos relevantes ao trânsito de animais e tropas, como a lama, pedras, declive, pontos de atravessar o rio Santa Maria (Paranhana), e outros, decidindo, então, ser a nova estrada melhor que a velha, a qual Oliveira percorre no caminho de volta. Em um trecho de sua carta, podemos compreender a maneira como essas terras poderiam ser ocupadas pela

sociedade brasileira, a partir dos projetos do Império, relacionando o micro e o macro diacronicamente:

Considerando no estado do cofre provincial, julgo que para melhoramentos da nova picada não he preciso o menor sacrificio do Governo, **basta que conceda Colonias em toda sua extensão, ou com mais justiça datas de terra a Brasileiros, que ali encontrarão terrenos fertes para cultivar [...]** (Oliveira, 1852, p. 4, grifos meus)

Assim, percebemos explicitamente a forma de colonizar terrenos ainda “incultos” a partir da abertura de estradas e, ao mesmo tempo, garantir o trânsito das mesmas com colonos e brasileiros em seu trajeto. Nesses dois documentos (o Relatório do Presidente da Província sobre a Estrada e a carta de António Oliveira) não aparece sequer menção aos indígenas. Na tradição oral Kaingang, a região em questão, a serra entre os atuais municípios de São Francisco de Paula e Caxias do Sul, englobando principalmente Canela, Gramado e Nova Petrópolis, era um território tradicional, liderado na época pelo cacique João Grande, ou Nicué. Levanto a hipótese aqui de que o engenheiro Mabilde, com mais experiência no contato com os Kaingang, e já tendo entrado em conversas com o cacique Braga, poderia já saber da existência desse grupo indígena, quase encurralado nas montanhas cobertas de florestas da região, e por isso foi contra a nova estrada do Mundo Novo.

Não é possível confirmar essa afirmação, pois na carta em que o engenheiro belga trata do assunto com o vice-Presidente da Província, não há menção sequer aos indígenas, o que é curioso tendo em vista que o agrimensor escreveu um dos relatos mais completos sobre os Coroados/Kaingang no século XIX, já citado diversas vezes nesta pesquisa. Aparentemente, Mabilde considerava que a nova estrada se tratava de uma “conveniência mais particular e especial” do que um “proveito” para o “público” (Mabilde, 1852, p. 1). Não é difícil de se imaginar, contudo, que a existência de um grupo indígena resistente fosse ocultado como argumento para construção de estrada, pois o governo Provincial já colocava em marcha o projeto de aldeamentos no Norte do Estado, se opondo a qualquer resistência ao mesmo, o que era precisamente a postura do grupo de João Grande (Laroque, 2001). Tais aspectos podem explicar, em parte, a ausência de menção aos indígenas nas comunicações entre Mabilde e o Presidente da Província.

Assim, o novo trajeto da Estrada do Mundo Novo sugerido por Domingos José foi aprovado. As obras começam, em 8 de janeiro de 1852, e logo a equipe se encontra com um grupo indígena, que as fontes anteriores ocultam de maneira exemplar, e que aqui aparecem

onde geralmente os encontramos nas fontes do século XIX – como empecilhos aos projetos que avançam sobre seu território:

Em observância da dita Portaria de v.ex. aprompteime, e dei principio ao referido serviço no dia 8 de janeiro [?] e fui obrigado a voltar no dia 14 do mesmo para minha casa, e dispersar os trabalhadores, por causa dos Bugres terem dado no lugar onde eu tinha depositado os viveres levando-me dois machados, duas foices e quatro sácas d’Algodão hua mala com roupa de hum trabalhador, espalhando os mantimentos que não quizerão levar, matando duas bestas de carga, e de andar, escapando, por felicidade, a gente que estava perto desse lugar. (Dias, 1852, p. 2, grifos meus)

A tropa de Dias foi afugentada por uma partida de indígenas Kaingang. As correrias desse grupo já foram estudadas, e pesquisadores apontam dois elementos: a necessidade de adquirir ferramentas de metal e o rapto de pessoas para serem potenciais afins (Dornelles, 2011; Fernandes, 2013). Nesse caso, como aponta Domingos, ninguém ficou ferido no ocorrido. É importante perceber que os piqueiros estavam se embrenhando na mata fechada, expandindo a picada para dentro do território Kaingang, reconhecido na documentação como “terreno inculto” ou “espaço vazio”, como trabalhou Lucio Mota (2009) sobre o Paraná e Silva e Barcelos (2009) sobre os mesmos Campos de Cima da Serra. Na estrada do Mundo Novo, temos uma frente de expansão que avança sobre território indígena.

O encarregado da obra afirma que depois daquele acontecimento lhe era “impossível fazer aquele serviço com a economia que esperava”, ou seja, o preço para realizar a picada aumentou. Domingos José Dias, “a princípio, ia desistir d’elle [do serviço], porém pessoas com que me aconselhei a este respeito e que tenho [...] instruídas, e bem intencionado” lhe aconselharam a continuar com a obra, “não obstante essas inesperadas dificuldades”.

Parecendo me justo o conselho, e conhecendo que a continuação daquele serviço atem o ter a celeridade que v.ex. teve em vista quando o mandou fazer, tinha naquela ocasião a de **animar os Colonos que estarão muito assustados, intimidando os Bugres, como muito convenha**, resolvi-me a entrar mais depressa possível, cuja entrada somente pude realizar no dia 26 de Janeiro pp por presar **levar gente bem armada, e munida, e quase pr. Dobrado salário, que comtudo não foi alto considerando-se a circunstancias que serão motivo a tal confiança [...]** e a outros. (Dias, 1852, p. 3, grifos meus)

Ao que parece, entre o dia 8 de janeiro e o dia 16 de março, data da carta, Domingos José Dias teve que ser convencido a agir com violência contra os indígenas, tendo no primeiro momento desistido da empreitada inteira. Após o conselho de pessoas “bem intencionadas”, mandou parte da equipe do pique adentrar o mato “bem armada e munida” e com salários dobrados, com certeza carregando grande responsabilidade dentro das “circunstâncias que

serão motivo a tal confiança”. Enquanto os que restaram foram ordenados que trabalhassem para abrir e alargar a estrada já existente para melhorar a comunicação entre os “exploradores do mato e os que seguirão os trabalhadores se entenderão de modo que nós não fossemos surpreendidos pelos Bugres”, esses mesmos “exploradores do mato” adentravam fortemente armados no território indígena.

Podemos asseverar os interesses e desafios da equipe ao adentrar território hostil, em guerra com o grupo indígena o qual está tendo seu território ocupado violentamente. A estrada em si começaria perto da casa do alemão marceneiro, que é o último estabelecimento, e de onde parte a estrada que “está com pique aberto a facção, e por onde passarão pessoas com cargueiros até sair no campo em Cima da Serra”. No seu trajeto estavam transitando tropas de gente e de bestas, que utilizavam locais de paradoro para fazer os “rodeios”⁴⁰. Abriam trilhas muito maiores do que as que os Kaingang utilizavam, derrubaram árvores em seu caminho e utilizaram os recursos de forma mais intensa do que o modo de vida tradicional dos indígenas que até então ali viviam. Tal pressão ecológica se somou aos conflitos previamente ocorridos na região, constituindo uma situação propícia para a eclosão de violência.

Os recursos naturais são descritos com interesse pela carta de Domingos José Dias. Pela sua posição social na vila brasileira mais próxima, e pelo fato de seu irmão David ter terras ao longo da estrada, podemos afirmar que o trabalho de abertura da picada envolvia interesses pessoais e familiares. Ao sugerir a colonização até Cima da Serra, também dialoga com o projeto de colonização provincial, antecipando a importância que a extração madeireira teria na história da colonização, em especial da região onde os imigrantes vindos do que hoje é a Itália se estabeleceram. Sobre esse território que se refere o encarregado da abertura da Estrada do Mundo Novo em março de 1852:

⁴⁰ “Nestas ocasiões, o gado era reunido num local que também se chamava rodeio e lá era marcado, castrado, curadas suas bicheiras e também preparado para ser enviado em tropas. A marcação e castração eram realizadas no outono, inverno ou início da primavera, dando tempo para que as feridas secassem antes que os insetos se multiplicassem. A reunião de tropas era realizada preferencialmente de novembro a maio, quando o gado estava gordo e o pasto começava a escassear” (Teixeira, 2008, p. 92).

O terreno da estrada exceptuando duas léguas, ou menos, próximas a sahida do campo, he arunte(?), motivo p que a estrada se deverá começar(?) livre de atoleiros e com mais facilidade, tendo além disso em toda ella muitos arroios p agua, muito taquari para sustento dos animais, abundantes madeiras de lei, e boas terras p cultura, oferecendo o mesmo rio S. Maria navegação para condução de madeiras do Morro da Canastra p baixo tendo ao dito morro aos campos 3.900 braças, pela volta do caminho. He incontravel(?) a utilidade que se pode tirar de conduzir as madeiras, e taboados que existem em ambas as margens do dito rio S. Maria, e principalmente taboados de pinho que podem ir onde a beira do campo de Cima da Serra, a onde há muita abundancia dessa madeira de tão grande extração, e cuja condução por terra deve ser de 1 a 2 legoas, distancia menos a que há já de alguns de nossos engenhos, e que he favorecida pela facilidade a comensar(?) boiadas para as conduções, nos férteis campos de Cima da Serra. **Por esta composição verídica ficará v.ex. conhecendo quanto converia levar a linha de Colonização até Cima da Serra, não só para conservação mais fácil de uma boa estrada, que até hoje se não julgou possível, como ão bem p segurança dos viajantes, e de todos habitantes que já existem, e que virão para o futuro continuar a povoar o que falta naquela parte da Serra.** (Dias, 1852 p. 7-8, grifos meus)

Como engenheiro agrimensor das colônias, Pierre Alphonse Mabilde também tinha responsabilidade sobre a construção da Estrada do Mundo Novo. Em março de 1852 escreve para o Presidente da Província sobre a questão entre as duas propostas de trajeto da estrada do Mundo Novo sendo consideradas. Segundo Mabilde, a estrada nova saía nos Campos de Cima da Serra, no rincão de Dona Cândida, ao sul do passo da Santa Cruz, enquanto que a estrada velha saía nas “roças mesmas de um José Velho, morador nos Campos de Cima da Serra”.⁴¹

Nos anos seguintes a situação do território pouco mudou, no sentido de avanço das colônias e fazendas ao largo da Estrada do Mundo Novo, como lemos de Antônio José de Moraes Júnior em relatório de 1856, onde ressaltamos os usos dos termos “últimos alemães” e “últimos brasileiros”:

⁴¹ “Veja-se a família Velho. Os Velho eram grandes proprietários e senhores de escravos com troncos familiares em São Francisco, Vacaria e Lages. Importantes fazendas de São Francisco eram propriedades da família (como a do Muniz e a do Lobo)” (Teixeira, 2008, p. 34-35).

A estrada de Santa Maria que sai a Cima da Serra, principia no Mundo Novo além do rio dos Sinos como coisa de meia legoa, continua por um terreno plano, deixando sempre as colônias a sua direita e esquerda até um **lugar denominado vulgarmente Últimos Alemães** dali segue a m.ma estrada em terras de David de tal vendidas por este a brasileiros q a s estão povoando e plantando, e por outras **terras ainda incultas ou por q sejam devolutas, ou por q já muito entranhadas na Serra**. Este terreno inculto poderá ter na sua maior extensão uma legoa a encontrar as roças dos moradores de Cima da Serra. A estrada está aberta e suficientemente preparada para transitarem, como transitão, carros em todo o terreno ocupado pelos Alemanes q cabendo de três a quatro legoas de excelente caminhos.

Do ultimo alemão ao passar a primeira vez o Santa Maria em rigor haverá uma legoa. E exatamente depois d'esta passagem q se começa a subir por um costão de Serra até encontrar o **morro da Canastra** q se deixa a direita no semi-circulo descripto para evitar a trepada íngreme. Calculei no passo do animal embaraçado quase sempre de muitas tranqueiras, **duas legoas dos últimos brasileiros ao Fachinal – Campos de Cima da Serra**. Cumpro aqui notar ter [tsda] a estrada desde o Mundo Novo ate varar na **Fazenda de D Candida** m ou menos sete legoas. Em principio de que esta estrada a alguma distancia do rio principalmente nas grandes curvas q o rio toma, de certa distancia diante trilha se pela margem esquerda e somente depois de passar cinco vezes este rio é q se deixa a direita e perdesse completamente para se ir passar na ultima trepada da Serra os dous ganhos q o formão. (Moraes Júnior, 1856, grifos meus)

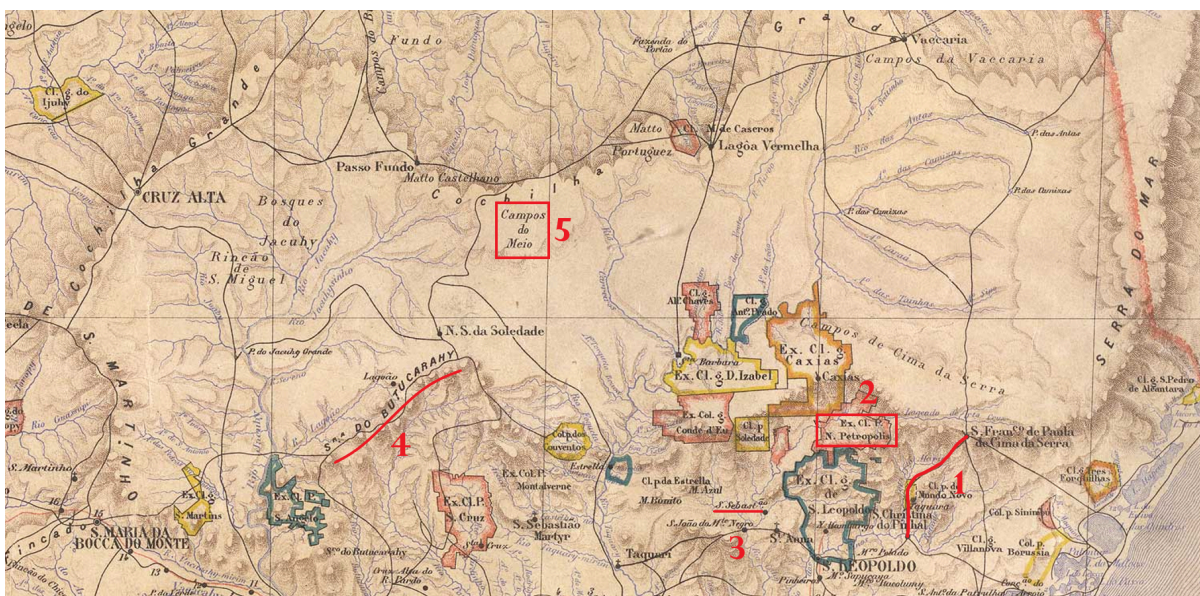
Nesta descrição do terreno pelo qual se atravessava a Picada do Mundo Novo em direção aos Campos de Cima da Serra podemos visualizar esse espaço indígena transformado em vazio com os termos utilizados. Um dos locais mencionados por Moraes Júnior é vulgarmente chamado de “Últimos Alemães”, marcando, ao menos na topografia popular, o limite da colonização alemã. Daqui em diante haveria as terras de David, que estavam sendo povoadas e plantadas por brasileiros e, depois, as “terras ainda incultas ou por q sejam devolutas, ou por q já muito entranhadas na Serra”. No trecho seguinte, temos um relato da estrada mais próxima dos Campos de Cima da Serra, apenas há duas léguas, com uma demarcação espacial do espaço de fronteira: os “últimos brasileiros”. O uso desse termo pode nos remeter à ideia apresentada por Martins sobre as fronteiras como limite do humano, no sentido de afirmar que o que há depois não é o mesmo que antes e, nesse caso, após os últimos brasileiros não haveria mais brasileiros, mas outra coisa (Martins, 1999).

Seria no ano de 1858 a firma de um novo contrato para melhoramento da estrada do Mundo Novo, feito com João José Bueno, e com o seguinte trajeto: “[...] começando das roças dos últimos colonos alemães na colônia de Santa Maria, três léguas distantes do Mundo Novo, passando o costão do Morro da Canastra até em cima da Serra [...]” (Sacramento, 1858), ou seja, prevalecendo, depois de seis anos, o trajeto novo proposto por Domingos José, apesar de

que a infraestrutura da mesma não parece estar concluída, devido a novas obras propostas para esse ano.

Mapa 6 e 6.1: Rio Grande do Sul em 1891 e Destaques





(1) Estrada do Mundo Novo entre Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra; (2) Colônia de Nova Petrópolis; (3) São Sebastião do Caí (Porto dos Guimarães); (4) Serra e Picada do Botucaraí; (5) Campos do Meio.

Fonte: Carta Geographica do Estado Federal do Rio Grande do Sul organizada pelo Major de Artilharia João Candido Jacques e desenhada pelo 2º Tenente Alfredo Vidal - 1891.

3.3 - Picada Feliz e colônia Nova Petrópolis

Mais a oeste, a Picada Feliz se localizava na parte ocidental da colônia de São Leopoldo, serra adentro sentido nordeste para os campos da Vacaria. O agrimensor belga Alphonse Mabilde se refere a esse projeto em carta de 1849 e, depois, apenas em 1854 a mesma é referida no Fundo de Obras Públicas, por Antônio José da Silva Guimarães Filho, encarregado da obra na data, quando o mesmo relata o recebimento de pagamento “por ter aberto a estrada que conduz do Passo da Esperança ao porto de D. Theodora no Rio Cahy”, comentando também da participação de colonos alemães e outros moradores no melhoramento das estradas (Mabilde, 1849; Guimarães Filho, 1854; Oliveira Belo, 1852).

O referido porto no rio Caí posteriormente foi chamado de Porto dos Guimarães, por ter adquirido grandes porções de terra pelo mesmo Antônio Guimarães Filho, que ali fundou uma casa comercial, aproveitando o porto no rio Caí, último posto para muitos colonos recém

chegados, que faziam o caminho até as colônias a pé, ou de carroça, caso fossem crianças e idosos (Vidal, 1858, p. 13). Antônio era filho de um comerciante português estabelecido em Porto Alegre, irmão do Barão de Jaguarão (militar legalista na guerra Farroupilha) e bisneto de Francisco Pinto Bandeira,⁴² um dos pioneiros da conquista do território sulino para a coroa portuguesa. Aqui, Antônio Guimarães Filho aparentemente segue uma tradição familiar de líder de frente pioneira, sendo possível perceber a intrínseca relação do Estado com seus negócios privados, e destes com povos indígenas.

No recorte de pesquisa analisado, a principal fonte sobre essa parte da frente de colonização são as cartas de José Maria Vidal ao Presidente da Província em 1858, ou seja, quase dez anos depois da primeira referência ao caminho. Vidal era um agrimensor argentino encarregado da abertura da colônia de Nova Petrópolis, sendo seu primeiro diretor. Nas cartas enviadas para o Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana (político do Partido Conservador que ocupava o cargo desde outubro de 1857), o agrimensor o informa sobre muitos acontecimentos ocorridos nas colônias, com especial foco para a chegada dos colonos. Desembarcavam no porto dos Guimarães, ou do Hortêncio, e faziam o trajeto até a Linha Nova e depois até Nova Petrópolis, onde eram levados até o “depósito”, de onde começavam a trabalhar a sua terra ou a terra próxima de onde ficavam (Guimarães, 1858, p. 5, p. 71). Também é referido um galpão pertencente à sociedade Montravel, empresa de colonização privada ligada ao Conde francês Felice de Montravel, “que para prover a colonização, se uniu a outros acionistas, formando a sociedade Montravel, Silveiro & Cia.⁴³” (Schaeffer, 2020, p. 10).

⁴² José Auto da Silva Guimarães – Wikipedia - Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Auto_da_Silva_Guimar%C3%A3es>. Acesso em: 12/11/2023.
Antonio José da Silva Guimarães – Geni. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Antonio-Jos%C3%A9-da-Silva-Guimar%C3%A3es/6000000013794036796>>. Acesso em: 12/11/2023.

⁴³ O contrato de colonização privada entre a sociedade Montravel, Silveiro & Cia foi celebrado com o Império em novembro de 1854 e foi rescindido em julho de 1869, após a sociedade privada não conseguir lucrar sem subsídios do governo, sendo a colônia encampada em seguida. Essa colônia privada se localizava nas margens do rio Caí, onde atualmente se encontram os municípios de Barão, Bom Princípio, Carlos Barbosa e São Vendelino. Segundo o historiador Jeferson Schaeffer (2020) em sua monografia: “Tendo sido um dos primeiros núcleos colonizatórios privados administrados por empresas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Colônia Santa Maria da Soledade também ficou conhecida por uma interpretação essencialmente fracassada. Careceu, no entanto, que o ‘fiasco’ da Montravel, Silveiro & Cia fosse inserido no contexto mais amplo da privatização da terra e de avanço da fronteira agrária no Rio Grande do Sul, que caracterizariam os ‘tropeços e embaraços’ manifestados por meio de conflitos com funcionários do governo e desencontros com indígenas Kaingang” (Schaeffer, 2020 p. 227).

Tendo como objetivo o sucesso da colônia de Nova Petrópolis, Vidal informava com otimismo ao Presidente da Província questões administrativas sobre o avanço do projeto de colonização. Seu tom era de otimismo, quase ufanista em relação às condições naturais do terreno: “[...] os matos e as aguadas tudo é ótimo e muito favorável aos interesses desta colônia”, ou quando se refere à colônia na qual era diretor como “novo Éden” (Vidal, 1858, p. 5, p. 21) Tal tarefa ocorria em várias etapas, com vários tipos de profissionais e com diversos problemas, como é de se esperar ao avançar no tempo e no espaço de uma frente colonizadora, que inevitavelmente é realizada através da exploração dos recursos naturais e humanos de forma intensa, ainda mais sobre um território que ainda era habitado pelos seus moradores mais antigos, os indígenas.

Entre os problemas enfrentados por Vidal e sua equipe na frente colonizadora, está uma anedota sobre como ele saiu da capital com pressa e esqueceu os esboços e cópias dos títulos das colônias. Na mesma carta, de 5 de setembro de 1858 ele descreve as equipes explorando ao redor da colônia, e faz um elogio interessante:

“Ao mesmo tempo, que tinha a minha frente uma turma de Picadores abrindo o pique pelo antro da cordilheira e pelo lugar mais apropriado para a Estrada, outras duas conhecião todos os terrenos dos flancos(?) destinados a Nova Petrópolis. Tendo por esta turma percorrido as duas legoãs da primeira secção, depois de ter tomado as convenientes direções do mais alto das montanhas; passei em seguida a exploração da segunda seção como fica indicado.”

“Presentemente estou ocupado nos trabalhos da terceira seção dos terrenos a explorar e posso asseverar a v. exca. Que estou collocado em um **novo Edem** pela excelência das terras, pela bondade e abundância das aguadas como pela sabeava(?) vegetação dos matos que offerecem as madeiras de primeira qualidade.” (Vidal, 1858)

Seu relato confirma a relação intrínseca entre abertura da estrada e avanço da colônia: “[...] a Nova Petrópolis caminha a par da Estrada, que vai para cima da Serra, servindo esta de Base aos primeiros praças, que vou a distribuir cujos terrenos são de superior qualidade.” (Vidal, 1858, p. 12). Não apenas a estrada servia para garantir a segurança e o escoamento da produção da colônia, a própria colônia servia como base para os “primeiros praças”. Nesse ponto é relevante nos perguntarmos o que significam esses termos no contexto. Primeiramente, *praças* é um termo que designa uma posição inferior na hierarquia militar. Também pode designar um lugar fortificado, o que não parece ser o caso aqui. Vidal sinaliza que distribuirá os melhores terrenos aos *primeiros praças*, ou seja, são pessoas, pioneiros, militares de baixa hierarquia, talvez soldados ou mesmo piqueiros.

Na descrição de Vidal, podemos ter uma noção do tamanho do terreno e da equipe que administra. Em carta de 18 de setembro de 1858, afirma estar “em posse de uma área que cabem mais de duzentas colônias” e que o pessoal empregado no serviço soma mais de 29 pessoas, sendo vinte e um homens trabalhando “de fato”, mais equipe de apoio, agrimensores e cozinheiros, além de oito ponteiros, ocupados na abertura do pique, tendo esse seu acampamento separado e na frente “do fornecimento”. Essa equipe trabalhava para o avanço das colônias, e na medida que os colonos chegavam ao Porto dos Guimarães, eram-lhe atribuídas terras ao longo das picadas, que avançavam sentido nordeste, subindo a serra em direção aos campos.

Lá pelo dia 22 de setembro de 1858, Vidal informa que a estrada “está chegando perto de cima da serra”, faltando apenas algumas semanas para alcançar seu objetivo, segundo carta do mesmo em 29 de outubro do mesmo ano, a estrada se encontrava subindo as proximidades do Morro Agudo, atualmente ao sul da área urbana de Gramado, saindo do vale do rio Paranhana para as partes mais altas da Serra antes de chegar nos Campos de Cima da Serra.

No mês de setembro de 1858 Vidal escreveu muitas cartas ao Presidente da Província, ora de Linha Nova, ora de Nova Petrópolis. Ao final do mês ocorreram eventos que envolvem indígenas. Ao dia 16, os colonos “vão chegar [...] a Nova Petrópolis e que vão ficar no galpão pertencente à sociedade Montravel”. Quem trouxe os colonos do Porto de Guimarães até a colônia foi o Tenente Coronel Antonio Joze da Silva Guimarães, proprietário das terras do Porto. No dia 18, Vidal informa sobre os preparativos da chegada dos colonos, e conta que dividiu a equipe de Picadores em três, possivelmente para abrir as picadas para receber os colonos que iriam nelas trabalhar. Também informa o tamanho da equipe: 21 homens trabalhadores, mais equipe de apoio, agrimensores e cozinheiros, e oito ponteiros, ocupados na abertura do pique, tendo este seu acampamento separado e na frente (Vidal, 1858, p. 44-45). Ao final, lamenta sobre as grandes caixas trazidas pelos colonos, que têm dificultado o transporte e aumentado as despesas. No dia 19 informa da entrega de subsídios aos colonos, e no dia 22 informa que a estrada está chegando perto de cima da serra, e que em algumas semanas chegaria aos Campos de Cima da Serra, se conectando com estradas que ligavam São Francisco de Paula até Vacaria, atravessando campos e a Serra das Antas em direção ao rio Uruguai e o Passo do Gôio-Ên, e dali para Curitiba.

De março a setembro, Vidal informa ao Presidente da Província sobre os trabalhos na Picada Feliz e com os colonos que chegavam e iam se estabelecendo nas terras ao longo da estrada. No dia 26 de setembro do ano de 1858, o encarregado menciona alguns Juizes de Paz “para ter lugar o lançamento das turmas” e, logo em seguida, o agrimensor argentino informa o avistamento de uma “partida de selvagens” pelas picadas abertas:

Como os trabalhos de exploração se acham bastante internados ainda que humanamente não possa explicar o aparecimento de alguma partida de selvagens, todavia, para inspirar toda confiança ao trabalhador, se torna indispensavel o uso de armas apropriadas e como é impossível as poder achar nesse destino; peço a v. exca., que pelo Arsenal de Guerra me mande fornecer 10 carabinas = 10 pistolas com as respectivas cartucheiras e 12 cartuchos de cada uma; podendo todo isto ser entregue ao Official da Tesouraria Jozê Cândido Rodriguez Ferreira Pery, que se incumbirá de sua pronta remessa ao porto de Guimarães” (Vidal, 1858, p. 59)

Haviam pelo menos oito ponteiros, os que faziam a linha de frente da abertura das picadas, mais a equipe de 21 trabalhadores e sua equipe de apoio. Toda essa caravana avançava sobre matas fechadas nas cordilheiras que subiam na direção nordeste, em direção aos Campos de Cima da Serra, uma região bastante montanhosa, com vales de rios que desaguam no Caí, e território tradicional dos Kaingang. Como os conflitos entre grupos de indígenas e frentes de colonização estavam ocorrendo na região havia algumas décadas, esse avistamento deve ter sido avaliado com muita preocupação. Para o discurso do encarregado, era “humanamente” impossível explicar a presença daqueles “selvagens” nas “terras incultas”.

A guerra perpetrada pelos grupos indígenas soava como uma resposta do vazio, uma mensagem da floresta ou das brenhas, referindo à tese de José Catafesto de Souza (1998), enquanto a perplexidade do encarregado ecoa no discurso quase hegemônico na sociedade brasileira do século XIX até o fim do XX, que o destino dos povos indígenas seria o inexorável desaparecimento (Monteiro, 2001, p. 5-6). João Pacheco de Oliveira, ao analisar a pintura “Moema” (1866) e a personagem literária “Iracema” (1865), afirma que ambas, por seu destino trágico, atraíram “a atenção do público, traduzindo na linguagem romântica daquele contexto histórico uma profunda certeza da elite letrada quanto à inferioridade e ao inevitável desaparecimento dos indígenas” (Oliveira, 2022 p. 44). Assim, Oliveira aponta o regime de memória em vigor em meados do século XIX entre a elite letrada: a do inevitável desaparecimento dos indígenas, restando apenas o aspecto trágico desse processo e uma possibilidade de reinterpretação como simbologia da nação que se constituía.

Outros eventos marcantes transformam esse período em especialmente instável nas relações entre indígenas e frentes de colonização, que se espalharam rapidamente pela fronteira com os Kaingang. Em 1853 faleceu o cacique Nonoai, uma das sete lideranças que estavam à frente dos Kaingang durante esse período de contato mais intenso com o colonizador (Francisco, 2013). Três anos depois, em 1856, começa uma série de massacres e vendetas entre alguns filhos de João Grande e fazendeiros na cidade de Quatro Irmãos, nos campos de Erechim (Lunardi, 2023). Então, para um observador da situação regional – e não podemos afirmar com certeza que Luís Maria Vidal o era – um encontro com indígenas nos fundos de mato era motivo de preocupação. Tudo indica, nas cartas de Vidal, que os trabalhadores e colonos ficavam nervosos e inseguros em permanecer nos matos. Ao menos é essa a argumentação de Vidal ao pedir 10 carabinas, 10 pistolas e 12 cartuchos cada uma.

Pela metade de outubro, Vidal ainda não havia recebido o “armamento e cartuxume”, que o mesmo afirma seria entregue por Carlos Jansen,⁴⁴ e supõe que, por não ter chegado ainda, “estará em poder do delegado”. Finalmente, no dia 29 de outubro o armamento é entregue pelo Agente de Colonização, “porém está no pior estado possível, por ser de refugio e quais externamente inservível” (Vidal, 1858, p. 72). E continua:

Elle não preinche os fins para que era destinado, porque muito longe de inspirar confiança no trabalhador, bem ao contrário, lhe enfraquece a moral, collocado no meio de um sertão, onde sempre é preciso de alguma cautella, embora estes lugares não sejam frequentados pelas hordas selvagens. Pesso pelo tanto que v. ex. Me mande fornecer de novo com outro armamento que esteja em melhor estado e que todo elle seja de um mesmo calibre, circumstancia que não tem este, que está em meu poder. No ultimo caso, poderei unicamente aproveitar sete Pistolas e algumas Tercolas(?), todo o restante está completamente inservível. (1858, p. 72-73)

Pouco mais de um mês depois, ocorre um incidente de maior importância que é descrito em dez páginas, contendo em anexo o Termo de Averiguação do Subdelegado da Freguesia de São José do Hortêncio. A carta começa demonstrando o sentimento que reinava naquele momento:

⁴⁴ Esse personagem possivelmente se refere à Carl Jacob Anton Christian Jansen (1829 - 1889), mercenário alemão que chega ao Sul do Brasil em 1851 para lutar nas guerras cisplatinas, e se torna um expoente da comunidade alemã em Porto Alegre, atuando também como professor, escritor e jornalista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carl_Jansen>. Acesso em: 18/11/2023.

Primeiramente neste momento solenes(?), ou que os colonos desta Nova Petrópolis preparavão-se para levantar seu arranchamento nas suas respectivas derrubadas, um incidente de alguma transcendência trouxe o asserto(?) de contas infundindo o panico nos moradores da Linha Olinda. No dia 24 do corrente em pleno dia apareceu uma partida de Bugres atravessando pelo numero 18 da mencionada Olinda porem sem o menor aspecto de hostilizar e de facto não ocasionou o menor danno, quando alias podião ter feito muito porque a gente estava dispersa e entregue a os seus trabalhos.

Na sequência, descreve sua primeira ação:

Tão logo como recebi parte(?) mandei imediatamente uma partida armada para segurança daquelles moradores e com ordem expressa, de não empregar as armas senão no ultimo caso. Durante o resto do dia e parte da noite, os gentios, foram passando, sempre dispersos e se fazendo sentir, como se de propósito para isso foram mandados.

Mais do que garantir a segurança dos colonos, era preciso seguir o rastro dos indígenas, saber de onde vieram e para onde vão:

Na madrugada do dia 25 mandei uma partida, que seguiu o rastro dos Bugres para assegurar-me da direção em que vinhão e na que ião, e desta diligencia resultou, que o pessoal dos Bugres talvez que no excedera de 20 homens, que trazião, o que vinhão da direção do mundo Novo e que tendo passado pelos fundos das Linhas do Herval Grande e do Caffê, seguira para a direção da Picada Feliz, pelo arroio Pirajá(?) abaixo(?).

No dia seguinte, 26 de novembro, Vidal recebe a visita de uma menina alemã a cavalo, “trazendo notícia de que os Bugres pouco antes do meio dia intentaram cometer alguns excessos na sua própria família, que se compunha unicamente de Mai e uma filha[,] achando-se o Marido da primeira ausente.” Ao escutar essa menina que veio a cavalo denunciar um suposto ataque de indígenas, Vidal não pareceu acreditar no seu relato, ou ao menos tentou diminuir o ocorrido, talvez para não assustar ainda mais os colonos:

A descrição de quanto, dizem, que tive lugar, apesar de que a dita declaração me merece muito pouca fé por ter achado nella muitas incoherenças e couzas, que realmente não podião ter lugar. Pela simples leitura v.exca. Poderá melhor equilibrar o grão de verdade que ela merece. Para mim entendo que tanto a dita Mai como sua Filha não virão Bugre algum, porém, que possuidas de terror inventarão uma historieta para que eu mandasse algumas pessoas para lhes dar uma proteção mais immediata; fallo assim porque no lugar da contenda, não existem dindicios nem vestigios que possão provar a existencia dos Bugres naquelles lugar.

Esta circunstância, indaque em si insignificante, com tudo veio a corroer a moral de muitos colonos, que se retirarão imediatamente abandonando suas colônias. Apesar de tudo isto, julgo, ainda, que a maior parte continua seus trabalhos e que os ausentes, valtos(?) em sim(?) do panico se restituirão em breve às suas respectivas.

Vidal, na sequência da carta, afirma que quer seguir a picada e está “esperando que me venha o auxílio da força armada”, pois no momento as obras estão paradas porque todos os homens “estão ocupados em policiar a Vila Olinda.” Desse modo Vidal já requisitou auxílio do Subdelegado do Distrito “o auxílio da força para melhor poder garantir as vidas e os interezes de todos e eu continuar meus trabalhos, com o vigor que elles requerem”. Ou seja, para o diretor da colônia, a existência desses indígenas ali naqueles matos era um risco para as vidas dos colonos, bem como para seus interesses. Era compreendida também como um risco para os interesses do Império, pois, assustados, os colonos iriam facilmente abandonar a colônia, e aquela terra voltaria a ser um espaço ocupado apenas pelos próprios indígenas.

Os indígenas, ao supostamente ameaçarem as mulheres alemãs, tinham interesse em que essas e os demais colonos saíssem de suas terras, mas ainda podemos pensar por outro ângulo, o que foi abordado por Aline Francisco (2013) em sua tese sobre a escravidão e cativo entre os Kaingang no século XIX. Sua pesquisa gira em torno de analisar os eventos de cativo entre os Kaingang e relacionar com seu envolvimento maior na sociedade escravista brasileira do século XIX. De fato, não haveria escravidão nas colônias, aquele era um novo modelo que o Império estava implementado, um projeto mais amplo no qual se envolvem também o Regulamento das Missões de 1845, a Lei de Terras e Lei Eusébio de Queiróz de 1850. Porém, os eventos daquela manhã de 25 de novembro de 1858 ocorreram de forma inusitada, diferente, segundo o relato de Augusta Tiderichs e sua filha, de mesmo nome (Anexo 3).

Segundo esse relato, testemunhado ao Subdelegado de São José do Hortêncio, mãe e filha não foram raptadas porque reagiram e fizeram com que os quatro indígenas se

afastassem de volta para a floresta. Outro ponto interessante sobre o relato é a descrição dos indígenas:

E disse, que no dia vinte e seis deste mês, antes do meio dia, estando ella em sua Casa lhe apparecerão quatro Bugres, tendo tres destes cabellos grandes e outro cabellos curtos tendo este o beijo inferior furado em dois lugares, estando nus tendo somente uma pequena tanga na cintura e tendo cada um d'elles nas mãos um Arco e Flecha. (Anexo 3)

Acreditando no relato de Augusta Tiderich (mãe), três dos indígenas tinham cabelos grandes e o outro, cabelos curtos com o beijo inferior furado. Segundo Mabilde (1984), os indígenas, chamados Coroados na época, modificavam seu corte de cabelo assim que se acercavam aos aldeamentos oficiais, ou seja, deixavam de usar o corte “franciscano” para deixar o cabelo crescer. O único de cabelos curtos também utilizava um botoque em seu lábio, um sinal de que seria Xokleng. Existem relatos de correrias de indígenas que utilizavam cabelos compridos, como afirma também Mabilde e Laroque. Contudo, não há outras notícias de indígenas com “beijo furado” que tenham participado de correrias com outros indígenas aldeados, ou com cabelos grandes (Figuras 2, 3 e 4).

Ao reler a cena descrita pela mãe e filha alemãs, o aviso de Vidal, para não confiar nesse relato, parece mais plausível. Vejamos, uma mulher e sua filha afugentaram um grupo de indígenas mais numeroso que o seu, provavelmente pessoas que foram treinadas para serem guerreiros desde pequenos, inclusive um tendo o beijo furado, ou seja, não havia se aldeado, viviam nos matos, caçavam e pescavam. A versão de que esse grupo foi afugentado parece pouco plausível, mas ainda não impossível, pois os indígenas poderiam estar em menor número e não quiseram escalar o conflito, preferindo fugir depois do insucesso do sequestro. Pode ser que tivessem se deslocado de seu grupo maior, planejando a ação sem o conhecimento das lideranças, e por isso também preferiram se retirar do que enfrentar a família. Por outro lado, como aponta Vidal, mãe e filha poderiam ter aumentado a história da aparição dos indígenas porque acreditavam que assim seriam mais protegidas pela administração da colônia. Na narrativa mais tradicional da colonização, o medo constante que viviam os colonos das feras da floresta e dos indígenas é recorrente. Talvez a denúncia oficial tenha sido um mecanismo para aliviar essa tensão, recebendo o devido de todos. De fato, por algum tempo os trabalhos da colônia pararam, por estarem os homens vigiando a Linha Olinda. Fato é, que a carta de Vidal no mês de dezembro já desenha um cenário mais tranquilo, já que:

[...] desde que aparecerão os Indigenas nesta nascente Colonia, até o presente não se tem ocorrido a menor novidade. Os moradores, quase todos estão entregues de novo, aos trabalhos, e espero que em poucos dias tudo estará no seu estado normal. (Vidal, 1858, p. 93)

Se torna perceptível o estado de alerta sobre os indígenas que aparece em duas cartas seguintes no mês de dezembro, confirmando que “sobre os Bugres, nada há por agora de novo [...]” (Vidal, 1852, p. 102). Mencioná-los nessas cartas parece até uma ofensa, algo “humanamente não possível”, mas também uma *força da natureza*, algo que se assemelha às feras e a força das chuvas de inverno que enchem os rios, e que é preciso controlar, ou ao menos se proteger. “A estas circunstâncias [três meses de chuva], também se ajunta há de ter aparecido os Bugres, tendo por este motivo, os mencionados trabalhadores se remitido a continuar sem a concurrencia da forza armada” (Vidal, 1858, p. 109). A recusa dos trabalhadores de continuar sem a defesa de uma força armada demonstra o poder simbólico que representava o “ataque dos bugres”, inculcando medo suficiente para paralisar as obras, essas mesmo que avançam sobre o território indígena.

4. CONTATOS E CONFLITOS NA FRONTEIRA INDÍGENA

O avanço da frente de expansão sobre o planalto meridional levou ao surgimento de diversos pontos de conflito durante o avanço das fronteiras internas da colonização. Esses conflitos ocorreram em locais em que a frente pioneira colidia com grupos indígenas, lugares como estradas que estavam sendo abertas ou reformadas e colônias que avançavam sobre espaços indígenas. O primeiro registro de ataque às colônias alemãs no Rio Grande do Sul foi em 1829, na Picada Dois Irmãos (Diehl, 2023 p. 104). No ano de 1830, houve um segundo assalto na Picada dos Dois Irmãos e um ano depois na Picada do Hortêncio, todos estes gerando registros de morte de alemães e sequestro de crianças. Outras correrias são registradas em 1834 e 1835, cessando os registros durante a guerra Farroupilha (Diehl, 2023, p. 105, p. 107; Dornelles, 2011). O que podemos perceber na leitura das fontes é a predominância de uma narrativa única, ou seja, os escritos dos documentos relatam apenas as vítimas entre os não-indígenas, desse modo, devemos olhar os documentos com a crítica historiográfica e nos questionarmos sobre a representação dos indígenas nas fontes e, consequentemente, na narrativa histórica apresentada.

Aqui, nos detemos em analisar os efeitos para os grupos indígenas do avanço das estradas sobre seus territórios, pensando no conceito de frentes pioneiras de José de Souza Martins, assim como de frente de expansão, do mesmo autor, como facetas distintas do mesmo processo. As escarpas do planalto riograndense outrora foram obstáculos para o avanço da economia pecuária e, por conseguinte, para o avanço da colonização portuguesa propriamente dita. Durante o século XIX, houve um esforço para unir o Sul, Sudeste e Centro-Oeste com estradas, avançando sobre os espaços não colonizados. É o caso da abertura da Picada do Botucaraí, na Serra de mesmo nome, próximo ao atual município de Soledade, no centro do Estado. Local em que territorialidades de distintos grupos indígenas se atravessavam, a Serra do Botucaraí era parte dos hervais (locais de extração da erva-mate) das reduções habitadas pelos Guarani, assim como ali existiam florestas de pinheiros, território dos povos Jê, em especial Kaingang. A dita estrada foi concluída em 1811, e serviria a três objetivos: “afastar os bugres para o norte da serra; reduzir significativamente o caminho dos tropeiros em direção a São Paulo; tornar possível uma comunicação direta entre Rio Pardo e as missões” (Ortiz, 2022, p. 130).

Quanto a esse recorte, outro trecho da borda do planalto e da fronteira dos territórios Kaingang, nos interessa a ação sobre os indígenas que ali habitavam, chamados nas fontes de “bugres”. Rodrigo Venzon, em texto de 1993 aponta relatos da violência existente na abertura da picada do Botucaraí:

Afirmam os relatos que na oportunidade os indígenas observaram, escondidos no mato, o trabalho de abertura das picadas durante o dia, e atacavam os acampamentos à noite com porretes, abatendo os fugitivos a flechadas, e protegidos pelos “trabalhos” efetuados pelos seus pajés, que adormeciam profundamente os oponentes. Da terceira expedição, relatam que os militares fingiam trabalhar durante o dia e, estando fortemente armados, dizimaram os índios durante o ataque pela madrugada, mesmo assim restando sobreviventes. (Venzon, 1993, p. 157)

Como aponta Venzon, pesquisando a partir de fontes orais e documentos históricos e historiográficos, os relatos que possuímos dão apenas uma vaga ideia do que certamente ocorreu na ocupação deste território indígena, o que é válido para outros espaços, como a Serra Gaúcha. Nesses relatos estão presentes também os raptos, especialmente de indígenas pelos brancos, como aponta Sérgio da Costa Franco:

[...] ali pelas cabeceiras do Rio Botucaraí, onde os expedicionários conquistaram e destruíram um toldo indígena, aprisionando sete crianças de idade de 11 anos para baixo, vieram a manter violentos combates com os índios. Como, nessas refregas, houvesse sofrido algumas baixas e esgotado a munição, o capitão João Machado da Silveira mandou buscar reforços em Rio Pardo... (Franco, 1975 *apud* Venzon, 1993, p. 157)

Tanto o encarregado da Estrada do Mundo Novo como o diretor da colônia de Nova Petrópolis, além do capitão Silveira nas matas do Botucaraí, solicitaram reforços militares para seguir a guerra contra os indígenas pelo território. Tal qual na picada do Botucaraí, a abertura das picadas do Mundo Novo, Feliz e Dois Irmãos provocaram um encontro violento entre a frente de colonização e indígenas Jê.

Importante salientar aqui a diferença entre as frentes pioneiras dos Vales do Caí e Sinos com da Serra do Botucaraí. Além dos 40 anos de diferença, houve o projeto de colonização por imigrantes europeus por parte do Império brasileiro, tanto em iniciativas públicas, a maioria, como privadas, e como consequência, um influxo de milhares de pessoas em pouco tempo. No caso da picada do Botucaraí, no período anterior à declaração de Independência por Dom Pedro I, os principais interessados no avanço da fronteira colonial eram militares portugueses, que viam na posse das terras para criação de gado a principal

forma de enriquecer em tempos de paz, no intervalo entre as incontáveis guerras lutadas no território sulino desde o século XVIII até o XX.

Para o caso da Borboleta, é impossível não tratar de Antônio José de Mello Brabo, militar português que se apossou das terras a partir da Picada do Botucaraí no início do século XIX. Apesar disso, se destaca pela proximidade com os grupos indígenas locais, “protegendo” os indígenas enquanto utilizava sua mão de obra, se diferenciando de outros posseiros e colonos que preferiam exterminar os indígenas do que reconhecer sua posse originária, ou mesmo sua permanência na região. Mais do que isso, Antônio José de Mello Brabo se casou e gerou descendência com uma indígena da região de Borboleta, na região da Serra do Botucaraí, interligando, inclusive dentro da lógica indígena, sua família com a população Kaingang e Guarani originária da região, legitimando seu domínio, e conseguindo mãos para o trabalho e a guerra (Neto Bastos, no prelo; Tedesco e Vanin, 2022).

A Serra do Botucaraí se localiza numa região limítrofe do planalto, tal qual a Serra Gaúcha, e nesse período era território do cacique Nivö, ou João Grande. Rodrigo Venzon, em seu trabalho de entrevistas com indígenas da TI Borboleta, aponta em genealogias a relação entre o grupo familiar de João Grande com o grupo familiar de Mello Brabo. Segundo o Mapa Genealógico 08 do autor (Venzon, 2022, p. 35), João Grande e Amália Barbosa (dona Dadá, mulher afro-indígena trazida como escrava das tropas brasileiras desde a Bahia) tiveram filhos, dos quais um neto, Ernesto Padilha, casou-se com Almerinda Mello, neta de Mello Brabo. As relações de parentesco entre portugueses, alemães e indígenas Kaingang e Guarani são descritas nos diversos mapas genealógicos de Rodrigo Venzon (Venzon, 2022; Freitas e Venzon, 2008) e aqui nos interessam apenas como evidência das diferentes relações que se davam nas zonas de fronteira, não apenas através da violência, mas também do parentesco, e que mesmo as relações desse tipo afetam a questão do território.

A década de 1850 começa com o acirramento da violência como política indigenista, acentuando a negação de direitos na fronteira (Oliveira, 1998). Em agosto de 1851 João Grande atacou a Fazenda de Mariano Pimentel em Vacaria, sequestrou suas filhas e matou oito pessoas, sendo três daquela casa e cinco ervateiros que ali se encontravam⁴⁵ (Diehl, 2023 p. 210). O cacique João Grande (Nicué, Nicuó, Nivö), como já foi mencionado neste trabalho, era o cacique principal da região acossada pela imigração alemã a norte da colônia de São

⁴⁵ Esse ataque teve como consequência também a mudança dos grupos de Doble e Braga do Pontão para Campo do Meio (Diehl, 2023, p. 181).

Leopoldo. Segundo tradição oral da comunidade Kógühn Mág, o território desse cacique se estenderia desde as bordas do rio Caí, próximo de São Francisco de Paula, até próximo de onde se encontra a cidade de Caxias do Sul, conhecida antes pela alcunha de “Campo dos Bugres”.

A representação de João Grande nas fontes é tão diversa quanto nas narrativas orais dos próprios Kaingang. Para o engenheiro belga Mabilde, João Grande era Nicuó, um escravo fugido da fazenda do mesmo Mariano Pimentel, e seria inimigo de Braga e conselheiro de Doble (Mabilde, 1983, p. 60-61). Já para a Diretoria Geral dos Índios, havia um negro no grupo de João Grande, mas não era ele, e sim um dos guerreiros, que teria incentivado a atacar a fazenda de Mariano Pimentel, que provavelmente utilizava trabalho escravo. Nessa versão, João Grande e Doble seriam inimigos. As repercussões dessa correria se espalharam pela região, e provocaram uma reação genocida da parte da Guarda Nacional:

Enquanto isso, a notícia do primeiro ataque promovido por João Grande à fazenda de João Mariano e Fialho, espalhou-se pela região de Vacaria. O comandante José Luís reuniu a Guarda Nacional para perseguir os sequestradores. Mas, a comitiva desviou-se para o aldeamento de Pontão e em retaliação atacou as mulheres e crianças dos grupos de Doble e Braga, aproveitando que os homens estavam ausentes da aldeia. Ali os guardas assassinaram cinquenta e dois indígenas. A esposa do fazendeiro João Mariano, que tinha testemunhado o ataque a sua fazenda, afirmou que os indígenas de Pontão não tinham relação com o episódio. Diante do massacre aos inocentes, o diretor geral interino instou o governo a repreender os guardas atacantes. (Diehl, 2023, p. 211)

Instaura-se na região um clima de desconfiança e medo, especialmente da parte dos indígenas aldeados, o que mobilizou um esforço do governo para que o massacre não rompesse a relação com os caciques. Para o diretor José Andrade Neves, o massacre ocorreu para afugentar os indígenas e se apossar de suas terras (Diehl, 2023, p. 212). Apesar da aparente reprovação de algumas autoridades, o crime não foi punido, pelo contrário, os indígenas continuaram a ser perseguidos na região de Vacaria, a partir de 1853, por uma Companhia de Pedestres composta por sessenta homens armados. Comparando com os vinte e nove necessários para abrir uma picada no meio da floresta, esse número parece bastante elevado e demonstra a força com que a violência era aplicada contra os povos indígenas no nordeste do estado.

Para finalizar este tópico e visando salientar a importância das narrativas orais para a construção da história indígena, mesmo aquela baseada em fontes documentais, trago um dos

múltiplos relatos orais sobre o cacique João Grande/Nivõ. Primeiramente, é importante ter em conta que esse cacique tem um lugar importante na memória de diversos grupos Kaingang contemporâneos, pois, apesar de ter seu território invadido no mesmo contexto analisado por esta pesquisa, deixou grande descendência, e muitos Kaingang atualmente reivindicam sua memória – em especial o grupo da Retomada Kógühn Mág, em Canela, que reconhece ocupar o território ancestral deste cacique. Como pesquisador, tenho contato com esse grupo desde finais de 2019, e em um desses encontros o cacique Maurício Vehn Tain me comentou que seus ancestrais de outras aldeias chamavam o território de Kógühn Xin, ou mata pequena, o que é curioso já que o nome da aldeia atual, Kógühn Mág, significa mata grande. Ao observar os ecossistemas originais do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 4), podemos perceber como a área de mata de araucária nessa região é a menor contiguamente entre todas do estado. Atualmente, e infelizmente, é uma das maiores, devido à imensa devastação das florestas de araucárias que ocorreu no século XX.

A aldeia Kógühn Mág em Canela se situa no mesmo local que uma Floresta Nacional, hoje co-administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela comunidade indígena. Criada nos anos 1940 pelo Instituto Nacional do Pinho, essa unidade de conservação tinha o objetivo de preservar a araucária da extinção e ao mesmo tempo desenvolver novas técnicas de extração de madeira, com extensas áreas de árvores exóticas como pinus e eucaliptos (Brandalise, 2022, p. 53). Outra retomada na região também se situa sobre uma Floresta Nacional, em São Francisco de Paula, demonstrando a sincronicidade entre os espaços de ocupação tradicional dos povos indígenas na Serra Gaúcha no século XIX e alguns espaços preservados desde a primeira metade do século XX pelo Estado brasileiro.

4.1 - Conflitos no Mundo Novo em 1852

O ano de 1852 marca um ponto de mudança na política indigenista na Província do Rio Grande de São Pedro. Desde o fim da guerra Farroupilha, a Diretoria dos Índios da Província vinha trabalhando na proposta dos aldeamentos, incentivando ações pacíficas e confiando nos missionários religiosos para conversão dos indígenas. Alguns marcos para mudanças na dinâmica da fronteira do território Kaingang na Província são a retirada dos Jesuítas das aldeias, a mudança de projeto pela Presidência da Província, para aldear todos os

grupos em Nonoai, e também foi o ano em que mais imigrantes alemães ingressaram no Rio Grande do Sul (Diehl, 2023, p. 183 e Machado, 1999, p. 28).

Se o ano anterior havia terminado com conflitos, já no dia 8 de janeiro o grupo de João Grande ataca a colônia do Mundo Novo, como está relatado no jornal Correio da Tarde no dia 11 de fevereiro de 1852. Sediado na rua da Alfândega, na capital Porto Alegre, o impresso noticiava um “novo atentado dos bugres”. O primeiro jornal a noticiar foi o Mercantil de Porto Alegre, entre o fim de janeiro e o dia 8 de fevereiro. O Diário Novo de 28 de fevereiro, a Revista Comercial e o Correio da Tarde de 11 de fevereiro de 1852 também noticiaram o reportado pelo Mercantil, em reprodução de texto oficial das autoridades policiais da Província e de São Leopoldo:⁴⁶

Na quinta-feira, 8 do corrente, em uma das mais remotas colônias do lugar denominado Mundo Novo cahi um **grupo de 40 e tantos índios**, e depois de assassinares o único homem que havia na casa, roubarão duas mulheres, filha e mulher daquele, e bem assim cinco crianças que havia na casa. Somente conseguiu escapar uma menina de 12 a 14 anos que estava cortando capim no mato, e que teve tempo de ocultar-se logo que viu os indígenas. Foi essa menina que veio participar o fato aos moradores mais próximos os quais com uma autoridade policial se transportarão ao lugar do crime, e acharão que o salteadores haviam roubado todos os objetos transportáveis, inclusive os instrumentos de lavrança indústria; o que não poderá levar tinha sido completamente inutilizado. (Diário Novo, 1852, grifos meus)

Curioso notar que a imprensa publicou informações de certa forma privilegiadas, por serem correspondência entre autoridades, enquanto que existem poucas informações sobre esse episódio nas fontes da Diretoria Geral dos Índios ou nos comunicados dos Presidentes da província. Outra fonte importante para esse evento é Mabilde (Diehl, 2023, p. 211). Segundo carta de 18 de Janeiro de 1852 pela Delegacia de polícia da Vila de São Leopoldo ao chefe de polícia da província, publicado pelo jornal O Mercantil, no dia seguinte, “entrarão no sertão quarenta homens nossos, guiados por hábil vaqueano”,⁴⁷ mas que pelas copiosas chuvas e falta de recursos não conseguiram encontrar rastro dos “bugres”. Apesar de a tropa de bugreiros não conseguirem seguir o grupo indígena, ele foi visto passar pelos ranchos de David Pereira Dias – o irmão de Domingos Dias – nos pés do Morro da Canastra, “indo todos com

⁴⁶ Agradeço a Rodrigo Araújo pelo envio dessas fontes.

⁴⁷ O único “vaqueano” que aparece na documentação é Jacob Bier, porém não é possível afirmar se esse era o sujeito mencionado pelo texto.

ponchos á bichará⁴⁸ atravessados”. Também foram vistos no morro do Serro-Braz e Sapiranga (Padre Eterno), áreas de colonização a oeste da Estrada do Mundo Novo.

Sobre os bugreiros, considero que constituíam uma prática, mais do que uma categoria, pois era realizado por diversos grupos, mais ou menos profissionais, com ou sem uma coordenação das autoridades. Nesse caso específico, temos a ação de forças profissionais (os Pedestres e Guarda Nacional), e outras semi-profissionais (os colonos alemães e os trabalhadores de Domingos José Dias). Apesar dessa informalidade ser comum, se destaca a ação estatal através das Companhias de Pedestres, instaladas nas duas extremidades da Picada Feliz em 1847 (RPPRGSP, 1847, p. 12). A presença dos Pedestres, em relação com os conflitos com indígenas na região de colonização alemã é mencionada nos Relatórios de Presidente da Província também no ano de 1848. Na década que se seguiu, as autoridades buscaram reforçar a presença destes bugreiros profissionais nas áreas de maior presença e atuação indígena, como em Nonoai, Guarita e no Pontão. Percebe-se que esses grupos foram montados para lidar com os conflitos envolvendo a política de aldeamento, em especial para atacar grupos resistentes.

Várias tropas de bugreiros estavam nos matos, no início de 1852, segundo as fontes pesquisadas. Uma de colonos que o chefe de polícia mandou entrar pelo Padre Eterno e pela Picada Dois Irmãos, sob o comando do capitão Schlabrendorff, e outra que “se prepara” com trinta “homens bons”, dois vaqueanos e 500 cartuchos. Podemos adicionar a esses dois grupos de bugreiros, o outro comentado por Domingos José Dias nas obras da estrada, “gente bem armada, e munida, e quase [...] dobrado salário, que contudo não foi alto considerando-se a circunstância que serão motivo a tal confiança [...]” (Dias, 1852, p. 2). O Relatório do Presidente da Província de 1852 informa que o delegado “mandou 40 homens atrás dos índios sem sucesso” e relata que a Guarda Nacional estaciona ali, na encosta da Serra (RPPRGSP, 1852, p. 5). Desse modo, podemos localizar nas florestas que constituem as Serras a norte do Vale dos Sinos e Caí pelo menos três tropas de bugreiros simultâneas no início de 1852: dos colonos alemães, dos trinta ou quarenta “homens bons” do delegado, e da “gente bem armada” de Domingos José Dias, além da Guarda Nacional estacionada nas bordas das estradas e florestas.

⁴⁸ “*Bichará*, s. m. poncho de bichará é poncho de lã grossa, branca e preta com listras ao comprido: d’estes também se chamam ponchos de *Mostardas*, por serem feitos em uma povoação deste nome, onde se criam muitas ovelhas.” (Coruja, 1856, p. 7) (Figura 2)

Mesmo depois de um ano de esforços, não foram encontrados os indígenas do grupo de João Grande e os alemães cativos. A perseguição apenas teve fim com o anúncio de que o cacique Doble havia encontrado o grupo de João Grande, matado o mesmo e boa parte de seu grupo, e resgatado as crianças sequestradas. Na verdade, como aponta Isadora Diehl, é possível que Doble e Braga estivessem atrás de João Grande, combinando relatos da Diretoria dos Índios e de Mabilde. Como não há detalhes da contratação pela Província ou por colonos de Doble para resgatar a família Wadenphul, Diehl levanta a hipótese de que as mulheres e crianças do grupo de Doble foram assassinadas enquanto este perseguia João Grande. Contudo, como a correria no Pontão em Vacaria ocorreu ainda em 1851 (pois é citado no Relatório dos Aldeamentos de dezembro de 1851). Doble deveria estar caçando João Grande desde então para estar ausente por esse motivo, o que não há fontes que indiquem. Por outro lado, levanto a hipótese de que Doble teria “culpado” João Grande pela represália ao seu ataque que resultou no massacre do grupo de Doble, já que as autoridades negaram terem dado a ordem e Doble foi orientado por pessoas próximas dos aldeamentos a não praticar a vingança sobre os moradores de Vacaria. Nesse caso, podemos observar como a violência extrema dos colonizadores desestrutura e provoca rupturas internas nos grupos indígenas. Outra possibilidade, levantada a partir das narrativas orais dos Kaingang, é que Doble não matou João Grande, que fugiu e faleceu um tempo depois em Nonoai. Quem foi morto em 1853 foi sim José Grande, filho de João Grande e genro de Doble, juntamente com sua filha. Sobre isso, apontam Venzon e Freitas:

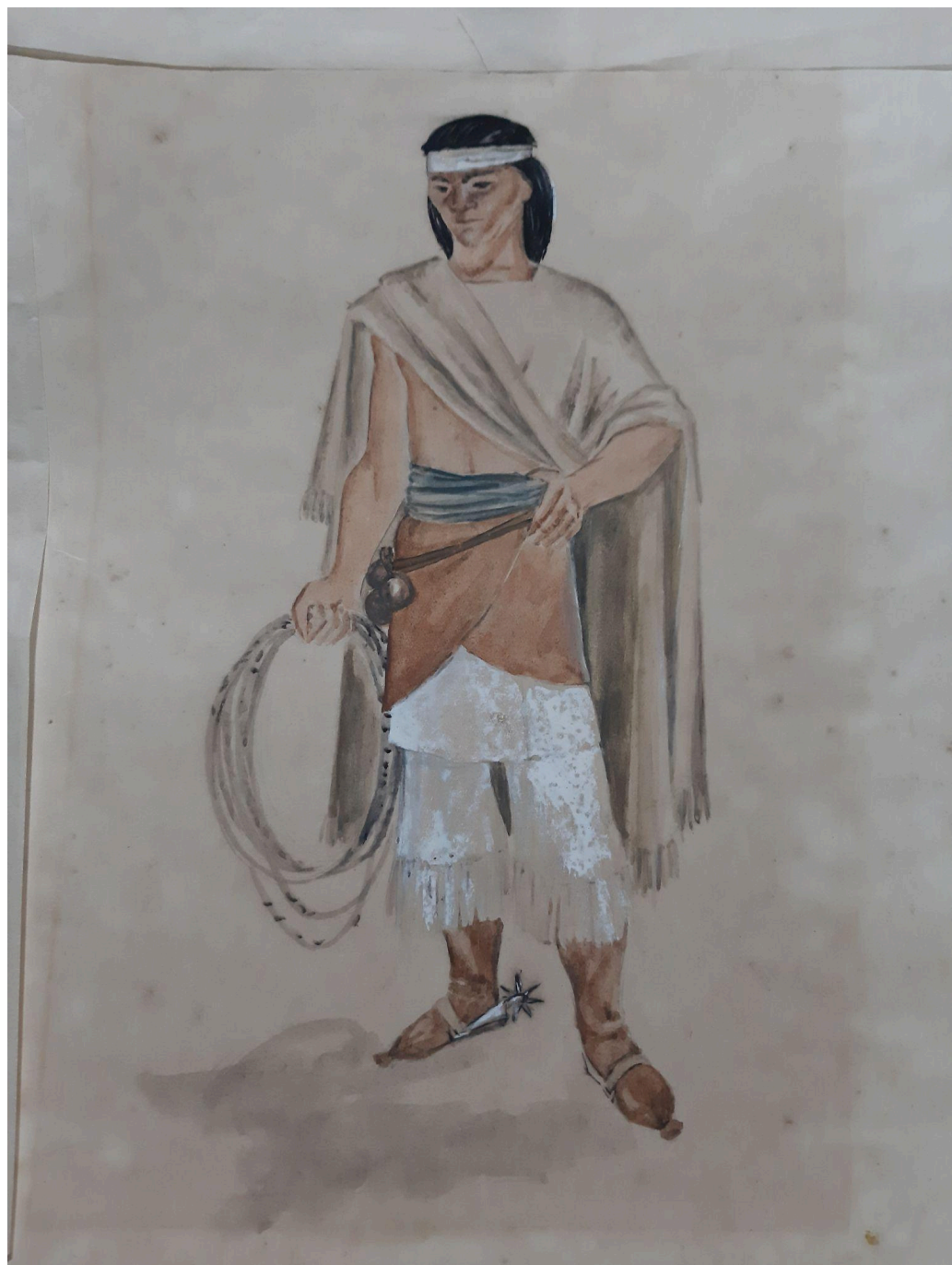
As fontes históricas muitas vezes confundem **José Grande** com **João Grande**, o que é um equívoco, e o identificam como sendo um africano vivendo entre os Kaingang. **A memória e história oral Kaingang nas terras indígenas Nonoai (especialmente Florentina Dadai) e Borboleta (particularmente Amália Padilha Ribeiro), onde vivem descendentes diretos de João Grande, refere que a esposa de João Grande, Amália Barbosa, era “baiana”, uma “mulata de olhos verdes”, capturada e incorporada pelos Kaingang, conhecida por Dada, e que falava o idioma Kaingang, conforme atesta o Kaingang Nelson Jacinto Xangre, de Nonoai, seu bisneto. Dadá é a mãe da avó paterna de Nelson Xangre e mãe do cacique José Grande, informação que estabelece coincidência entre a memória Kaingang e as fontes historiográficas relacionadas a Canela. (Freitas e Venzon, 2008, p. 17, grifos dos autores)**

E Araujo complementa:

Independentemente da versão, o fato é que o ataque contra Nivo promoveu a desterritorialização do grupo. Não existem relatos bibliográficos sobre o caminho que cada um seguiu. Mas sabemos que alguns de seus parentes permaneceram no entorno do seu território originário, vivendo escondidos nas matas, procurando os aldeamentos oficiais e as aldeias que surgiram nas proximidades. (Araujo, 2023, p. 162)

De todo modo, a documentação aponta uma sequência de eventos em que a pressão sobre os territórios indígenas leva a conflitos, que vão escalando e envolvendo mais agentes, de modo que um conflito local por um território relativamente pequeno (Kógühn Xīn - mato pequeno) de serra que ia, aproximadamente, do rio dos Sinos ao Caí, torna a fazer parte de um contexto maior envolvendo o próprio projeto de aldeamento proposto pelo governo provincial. Recordemos que, a partir daquele ano, o projeto de aldeamento perde consideravelmente força e um projeto mais violento de esbulho e extermínio ganha relevância na província. Não podemos apontar quem provocou a reação em cadeia de violência, de modo que poderíamos voltar aos primeiros ocupantes não indígenas do Brasil, mas é possível perceber como interesses do Estado e de indivíduos são beneficiados por conflitos, o que parece levá-los a incentivar esses de maneira a aproveitar oportunisticamente seus resultados. Do mesmo modo dos indígenas que foram massacrados no Pontão e o diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves que apontou que: “[...] só com efeito de por esse modo afugentar os índios, e de se apossar das terras que ocupam, e do pouco proveito que possam ter tirado de seus assíduos trabalhos [...]” (Diehl, 2023, p. 212), os massacres posteriores também teriam o mesmo efeito.

Figura 2: Poncho de Mostardas



Fonte: Poncho de Mostardas, aquarela sobre papel, nanquim, 28 x 25 cm - Isolde Brans. Acervo Museu Julio de Castilhos.

Tabela 1: Cronologia do Conflito no Mundo Novo segundo documentação e bibliografia

| Data | Acontecimento | Localização | Fonte |
|----------------------------|---|---|----------------------|
| 1846 | Tristão José Monteiro passa a lotear terrenos para imigrantes alemães no Mundo Novo | Pinhal - margem esquerda do rio dos Sinos | Freitas, 2019, p.137 |
| 25/11/1847 | Lei nº 96 de 25/11/1847 cria oficialmente a capela de Santa Cristina do Pinhal | Santa Cristina do Pinhal/ Mundo Novo | Dias, 2010, p.40 |
| 05/08/1851 | Correria na Fazenda de Mariano Pimentel | Passo de Santa Bárbara, entre Bento Gonçalves e Veranópolis | Laroque, 2001, p. 13 |
| Anterior a 29/12/1851 | Retaliação da Guarda Nacional assassinando cinquenta e duas mulheres e crianças dos grupos de Doble e Braga no Pontão | Aldeamento do Pontão, Vacaria | Diehl, 2023 p.211 |
| 08/01/1852 | Correria na casa da família Wadenpuhl | Colônia privada do Mundo Novo | Anexo 2 |
| 08/01/1852 | Começam as obras na estrada do Mundo Novo | Do Mundo Novo até São Francisco de Paula, passando pelas terras de David Dias e contornando o Morro da Canastra | Dias, 1852 |
| 09/01/1852 | Entra no sertão tropa de quarenta homens e hábil vaqueano no Mundo Novo ordenado pelo delegado de São Leopoldo | Colônia do Mundo Novo | Anexo 2 |
| 14/01/1852 | Assalto aos mantimentos da equipe da Estrada do Mundo Novo | Do Mundo Novo até São Francisco de Paula, passando pelas terras de David Dias e contornando o Morro da Canastra | Dias, 1852 |
| Anterior ao dia 18/01/1852 | Chefe de polícia da Província manda entrar “grande número de colonos tanto do lado do padre eterno como o da picada de dois irmãos os quais ainda se acham no sertão debaixo do comando do Capitão Schalabrendorff” | Padre Eterno e Picada Dois Irmãos | Anexo 2 |

| | | | |
|--|--|---|--|
| entre 8 e 18/01/1852 | Grupo de não mais do que vinte indígenas utilizando poncho bichará é visto por David Pereira Dias e outros | Nas terras de David Pereira Dias, ao pé do Morro da Canastra, no Morro Serra-Bráz e em Sapiranga | Anexo 2 |
| Após o dia 18/01/1852 | Chefe da polícia da Província envia “500 cartuchos para o segundo distrito, onde se prepara outra expedição de 30 homens bons, comandados pelo Alferes Martins Philerino enviados por dois vaqueanos, quais se demoraram ao menos 15 dias no mato, até alcançar algum resultado favorável” | Santa Christina do Pinhal | Anexo 2 |
| 26/01/1852 | Entrada de equipe de piqueiros de Domingos José Dias com “gente bem armada, e munida, e quase [...] dobrado salário [...]” | Do Mundo Novo até São Francisco de Paula, passando pelas terras de David Dias e contornando o Morro da Canastra | Dias, 1852, p. 3 |
| 08/02/1852 | Notícia no jornal O Mercantil | Porto Alegre | Anexo 2 |
| 28/02/1852 | Republicado pelo jornal Diário Novo | Recife / PE | Anexo 2 |
| 16/03/1852 | Carta de Domingos José Dias ao Vice-Presidente da Província Luiz Alves de Oliveira Bello | Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos | AHRS / FOP |
| Antes de outubro de 1852 | Guarda Nacional não encontra grupo de João Grande e estaciona na encosta da Serra | Serra entre os rios Sinos e Caí | RPPSPRGS, 1852 |
| Março de 1853 | Ataque de Doble a João Grande | Florestas do rio Caí, próximo dos rios Caçador e Tiririca | Laroque, 2000, p.143; RPPSPRGS, 1853 |
| Entre agosto de 1853 e outubro de 1854 | Grupo de Doble é atacado a caminho de Nonoai pelo grupo de Nicofé, supostamente em retaliação ao ataque à João Grande/Nivo | Região de Lagoa Vermelha / Entre Vacaria e Nonoai | Laroque, 2000, p. 122; RPPSPRGS, 1854, p. 30 |

Os relatos oficiais dão conta que Doble resgatou a família alemã e matou João Grande e seu grupo, inclusive o sujeito negro que o integrava, em março de 1853. Desse fato, recebeu o reconhecimento do governo da província, que forneceu “dádivas” aos indígenas do Campo

do Meio e Pontão. Doble foi pessoalmente à Porto Alegre para dar a notícia e receber os louros, onde encontrou seu primo Fongue, e debateram se aldear em Nonoai, proposta do governo provincial de Cansansão de Sinimbú para todos os indígenas do estado. Apesar de terem concordado com os termos do acordo, Doble nunca chegou a ir para Nonoai, provavelmente porque preferia os Campos de Cima da Serra, e também porque em Nonoai moravam seus inimigos. Entre eles o cacique Nicofé que atacou Doble quando este ia para Nonoai, como vingança pela morte de João Grande, sendo possível inferir que Nicofé/Nicafi e João Grande/Nivo eram aliados e/ou parentes (Laroque, 2000, p. 122; RPPSPRGS, 1854, p. 30).

O mesmo cacique Nicofé estaria envolvido em uma outra disputa violenta pela terra, mas dessa vez na região de Erechim em 1855. A partir de 1851, Pedro Nicafi, como também aparecia nas fontes, se estabeleceu nos campos de Arachi, Arché ou Erechim. Essa localidade era bastante valorizada por ser um local ideal para fazer internada para o gado, além de que ficava nas adjacências de uma fazenda chamada Quatro Irmãos. Um desses quatro irmãos, Clementino Pacheco, estava de olho nas terras de Erechim para incorporar em sua Fazenda, aproveitando o caso que os indígenas de Nicafi destruíram a picada que Clementino tinha aberto para acessar aquela região. Isso demonstra mais uma vez a centralidade das picadas no processo de colonização e, dessa vez, indicando como são importantes do ponto de vista da resistência indígena.

O relatório do Diretor dos Índios da Província de 1854 mostra que Pedro Nicafi foi para Nonoai, enquanto isso, em Erechim, Clementino dos Santos Pacheco acusou os indígenas de terem queimado sua casa, atropelado e matado alguns animais, desmanchado a mangueira (curral) e tapado uma das saídas do campo com uma cerca. Após dois pedidos em Porto Alegre, a reação do diretor José Joaquim de Oliveira é restringir ainda mais a movimentação dos indígenas fora do aldeamento de Nonoai, remetendo todos os que desobedecessem para servir (sic) na Primeira Linha na Capital. Essa postura violenta por parte do diretor acirrou os ânimos e levou a uma série de assassinatos por vingança entre dois grupos Kaingang, em que indígenas, fazendeiros e mesmo escravizados foram vítimas de uma sangrenta disputa pela terra nos campos de Erechim, envolvendo inclusive os filhos do Cacique João Grande, Tomé, Marau e Salvador, além de Manuel Grande (Diehl, 2023, p. 277-285). Para resumir esse conflito pelas terras de Erechim, Isadora Diehl nos apresenta um contexto de escassez de elementos básicos para a reprodução do modo de vida e a manutenção

da autonomia, que se aplica ao caso revisado acima, mas que propicia uma reflexão muito relevante ao caso estudado neste projeto:

O estímulo da Lei de Terra pela regularização fundiária fomentou os conflitos com os indígenas, afinal eles não eram portadores de papéis que assegurassem sua permanência em terras que passariam a ser registradas em nome dos grandes proprietários rurais da região. Os lugares onde estavam os túmulos de seus parentes, de onde extraíam erva mate e onde tinham suas roças, estavam tornando-se criadouro de mulas de um fazendeiro poderoso, que podia interferir inclusive na justiça local, mandando prender ou soltar quem lhe conviesse. Os agentes da política indigenista e a interlocução direta com os Presidentes da província, que anos antes lhes assegurara a conservação dos terrenos, agora só lhes oferecia a opção de juntarem-se à Nonoai e abandonarem sua antiga aldeia. (Diehl, 2023, p. 286)

As lideranças Kaingang foram tema já de ótimas pesquisas, que revelaram o papel ativo que estas tiveram no processo de aldeamento, na demarcação das suas terras e mesmo na configuração fundiária e política de colonização do Norte do Rio Grande do Sul no século XIX (Laroque, 2018, 2000; Dornelles, 2011). Não devemos superestimar o papel do cacique, pois, como aponta Danilo Braga,

A pouca informação que temos de Becker é que não existiria o cacique mesmo entre os Kaingang. O que existiria era o Conselho de Anciãos, liderados pelo cuja, ou seja, o pajé, o xamã. Nos combates, geralmente eles indicavam o melhor guerreiro para liderar os combates contra os Guarani, contra os botocudos (os Xokleng), que também existiam na região. Mas com a chegada dos não-indígenas a busca foi legitimar essa liderança. E essa liderança muitas vezes foi chamada de capitão, de coronel. Mais para o século XX é que surgiu a figura do cacique mesmo. Capitão e coronel foram nomes que surgiram fruto do contato com a sociedade envolvente, no sentido de cooptar essas lideranças. Essa tentativa de cooptar foi muito utilizada para deslocar os índios para Nonoai, em 1850, 1865, isso que o governo do Estado fez. (Braga, 2015, p. 119-120)

Então, é importante avançar nas pesquisas históricas, incluindo elementos não anteriormente vislumbrados dos temas estudados. O trabalho de Laroque (2000), apesar de apresentar uma pesquisa de fôlego sobre as lideranças, não trabalha com a atuação das autoridades não-indígenas nos mesmos assuntos. A partir da compilação de documentos sobre os inúmeros caciques identificados pelas autoridades, é possível mapear sua atuação e escrutinar os documentos tendo em vista uma visão profundamente crítica das narrativas das fontes, para comparar suas informações com fundos outros, como o Fundo de Obras Públicas. Ressalto que essa pesquisa é passível de realizar devido a outras feitas nas últimas décadas, como a mencionada de Laroque. A perspectiva adotada aqui aprofunda uma análise, mas diminui o recorte espacial e temporal, analisando a atuação de sujeitos, sejam eles lideranças ou uma “partida”.

Entendo a crítica que Danilo Braga traz, e ressaltamos que é importante não levar a categoria cacique como uma categoria endógena, pois a organização política dos Kaingang se baseava, como aponta Braga, em um Conselho de Anciãos, liderado pelo *kujá* (liderança político-espiritual). Foram a colonização e a catequese que enquadraram certos sujeitos (geralmente homens, ligados a funções militares) como representantes dos interesses de uma coletividade a partir de uma visão ocidentalizada, patriarcal e militarista vigente na sociedade brasileira. Portanto, quando mencionamos os grupos dos caciques tal e tal, penso nos sujeitos que compunham a coletividade do grupo indígena, e não necessariamente compro o discurso das autoridades de que essas lideranças atuaram da forma imaginada pelo governo. A forma militarista, que incentivava e se alimentava dos conflitos, foi uma das escolhidas para cooptar algumas lideranças, inclusive dando-lhes patentes militares, como Doble e Condã (Francisco, 2013, p. 226).

Devido a escolha do recorte desta dissertação, não analisamos encontros e conflitos que estão em outros fundos documentais que não o Fundo de Obras Públicas, dentro do limite espaço-temporal definido. Com essa ressalva, é importante trazer o levantamento publicado em 2019 pelos pesquisadores da Universidade do Vale do Taquari (Univates), no qual podemos ver que o avanço temporal e em direção ao Norte das colônias é seguido por conflitos com indígenas. (Mapa 6). Complementa-se com o mapa da tese de doutorado em geografia de Rodrigo Araujo; com as indicações dos locais mencionados no jornal O Mercantil em fevereiro de 1852; e com dados etnográficos sobre a territorialidade do cacique João Grande (Araújo, 2023, p. 158) (Mapa 7).

Sobre os ponches à bichará, é interessante apontar alguns aspectos e hipóteses. Segundo o cronista da época, Antônio Alvares Pereira Coruja, “poncho de bichará é poncho de lã grossa, branca e preta com listras ao comprido: d’estes também se chamam ponchos de Mostardas, por serem feitos em uma povoação deste nome, onde se criam muitas ovelhas” (Coruja, 1856. p. 7). Provavelmente Coruja estivesse se referindo a um tipo de bichará, mas é interessante que mencione Mostardas, pois é um local de quilombos, e como aponta Vargas (2016, p. 43, nota 25):

O pala-bichará é uma peça de origem indígena, formada por dois panos de lã com uma abertura ao centro, para passar pela cabeça. No começo o pala-bichará era confeccionado pelas mulheres tecedeiras, as quais utilizavam seus teares manuais para tecer o fio da lã e criar a vestimenta. Além do pala, também eram criados com a fibra animal os chiripas, os quais eram utilizados pelos negros para se protegerem do frio (SAINT- HILAIRE, 1820 *apud* CÔRTEZ, S/D). Enfim, estas confecções com características rústicas, eram utilizadas pelos pobres e por aqueles que trabalhavam no campo.

Pelo comentário dos cronistas e da autora, o bichará, por ser mais rústico, era utilizado por pessoas com menos posses, incluindo aí negros (escravizados ou não) e camponeses – ou, no jargão sulino, peões, que na maioria das vezes eram indígenas que acabavam sendo incorporados na sociedade envolvente através dos trabalhos que sabiam fazer, principalmente a lida do gado. Durante o século XIX, cada vez mais mão de obra indígena edificava a ocupação não-indígena da província do Rio Grande de São Pedro.

Laroque afirma que *Curu* é um manto feito das fibras do caule de urtiga brava pelos Kaingang. No Paraná, segundo Ermelino de Leão, até a primeira década do século XX, os mortos também eram envolvidos por ele. (Laroque, 2007, p. 91). O uso de fibra de urtiga também abrangia uma cama, a partir da existência de um vocábulo no dicionário Kaingáng-português, *ker*, que descreve esse artefato (Wiesemann, 2011, p. 44). Outros vocábulos descrevem a tanga feita do mesmo material, a fibra de urtiga, o *věnh pěfi*, em um método que é descrito por Mabilde depois de 1866 (Mabilde, 1983, p. 31-32).

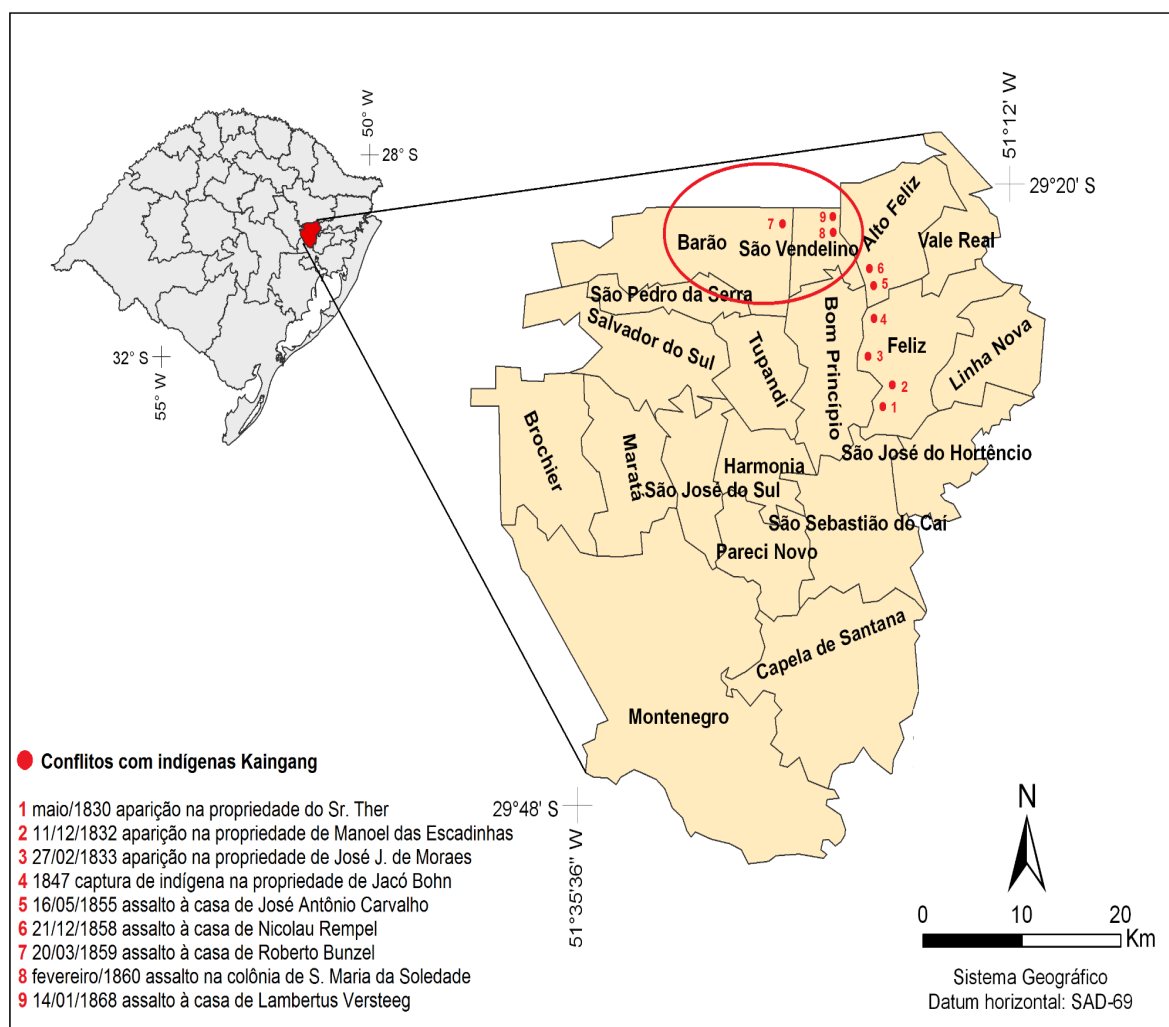
Pela grande circulação de diferentes grupos indígenas, “civilizados” ou “não”, além dos Kaingang, os Xokleng, os Charrua e os Guarani, não é possível confirmar que David Dias teria observado o grupo do cacique João Grande, ou mesmo que fossem Kaingang. Pela proximidade do local da propriedade do luso-brasileiro com o centro da aldeia indígena, essa é a hipótese mais provável. As implicações de outras hipóteses fornecem uma reflexão interessante. A circulação de outros grupos indígenas demonstra a existência de caminhos compartilhados e de conhecimento de mais de uma coletividade na região, além de que a troca de produtos entre grupos autóctones confirma a circulação de informações e relações. Essa rede de possibilidades se complementa com o relato documental de um indígena com “beijo furado”, um Xokleng entre aqueles com cabelo comprido, possivelmente Kaingang aldeados, e com um relato oral que escutei do cacique Maurício Vehn Tain, de que seus antepassados na região entraram em contato com indígenas Charrua que serviam aos brasileiros, e que com eles aprenderam a andar a cavalo (comunicação pessoal, 2023).

Figura 3: Cap. Manoel chefe dos Índios Coroados



Fonte: Keller, Franz, 1835-1890 Data: [1865] - 15,2 x 13,7 - grafite, aquarela, col. Disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Mapa 7: Mapa dos conflitos em regiões das Colônias de Feliz e Santa Maria da Soledade no século XIX

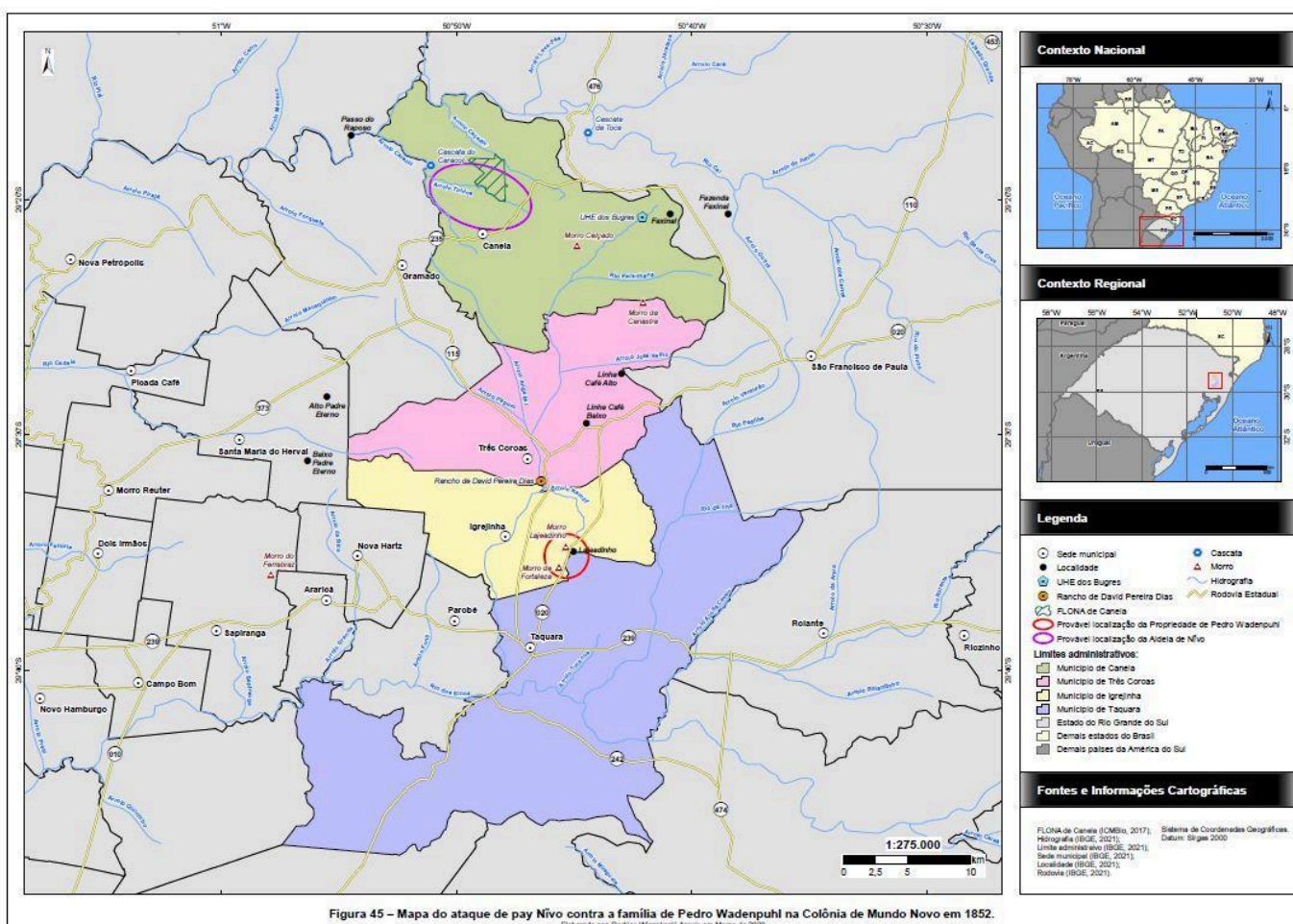


Fonte: Laroque *et al.*, 2019

Retornando ao Mundo Novo, de onde, no mesmo dia 8 de janeiro de 1852, partiu mato adentro a equipe de picadores para melhoramentos da Estrada (Dias, 1852). Soma-se, a partir desta pesquisa, mais um elemento para entender as dinâmicas e complexas relações de fronteira na Serra Gaúcha durante a década de 1850. Percebemos que a pressão das frentes pioneiras vinha de todos os lados, e as políticas indigenistas estavam abandonando uma abordagem mais “branda” para uma de violência aberta, tendo em vista a expulsão dos indígenas do território, para seu eventual aldeamento em Nonoai, e a liberação das terras para a colonização. Como vimos, apenas no ano de 1852, pelo menos três bandos armados circulavam pelas florestas ao Norte das colônias alemãs “caçando” o grupo de João Grande, sem sucesso. É apenas em março de 1853, quando o grupo do cacique Doble participa da

caçada, que ela é bem sucedida, sendo comentada pelo Presidente da Província em seu relatório anual (RPPSPRGs, 1853). Todas essas referências continuam relevantes mesmo após as constatações – a partir da memória oral - de que João Grande sobrevive a esse ataque, mas não seu filho José Grande. A atuação dessas lideranças na defesa de seu território contra o projeto de aldeamentos, tal qual havia sido “adotado” por outras lideranças, afronta as estruturas que posteriormente iriam resultar na drástica diminuição dos territórios disponíveis aos Kaingang até o fim do século XIX.

Mapa 8: Mapa do ataque de *pay Nivo* contra a família de Pedro Wadenpuhl na Colônia do Mundo Novo em 1852



Fonte: Araujo, 2023 p. 158

4.2 - Contatos na Linha Olinda em 1858

Como foi apontado anteriormente, os trabalhos na Picada Feliz avançavam, com o crescimento do número de imigrantes e estabelecimento de colônias serra adentro. Ainda havia terras a se explorar antes do encontro com os Campos de Cima da Serra, e não eram apenas imigrantes que recebiam as terras. O administrador Antônio José Guimarães Filho, afirma que a colônia Nova Petrópolis se tornou uma base para os “*primeiros praças*, que [vai] a distribuir cujos terrenos são de superior qualidade.” (Vidal, 1854, p. 14). Não há menção sobre a identidade dos praças, mas eles definitivamente têm uma função diferente dos colonos, mais relacionado com a militar, sugerindo que os *primeiros*, os pioneiros território indígena adentro, atuavam como soldados, para “limpar os matos”. Há a descrição de outras funções e cargos na equipe da estrada, como um “prático no manejo da agulha e abertura de picadas”, o agrimensor, carpinteiro e inclusive o mesmo autor menciona a falta de mão de obra para construir a estrada.

Sobre a qualidade das terras, são muitos elogios e se vê a terra escolhida com muito bons olhos. Inclusive, há uma certa pressa em realizar a demarcação das colônias. Uma das principais justificativas para a posse da terra no contexto do mundo luso-brasileiro era a sua ocupação efetiva e, a partir da Lei de Terras de 1850, a sua compra. Apesar de ser uma colônia administrada pela província, contava com o apoio da iniciativa privada pertencente à sociedade Montravel. Além disso, conta com apoio de militares, como o Tenente Coronel Antônio Jozé da Silva Guimarães, que traz colonos do porto que fica em suas terras no rio Caí, e o Tenente João Maria de Alcantra, que tinha facões para doar (Guimarães Filho, 1854, p. 26). A comunicação, em uma época antes dos telégrafos e com diferentes terrenos, era uma questão importante para os militares em tempos de guerras na fronteira meridional, por isso o interesse nas estradas que atravessavam a Serra Geral.

Esse território todo, segundo Vidal, tinha o potencial para receber mais de duzentas colônias. No site da prefeitura de Nova Petrópolis, na página “histórico”, o texto afirma que “a nova colônia abrangia um vasto território que excedia dos limites dos rios Caí e Cadeia, avançando até os limites *presumíveis* das primeiras Estâncias dos Campos de Cima da Serra”. Também afirma que os lotes mediam aproximadamente 50 hectares.⁴⁹ Se os cálculos de Maria

⁴⁹ Site da Prefeitura de Nova Petrópolis, aba histórico. Acesso em 19 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.novapetropolis.rs.gov.br/pagina/historico>>. Acesso em: 18/11/2023.

Vidal são coerentes com os do site da Prefeitura, então temos uma área de 10 mil hectares aproximadamente, de “terras vazias” que se estendem além do rio Caí até os Campos de Cima da Serra. Todo esse território havia sido defendido por grupos indígenas desde a década de 1830, e agora era apropriado pelo Império brasileiro, celebrado nas cartas e no nome da colônia, dividido em lotes e distribuído para imigrantes e *primeiros praças*.

Constantemente eram relatadas preocupação com agilidade na demarcação de colônias e trabalho nas estradas (Vidal, 1852 p. 57), os dois aspectos principais que possibilitam a ocupação da terra pelos não indígenas, ambos elementos que eram atacados pelos grupos resistentes, como de João Grande. Pouco antes da aparição dos indígenas no final de setembro de 1858, os trabalhos em Nova Petrópolis andavam a todo vapor. O administrador afirma em carta que quer dar “solução definitiva em quanto diz respeito aos trabalhos praticados na Picada Feliz”, e para isso oficiou os “respectivos Juizes de Paz para ter lugar o lançamento dos Termos”, ou seja, quer acelerar os processos burocráticos, para poder ocorrer a liberação de verbas, ou então de trabalhadores, já que era possível no Brasil Imperial que juizes de paz atuassem como “encarregados” de sujeitos indesejados – de modo geral, indígenas e até órfãos (podendo esses serem crianças indígenas vítimas de bugreiros). De todo modo, um outro problema afetaria os relatórios do administrador: a passagem de uma partida de “selvagens”, *crise* que torna “indispensável o uso de armas apropriadas” (1858, p. 59).

Entre a primeira menção de avistamento de indígenas na região da Picada Feliz, em 26 de setembro, e o da Linha Olinda, em 28 de novembro, passaram-se dois meses, nos quais Vidal menciona quatro vezes em seus relatórios a necessidade das armas, a previsão de entrega pelo portador Carlos Jansen até o subdelegado do distrito, até chegarem em mãos da administração da colônia, ponto em que constataram que era de refugio, “inservíveis” para defender dos indígenas que circulavam até então pacificamente na região. Na carta de fins de outubro, Maria Vidal afirma que pôde aproveitar sete pistolas e algumas terçolas, que provavelmente foram utilizadas um mês depois, quando a partida de “Bugres” levou os habitantes da Linha Olinda ao pânico, e Vidal mandou imediatamente uma expedição armada para segurança, “com ordem expressa de não empregar as armas senão no último caso” (1858, p. 74).

A partir de diálogos com o cacique Maurício Vehn Tain Salvador sobre a história dos Kaingang na região de Canela, há a menção de histórias dos antepassados sobre caminhos que

faziam da aldeia de Canela para região de Caxias, e dali para o Norte do estado, possivelmente a área de Nonoai e o Passo do Goio-ên para seguir para as aldeias hoje em Santa Catarina, e que desciam até a bacia do Lago Guaíba para pescar. Observando também o isolamento de uma aldeia localizada em território de pleno avanço de frentes pioneiras, com bugreiros, picadores e colonos, chegar até a região onde se localizava a aldeia de Kógühn Xin era uma caminhada cheia de riscos. Até pouco tempo antes, como pudemos observar pela leitura das fontes do Mundo Novo, a Serra era território em guerra, em que o avanço da frente de colonização era respondido com violência pelos indígenas, que sofriam retaliações cada vez mais severas.

A hipótese levantada aqui é a de que o grupo indígena, possivelmente sobreviventes do grupo de João Grande, retorna ao espaço da aldeia Kógühn Xin vindo pelas matas de Caxias do Sul à Oeste, talvez desde a região de Nonoai, de Erechim ou do Botucaraí, espaços em que se comprova pela descendência, a presença de membros do grupo de João Grande. Na ida, no final de setembro, são avistados e mencionados no relatório de Vidal, que pede armas. No que podemos considerar como o caminho de volta, em novembro do mesmo ano, causam pânico na comunidade de Linha Olinda, mas sem causar nenhum dano. O único incidente relatado é o da suposta tentativa de sequestro por indígenas com cabelo comprido e um com o beijo furado.

Acredito que a história do sequestro em si pode ser deixada de lado por um aspecto bem mais interessante, que é a presença do indígena de beijo furado, possivelmente um Xokleng. Os Kaingang e Xokleng/Laklãnõ guerrearam por muito tempo, e até são considerados inimigos em diversas fontes da época, como Mabilde, e ali haviam sido vistos juntos por mulheres alemãs. Se a história do sequestro é contestada pelo administrador, não podemos deixar de levar a sério os detalhes da descrição da mãe e filha alemãs de uma partida multiétnica de indígenas, que transitavam por um território, pouco tempo antes, disputado com violência com a frente de colonização.

Por muito tempo, a narrativa histórica focou nos ataques dos indígenas contra as colônias e fazendas, as correrias, destacando as vítimas brancas e escondendo as mortes de indígenas. Como as informações sobre os povos indígenas estão fragmentadas nas fontes, e considerando que essa pesquisa é um fruto dessa dinâmica historiográfica, os conflitos são os momentos em que o contato fica evidente, uma situação limite característica das fronteiras,

como aponta Martins, em que se mobiliza o aparato da administração provincial. Desde 1847 estava em vigor o projeto baseado no Regulamento das Missões, a partir da política do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves, de diálogo com as lideranças. Não podemos esquecer que do início do século XIX até a década de 1830 havia uma legitimação legal para atacar e escravizar os indígenas, e as primeiras correrias ocorreram no final dos anos 1820 (Francisco, 2013; Diehl, 2023) Dessa forma, não podemos explicar as ações Kaingang durante esse período de avanço da fronteira colonial por uma suposta “natureza guerreira” a priori, mas sim pelo contexto histórico (Francisco, 2013 p. 332).

José de Souza Martins classifica uma prática muito comum nos contextos que analisou, os raptos, tendo em vista a divisão étnica na região, entre grupos Tupi, Jê, regionais (brasileiros, brancos ou não) e outros grupos. Cruzando dados de suas pesquisas, Martins afirma que o caso mais numeroso é de grupos Jê raptando regionais, sendo esses grupos Jês basicamente os Kayapós (Martins, 1999, p. 37). O autor busca ressaltar as diferenças entre a prática de rapto entre Jê e Tupi, ressaltando esse acontecimento como processo privilegiado para observar a “situação de contato em sua totalidade”, utilizando o termo de Roberto Cardoso de Oliveira (Martins, 1999, p. 33). Ressaltamos a importância do *outro* como fator de construção da identidade individual, a partir dos estudos de perspectivismo de Viveiros de Castro, mencionando as teorias de etnicidade de Frederick Barth e o papel da guerra nas sociedades indígenas, reflexão de Florestan Fernandes sobre os tupinambá no século XVI (Viveiros de Castro, 2014; Barth, 2000; Fernandes, 1952). Martins (1999 p. 41) aponta como a “dimensão ritual da vingança” foi exacerbada pela “extraordinária agressividade e violência dos brancos”, relacionando o que podemos pensar como estrutura e processo.

Assim como Martins observou em suas pesquisas, o rapto de indígenas Jê pelos regionais também acontecia em número significativo. No século XIX, os casos apresentados no Vale do Itajaí em Santa Catarina por Luisa Tombini Wittmann são emblemáticos das possibilidades de ação de crianças sequestradas por bugreiros, dos traumas dos massacres e dos preconceitos da sociedade regional (Wittmann, 2007). Mais próximo, está o caso do indígena Luis “Bugre”, raptado por alemães que responderam a uma correria dos Kaingang. Luis foi criado por um padre português e viveu nesse limiar de fronteira, convivendo ainda com seus familiares indígenas, mas vivendo nas colônias, negociando produtos entre os dois grupos, e se envolvendo em um rapto em 1868, o da família Versteg nos arredores do Forromeco, à oeste da Picada de Feliz. Da família Versteg, foi o menino Jacob que viveu

algum tempo entre os Kaingang como cativo, relatando muitas histórias já idoso para o Monsenhor Matias José Gansweidt (Dornelles, 2011, p. 47-58). Assim, percebemos que os raptos faziam parte das dinâmicas de fronteira em diversos locais e, portanto, a narrativa da mãe e filha Tiderisch é plausível, mesmo tendo um desfecho inesperado

Quando o administrador da colônia de Nova Petrópolis afirma que “humanamente não se possa explicar” a presença dos indígenas, ou quando diz que “não existem indícios nem vestígios que possam provar a existência dos Bugres naquelles lugares”, seu discurso carrega a noção de que os indígenas não existem. Sua surpresa reflete o próprio processo de apagamento existencial dos povos da região, que se consumou materialmente através da atuação de bugreiros durante toda a década de 1850, com alguns exemplos mencionados neste trabalho. O administrador confiava, aparentemente, na ação violenta do Estado, na limpeza dos matos, no conceito de “espaços vazios”, e sabia muito bem do pânico que gerava nos colonos avistar indígenas naquela região depois dos conflitos ocorridos. Sua meta era o sucesso da colônia de Nova Petrópolis, e não queria quebrar seu otimismo e a sequência de relatórios positivos com esse “problema”. Os bugreiros forneciam a sensação de segurança para os trabalhos de abertura de estradas e colônias. Mesmo não atuando diretamente no mesmo espaço, as partidas de homens armados afastaram os indígenas das áreas sendo ocupadas, com o uso da violência, incluindo armas de fogo.

Muito estimaria, que Vossa Excelência providenciasse a respeito da estada de uma pequena polícia composta de pessoas, acostumadas aos serviços de matto para poder algumas vezes fazer as descubertas necessarias e mesmo perseguis os Bugres quando as circunstâncias assim o exigirem. (Vidal, 1852, p. 77)

Um aspecto que podemos diferenciar entre os eventos de 1852 no Mundo Novo e de 1858 na Picada Feliz é a abordagem pacífica dos indígenas nesse último contexto: eles se fazem mostrar sem causar danos aos colonos que, desprevenidos, trabalham. Vidal utiliza o termo “extemporânea aparição”, podendo significar o tema do parágrafo anterior (o apagamento físico e discursivo dos indígenas na região), assim como pode ser uma observação de que vinham de fora. Nesse caso, podemos pensar também na dispersão do grupo de João Grande após março de 1853 para outros territórios de seus aliados e parentes, entre os quais estavam os aldeamentos de Nonoai e de Campo do Meio/Vacaria. Esses caminhos ancestrais eram percorridos por meses, ao longo dos quais eram enterrados os umbigos dos recém nascidos e o corpo dos mortos.

Todos os relatórios da província sobre o fracasso dos aldeamentos nesse período comentam a dificuldade de manter os indígenas no mesmo local, pois são afeitos a circular entre seus territórios, como tem feito seus antepassados há milhares de anos. As ideologias da época não compreendiam os aspectos fundamentais do modo de vida Kaingang, ou nem mesmo o respeitavam enquanto tal, pois seu objetivo era assentá-los em poucas terras, liberando o resto para colonização.

A circulação de Kaingang e Xokleng pela Serra durante o avanço da ocupação de terras pelas colônias mostra uma continuidade de ocupação que não se encerra abruptamente com massacres, guerras e expulsão. São processos em que a fronteira permanece porosa, até que se torna cada vez menos possível a circulação dos indígenas por seus territórios, pois, ao menor sinal de sua presença, aparatos repressivos eram articulados imediatamente. Poucos anos antes, os Kaingang realizavam correrias na região, que demonstravam que a presença do não indígena não era bem vinda em seus territórios, e agora apenas passavam pelas colônias sem demonstrar sinais de violência. Aqui podemos especular também sobre o pequeno grupo que realizou a suposta tentativa de sequestro, se foi o caso de terem se dispersado do grupo original tomado atitudes sem o consentimento dos demais, que aceitavam o aldeamento e o acordo de não mais atacar colônias e estradas.

Fica mais interessante a participação do indígena possivelmente Xokleng no assalto quando analisamos as relações entre Kaingang e Xokleng, pelo menos desde o final do século XVIII, momento em que ocorreu o último grande conflito entre os Coroados e Botocudos, conforme vocabulário do agrimensor belga (Mabilde, 1983). Nesses conflitos, como era comum nas guerras Kaingang, o vencedor se apropriou de familiares do perdedor, compondo assim linhagens misturadas entre Kaingang vencedores e Xokleng perdedores, mantendo algum vínculo de memória e linguagem, fazendo com que a conexão dos raptados não se perdesse totalmente com seu grupo de parentesco e unindo linhagens dos dois povos (Francisco, 2013).

Outros aspectos que as fontes podem nos apresentar são detalhes visuais, presentes nas observações dos administradores ou das supostas vítimas, como no caso das Tiderisch. A mãe, Augusta Tiderichs, descreve assim os indígenas que viu:

E disse, que no dia vinte e seis deste mês, antes do meio dia, estando ella em sua Casa lhe apparecerão quatro Bugres, tendo tres destes cabellos grandes e outro cabellos curtos tendo este o beijo inferior furado em dois lugares, estando nus tendo somente uma pequena tanga na cintura e tendo cada um d'elles nas mãos um Arco e Flecha. (Termo de Averiguação 28/11/1858 *In*: Vidal, 1858, p. 78-79 *cf.* Anexo 3)

Sua filha, também chamada Augusta, não dá mais nenhum detalhe, relatando a mesma cena que a mãe: quatro indígenas se aproximaram de sua casa, e o que tentou raptar a criança, o com furo no beijo, levou uma “machadinha na testa” da mãe e um “estoque no peito que o fez logo morrer”, a criança conseguiu fugir pelo mato, montando num cavalo e indo avisar o diretor Maria Vidal na sede de Nova Petrópolis, enquanto a mãe, também fugindo pelo mato, vê outros quatro “bugres” carregando o morto. Então temos uma partida de quatro indígenas, com arcos e flechas em mãos, com cabelos compridos e curtos, e um com beijos furados (Figuras 4 e 5). Não há descrito um adereço no furo do beijo, mas o simples fato do furo sugere pertencimento a um grupo Xokleng. Como ressaltamos acima, a relação entre grupos Jê diferentes nessa região de fronteira étnica era estabelecido há gerações atrás, promovendo trocas culturais e pessoais. O avanço da fronteira de expansão altera essas dinâmicas, que já eram complexas antes da invasão colonial.

Desse modo, não é possível definir com algum nível de certeza a identificação étnica dos protagonistas indígenas nessa história. Como os estudos sobre etnogênese (Monteiro, 2001) apontam, as identidades étnicas são construídas em contextos históricos, e podem ou não serem incorporadas na autoidentificação destes grupos. Assim, podemos relacionar suas histórias com certos troncos-velhos das populações indígenas, cujos descendentes atualmente se identificam como Kaingang, ou Xokleng/Laklãnõ, sem necessariamente definir ou limitar as experiências históricas dos povos originários, que por definição são diversas e vão de encontro ao diferente.

Tampouco os relatos escritos são de todo confiáveis. Apenas no final do século XIX que se começou a usar o termo Kaingang, adotado como etnônimo autodeclarado. No geral, o termo utilizado nas fontes, tanto pelo Mingoze, quanto pelo argentino Vidal, é bugre. Podemos inferir que, pela falta do uso de outro termo, ambos encarregados das obras públicas não conheciam, ou desprezavam a existência de outros nomes. Para esses homens, e tantos outros documentos da história na região norte do Rio Grande do Sul no século XIX, o bugre era o indígena inimigo, cuja única forma de comunicação oficial era a violência. O contexto abordado nessa pesquisa, e a análise aprofundada das relações sociais ali existentes, mostra

que essa percepção se sustenta na documentação. Em ambos os casos, em resposta à mera precipitação de encontro com os indígenas, os “bugres”, era necessário estar bem armado, utilizar toda a violência na “proteção” do projeto colonial. Tal mentalidade não poderia ter outra consequência do que uma história de massacres e de fugas dos povos para longe de seus territórios originários.

O encontro de 1858 na Linha Olinda chega até nós como o relato de um administrador de colônia que escrevia todos os meses um relatório, e que passou por uma situação que considerou muito incomum: indígenas atravessando a colônia. Já os indígenas viram o seu caminho ancestral cada vez mais modificado pela instalação de colonos e pela abertura de estradas. Esses caminhos antigos ligavam a região de Canela com Caxias, e depois com o Norte do estado, em direção aos grandes aldeamentos que vão permanecer ocupados pelos Kaingang. Por esses caminhos, os sobreviventes dos ataques ao grupo de João Grande na década de 1850 buscaram refúgio em outros aldeamentos, como na Serra Grande e Borboleta, Campo do Meio, Caseiros e Nonoai (Freitas e Venzon, 2008; Araujo, 2023).

Figura 4: Índios Xokleng ladeados por visitantes alemães em Santa Catarina (início do século XX)



Fonte: Acervo Edmar Hoerhan / Instituto Socioambiental

Figura 5: Foto intitulada "Índios" onde se vê ao fundo a figura de um frei Capuchinho. (Região de Lagoa Vermelha - 1890-1920)



Fonte: Arquivo Savoie 13Y, "Archives des Capucins" de Paris (Brandalise 2019, p. 55)

4.3 – Atuação indígena na Frente de Expansão

O conjunto de documentos analisados nesta pesquisa, apesar de abrangerem um recorte espacial e temporal pequeno, trazem situações limites em contexto de avanço da fronteira colonial. São fontes que trazem a perspectiva do encontro humano dos não-indígenas, todos homens, havendo luso-brasileiros, alemães e um argentino, que estão ali por um objetivo compartilhado a partir do trabalho para as obras públicas do governo provincial. A partir do termo de averiguação, temos um vislumbre, ainda que indireto, da visão de mãe e filha alemãs sobre um encontro com indígenas.

Temos aqui, narrativas da parte de pessoas que constituíam o avanço da frente de expansão colonial, tanto que foram transmitidas para autoridades de alto escalão, como o próprio Presidente da Província, diretamente ligado aos agentes na "ponta" dos trabalhos,

como é o caso de David Pereira Dias e Maria Vidal. Quanto ao primeiro, era uma das lideranças do povoado do Pinhal e estava interessado diretamente na expansão das colônias, pois seu irmão possuía terras Serra acima, que valorizariam com o estabelecimento da estrada. Por isso, podemos conferir uma suspeição na narrativa do “Mingozé”, concluindo apenas que sua carta relata uma justificativa para adentrar nos matos fortemente armados. Interessante perceber que Dias não pede por armas, apenas informa que seus homens entraram armados no dia 24 de janeiro de 1852. Não fica explícito se seu grupo ficou sabendo da correria na casa do colono Pedro Wadenphul, no dia 8, ou se os acontecimentos que ele descreve no dia 14 e esses têm alguma relação. Ao fazer sua vistoria para decidir sobre a estrada nova ou velha do Mundo Novo, Antônio Leite de Oliveira afirma que só por um incidente “não se possa num só dia” a jornada “das velhas terras do Mundo Novo, no arroio Taquaral” até os Campos de Cima da Serra (Oliveira, 1852). A distância, então, da provável localização do rancho de Pedro Wadenpuhl até o acampamento dos piqueiros, que devia ser avançando às terras de David Pereira Dias, é muito pequena. Pode-se observar no Mapa 8 a proximidade entre esses dois locais. Assim, o relato de Domingos José Dias não pode ser lido com a mesma segurança dos relatos sobre a correria feitos por autoridades policiais.

Quanto a Maria Vidal, tinha sua função bem mais definida, era administrador da colônia. Seu ofício era de agrimensor, que pode ser entendido como um “cargo técnico” da equipe de piqueiros. Seus relatórios prestam conta de forma detalhada, e ainda há o caso das comemorações em honra ao Imperador, que demonstram sua fidelidade ao seu cargo no Império e, por conseguinte, ao seu projeto de colonização. Nesse sentido, podemos dizer que Vidal tem “fé” no projeto em que está trabalhando, e seu texto descreve sua confiança e dedicação à colonização do Império. Ao se surpreender com a aparição de indígenas, demonstra seu comprometimento com os pressupostos da colonização, a existência de “terras vazias” que deveriam virar devolutas ou colônias e colaborar para a “futura prosperidade”. Podemos dizer que sua atuação foi sistemática na execução dos trabalhos da picada, além de estar continuamente preocupado com o encontro com indígenas.

Observando os relatos de Dias e Vidal, entendemos a diferença de seus posicionamentos em relação ao conflito potencial que representa a experiência da fronteira nesse contexto. Enquanto Dias apenas relata que mandou homens armados entrarem nas matas, Vidal solicita armamentos e pessoal repetidas vezes. Isso significa que Vidal estava mais subordinado às autoridades provinciais, mas também aponta que Dias já tinha pessoas e

a experiência suficiente para atuar sem autorização ou reforço das autoridades, o que demonstra que era uma prática recorrente para aquelas pessoas e, observando a história do Brasil, podemos afirmar que isso não era exceção.

Assim, temos relatos comprometidos com o avanço da colonização. Por um lado, é ali que vamos ler vestígios dos encontros, no limite da fronteira, o limite do humano. Mas os relatos desses sujeitos são a afirmação da violência e da exclusão. Dessa forma, um trabalho que busca apreciar as atuações e vozes indígenas na história, valorizando a presença e a diferença, como pode retirar informações *dos* indígenas nesse tipo de documentação? Voltando ao problema apresentado por Spivak, sobre as apresentações e reapresentações dos subalternos na narrativa histórica dos colonizadores. São versões domesticadas dos sujeitos que integram as narrativas da colonização, sujeitos que não estão atuando segundo suas próprias lógicas, e sim segundo lógicas impostas por aqueles que escrevem a documentação, como observamos ao analisar os Relatórios de Presidente da Província. A atuação que buscamos na documentação vai inevitavelmente ser canalizada por um prisma colonial, em que a história se encaixa no projeto de mundo imposto, incutindo a colonialidade no projeto de nação que se constituía naquele momento (Spivak, 2010; Quijano, 2004).

Portanto, é necessário escutar as vozes indígenas onde elas estiverem, vivas, no presente mesmo que esta pesquisa é escrita. É o caso dos relatos do Maurício Vehn Tain, que apresentam ações a partir da sua cultura e cosmologia, onde na documentação apenas lemos reações. Como, por exemplo, as datas da circulação dos Kaingang pela Picada Feliz descrita por Vidal, a diferença de dois meses entre dois encontros, um trajeto Leste-Oeste pela serra, ganham sentido quando Vehn Tain apresenta as rotas da aldeia de Canela para a região de Caxias, e daí para Nonoai. Esse relato ainda é, caso fosse necessário, respaldado pelo próprio Vidal, que comenta a possibilidade de conectar a picada Feliz com a estrada que vai para o aldeamento de Nonohay, mesmo trajeto, segundo a relação entre a narrativa oral Kaingang e a documentação (Vidal, 1858, p. 110).

Tratando as narrativas através do conceito de regimes de memória (Oliveira, 2022; Fabian, 2010), percebemos que as fontes documentais têm seus próprios interesses em retratar os indígenas na Serra Gaúcha no século XIX. Por um lado, retratá-los como “facínoras” justificava a violência utilizada pelos bugreiros, por outro lado, a comparação dos mesmos com as “feras selvagens” reproduz uma visão desumanizante dos indígenas, reforçando a

versão anterior e ainda eximindo os colonos do esbulho, pois não sendo cristãos, sequer humanos, não teriam direito às terras. Mesmo os relatos que contam com mais nuances aspectos da presença Kaingang no planalto sulino no XIX, como Mabilde, ainda partem de dois regimes de memória distintos: o do próprio agrimensor, seu papel enquanto ponta de lança da frente pioneira e sua visão de “progresso” para os indígenas, já comentado aqui; e a sua fonte de informação, o cacique Braga que, dentro do contexto em que se encontrava, contou as histórias de modo que valorizasse sua atuação e de seus antepassados, assim como legitimando seu papel enquanto liderança, tal qual o governo provincial estava buscando negociar em seu projeto de aldeamento. Sobre a história dos grupos indígenas ligados ao território da Serra Gaúcha, temos as narrativas de descendentes do grupo de João Grande e temos a documentação do Fundo de Obras Públicas, duas narrativas conflitantes e quase opostas, mas que podem se complementar com a devida crítica historiográfica e etnográfica. Ainda assim, percebemos o abismo entre as formas de narrar o passado, e as consequências políticas e temporais de cada regime de memória.

Outra fonte através da qual podemos escutar as vozes indígenas é a do historiador Kaingang Danilo Braga. Ao final de sua dissertação, há a transcrição de uma entrevista feita por seu orientador. Nesse relato, o historiador indígena apresenta uma forma de narrativa mais próxima de como é a de seu povo, em forma de relato oral. Nesse material, Braga faz o processo inverso do descrito acima e utiliza fontes historiográficas como respaldo nas lacunas das narrativas orais, tendo estas, preeminência sobre a narrativa escrita. Neste trabalho, é importante reconhecer que as narrativas escritas têm maior destaque, pois é sobre elas que a análise historiográfica é feita. Porém, é ainda inconcebível a escrita deste trabalho sem a consulta dos indígenas sobre tais narrativas. Assim, utilizando seu método próprio, que poderia se encaixar mais na descrição de etnohistória de Sider (1994), Braga descreve o período do século XIX como um período de guerras, cujo resultado foi a diminuição catastrófica do território acessado pelos Kaingang e Xokleng:

Um mapa de Ítala Becker, no final do século XIX, mostra pequenas aldeias nas regiões de Campo do Meio, de Nonoai e de Guarita. Porque esses pontinhos (no mapa)? Ao deslocar a população para Nonoai muitos não ficaram e acabaram voltando para as terras deles. Mas ao voltar já estavam. Em 10 anos o avanço da colonização já havia ocupado as terras. [...] Na questão da minha aldeia, do Ligeiro, por exemplo, veio um paulista veio, José Bueno, e demarcou [para si] 20 mil hectares e os índios tiveram de ir para o outro lado porque ele começou a caçar os índios. Então é assim que acontece e os índios acabam voltando e o governo se vê obrigado a fundar toldos no estado, aldeamentos pequenos, uma desculpa para dizer que estavam dando alguma coisa para os índios. São pequenos toldos, o maior deles, hoje é Guarita com 23 mil hectares, dos 420 mil hectares de Nonoai [no século XIX], em 1940 eram 14 mil hectares. (Braga, 2015, p. 120)

O Brasil hoje declara ter a maior fronteira agrícola do mundo,⁵⁰ espaços estes nos quais ocorrem encontros entre indígenas, fazendeiros, camponeses, e até os dias de hoje permanece como um lócus de negação de direitos (Oliveira, 1998, Martins, 1999). O que observamos ao nos debruçarmos com uma lupa sobre a história de uma região colonizada em meados do século XIX são processos que se repetem, com a especificidade de cada lugar, mas que resultam na expulsão dos indígenas de seus territórios e na total transformação ambiental dos últimos. Podemos afirmar também que a dinâmica do avanço da frente de expansão é parte desse processo histórico de colonização que ocorre há mais de cinco séculos.

Durante a história recente do Brasil, há muitos casos de povos indígenas que perderam seus territórios e mesmo suas línguas e ainda assim acham formas de retornar, como é o caso de muitos grupos do Nordeste. Ao estudar esses casos, o antropólogo João Pacheco de Oliveira cunhou o conceito de *territorialização*, que o autor define como um "processo de reorganização social" que implica em: 1) nova unidade sociocultural, ou identidade étnica diferenciadora; 2) a criação de mecanismos políticos especializados; 3) redefinição do controle social sobre recursos ambientais; 4) reelaboração da cultura e da relação com o passado (Oliveira, 1998, p. 22). De modo genérico, podemos dizer que os Kaingang nunca desapareceram ou foram totalmente assimilados: mesmo após as guerras no século XIX e o XX marcado pelo duro período do SPI – o período “dos panelões” (Braga, 2015) – no final dos anos 1970 já haviam organizações indígenas retomando territórios no Paraná e no Rio Grande do Sul (Marechal, 2021).

⁵⁰ “Maior Fronteira Agrícola do mundo está no bioma amazônico”. Canal Rural, 19/09/2019. Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/major-fronteira-agricola-mundo-amazonia-embrapa/>>. Acesso em: 12/11/2023. Um mês antes dessa notícia, ocorreu o chamado “dia do fogo”, em que fazendeiros, estimulados pelo governo federal, tacou fogo em uma área imensa de floresta amazônica. Ver em: “O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia” Leandro Machado, BBC Brasil, 27/08/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>>. Acesso em: 18/11/2023.

Atualmente, existem quatro retomadas indígenas nos municípios de Canela e São Francisco de Paula, de três etnias: Kaingang, Xokleng e Mbyá-Guarani. Tanto a retomada Kógühn Mág quanto a Xokleng Konglui ocorrem no terreno de duas florestas nacionais administradas pelo ICMBio, e traçam seus antepassados até os conflitos e perseguições nos séculos XIX e XX, mas também identificam limites entre os territórios dos antepassados dos dois grupos fronteiriços, e reconhecem entre si alguma descendência em comum. O cacique Maurício me relatou durante a gravação de documentário, que quando a cacica Xokleng, Cullung, visitou o território da retomada Kógühn Mág, em uma caverna que serviu de refúgio durante as perseguições do século XIX e XX (Freitas *et al.*, 2020),⁵¹ não identificou espíritos dos seus ancestrais, portanto, confirmando a fronteira entre Kaingang e Xokleng como o rio Caí, com base na conexão com os ancestrais. O modo de acessar o passado, através de elementos espirituais e dos sonhos, consiste em uma “parte essencial das técnicas empregadas pelos *kujà* nos processos de retomada, uma vez que estes são canais de acesso favoráveis ao trânsito entre as fronteiras do mundo-outro, sendo este um lugar habitado por seres e forças que operam em temporalidades não ordinárias” (Fontes e Salvador, 2023, p. 85)

Outro aspecto que fazia com que os Kaingang circulassem pelo seu território são os motivos religiosos no âmbito de rituais de matriz xamânica, com a figura do *kujá*⁵² como uma referência de saberes e conhecimentos ancestrais, além da relação com a floresta, com os mundos dos sonhos *vênh-pét* e com o mundo subterrâneo dos mortos *nũgme*. Uma das maneiras de interação entre esses mundos, que tem fronteiras permeáveis, é através do contato com elementos da natureza, como remédios do mato *vênh-kagtã*, também com o animal espírito guia *jagré*, ou mesmo com a festa dos mortos, o *kiki*. Junto com os *kujá*, os *kofá*, “pessoa maior, anciã e sábio”, detêm a sabedoria dos antigos *kinhróg*; são os guardiões do *kanhgág jÿkre*, o pensamento coletivo, além da história dos Kaingang, que se inscreve em uma temporalidade que transita entre o *vãsy*/tempo dos antigos, *gufã*/tempo ancestral ou mítico e *uri*/tempo atual. (Rosa, 2005; Marechal, 2018, 2021; Fontes e Salvador, 2023).

Como aponta Diehl, “a presença dos restos mortais dos ancestrais foi para vários grupos de Kaingang um elemento central no sentimento de pertencimento e territorialização durante todo o século XIX” (Diehl, 2023, p. 180). Volta-se para onde estão enterrados os umbigos seus, dos antepassados e dos filhos e netos. A guerra para os Jê não significava a

⁵¹ Esse local aparece no documentário “Kónhun Mág: o caminho da volta à floresta de Canela” (2021) 60 min. Disponível em: <bit.ly/KonhunMagDoc>. Acesso em: 18/11/2023.

⁵² Palavras revisadas junto ao Glossário de Palavras Kaingang In: Marechal, 2021 p. 654-657

ruptura com o território, mas sim uma incorporação do outro grupo, muitas vezes através do rapto (Martins, 1999). Essa dinâmica pode ser vista na presença de um Xokleng em um grupo com três outros Kaingang, como no relato da mãe e filha Tiderisch. Dois povos que os cronistas insistiam em enfatizar as guerras mortais uns contra os outros, mas que ocultavam aspectos de convivência, aliança e misturas desde tempos antigos.

Analisando duas retomadas contemporâneas Kaingang, Cleméntine Maréchal aponta o apoio fundamental dos *kujá* nas retomadas territoriais, e faz apontamentos que nos são pertinentes ao nos aproximarmos da temporalidade Kaingang:

Por último, nos interessaremos nos projetos que os Kaingang têm para os territórios recuperados através dos exemplos das retomadas de Kanhgág Ag Goj (Vicente Dutra, RS) e Konhún Mág (Canela, RS). É sobretudo nesse sentido que enxergaremos as possibilidades decoloniais nas retomadas que para muitos Kaingang são consideradas também como o retorno do modo de vida dos antigos, chamado por alguns intelectuais kaingang de *kanhgang êg my há* (Carvalho, 2020). Longe, porém, de serem apenas a expressão de uma volta ao passado, as retomadas surgem em resposta às assimetrias e desigualdades sociais e de poder que são o resultado da reprodução da matriz de dominação colonial. Tais iniciativas, como já abordamos de forma breve anteriormente, são realizações criativas que se enraízam tanto na memória dos antepassados quanto nas lembranças do esbulho, do despojo e da violência colonial. (Maréchal, 2021, p. 475).

O território indígena de Kógühn Mág é trazido por Maurício Salvador através da história⁵³ da gralha azul, que se passa nesse território, e reafirma a pertença no Planalto de Araucárias através da transformação de uma mulher Kaingang, Kýsa, (lua em português) em uma gralha azul, e seu amante, uma estrela que atende o pedido da moça, Krin Jé, que se transforma na mais alta araucária da região⁵⁴ (Maréchal, 2021, p. 563). O historiador Iury Fontes, em entrevista com Maurício Salvador, aponta que:

A luta política da retomada de Konhún Mág encontra força na práxis xamânica dos/das *kujá*, que através de seus respectivos saberes-guiados, contribuem com seus conhecimentos ancestrais para o sucesso dos projetos de autonomia que são gestados no seio das retomadas indígenas. (Fontes e Salvador, 2023 p. 76)

Para muitos Kaingang, as retomadas são consideradas como o retorno do modo de vida dos antigos, enquanto esse processo é chamado por alguns intelectuais Kaingang de *kanhgag êg my há*, literalmente “o que faz bem pra nós, Kaingang” (Carvalho, 2020;

⁵³ A mesma história foi lançada em livro infantil em 2022, titulado “A araucária e a gralha azul: uma história dos antigos Kaingang”, de autoria de Maurício Vên Táhn Salvador e Ana Carolina da Costa e Fonseca. Disponível em: <<https://editora.fmp.edu.br/index.php/efmp/catalog/book/44>>. Acesso em: 18/11/2023.

⁵⁴ O anexo 2 deste trabalho contém transcrição de áudio enviado pelo Whatsapp dirigido à antropóloga Cleméntine Maréchal (2021, p. 601) e a mim, publicada na tese da mesma.

Marechal, 2021 p. 475). Dessa forma, não se trata de um retorno ao passado, mas sim da construção de novas relações com a terra e com as demandas territoriais, em processos que se reelaboram de acordo a formação de alianças, em situações territoriais complexas, impasses jurídicos e assimetria de relação de forças entre os Kaingang e os colonos e fazendeiros (Marechal, 2021, p. 521).

Mais do que ser consequência de demandas por terra e dignidade das comunidades Kaingang, as retomadas são uma forma também de proteger o passado do esquecimento, ressaltando aqui o vínculo intrínseco entre os territórios de memória e as narrativas sobre o passado. Para abordar esse tema, que é um tema sensível, trago uma fala do cacique Maurício Salvador, presente no documentário “Kónhun Mág: o caminho da volta pra floresta de Canela” (2021), gravado no local chamado Poço dos Caixões. A equipe, na qual eu fiz parte, visitou esse local por ser um ponto de memória dos Kaingang.

É nesse local que aconteceu né, e agora a gente tá aqui, que é esse local conhecido como hoje pelo *fóg*, conhecido como poço do caixão. Então nesse local a gente vê que o acesso é bem complicado, a gente vê os peral que tem aqui ao redor, então nesse peral, aqui que aconteceu. Lá na curva da água, lá tem uma espécie de uma piscina, então dentro... é um córrego de água também, mas daí essa piscina, ela é bastante profunda, dá uns 60 metros, acho, de fundura, pra baixo. Então os parente que na época, nessa rota de fuga, quando os parente tavam escapando do conflito, não conseguiram passar mais pro outro lado. Então o outro lado ali agora, é a divisa de São Francisco, nesse local especificamente onde a gente tá que aconteceu o conflito, daí os parentes não poderiam passar pro outro lado. Então essa chacina aconteceu né, os madeireiros, os tropeiros que relatam que mataram os parente degolado, cortavam os seios das mulheres e jogavam nesse peral. (Maurício Salvador, 07/08/2021)

Para finalizar, é importante retornar à ideia de etnohistória como a história dos povos indígenas trazida por Gerald Sider (1994). Ao abordar os personagens históricos escondidos pelas brumas da documentação lida, estamos observando os antepassados de muitos indígenas atualmente. Sabemos que o grupo de João Grande deixou numerosa descendência espalhada pelas terras indígenas do estado, e que muitas histórias sobre o período abordado aqui, através da visão do não-indígena na frente de colonização, coincidem com histórias da tradição oral do povo Kaingang e Xokleng. Tais narrativas permanecem por muitas gerações com os sábios indígenas, fazendo com que este trabalho dialogue com as mesmas, no presente, através das minhas vivências com os Kaingang. Manifesto aqui o profundo respeito por essas narrativas e pelas pessoas que as portam.

Figura 6: Fotomontagem do processo de realização do documentário Konhun Mág: O caminho da volta à floresta de Canela:



Legenda (da esquerda pra direita e cima pra baixo): Equipe do documentário (junho de 2021); Entrevista com Iracema Gá Teh e Maurício Vên Tánh (julho de 2021); Maurício no local conhecido como Poço dos Caixões (agosto de 2021); exibição do documentário na aldeia Kógühn Mág (fevereiro de 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, abordei o tema da expulsão dos indígenas de seu território. Acabei salientando, contudo, a sua permanência *apesar* da frente de expansão. Na documentação analisada, pude constatar a violência com que as autoridades respondiam à presença indígena, e também a permanência de pequenos grupos nos territórios da serra mesmo após o avanço dos pedestres e bugreiros. A região a norte das estradas do Mundo Novo e Picada Feliz é descrita na documentação como “terras vazias e devolutas” durante todo o recorte desta pesquisa, o que segundo a historiografia, é sinônimo de territórios indígenas. Essa constatação também é reforçada pela dinâmica de conflitos que se pode observar no decorrer da década de 1850.

Observamos de perto um momento no tempo, em que a região recortada recebia diversas frentes pioneiras, impulsionadas pelo relativo sucesso das colônias anteriores, e com incentivo de entes privados e públicos. Apesar disso, foi possível verificar a resposta dos indígenas à essa frente de colonização. A interpretação dos eventos em contexto apresenta um grupo indígena que tem uma atuação plural, que varia da indiferença, passando pelo roubo de materiais, até a guerra e suas consequências imediatas. A principal liderança conhecida na região é João Grande, que na documentação é representado como um “facínora”. Porém o que observamos nas ações dos indígenas nas fontes é uma relação complexa com a colonização, rerepresentada não só pela violência, como muitas vezes a historiografia o faz, mas por estratégias diversas. Através desta pesquisa, pudemos ver as complexidades de uma frente pioneira nas florestas da Serra Gaúcha e, nos vestígios que deixaram, as complexidades de uma comunidade do povo Kaingang. Dessa maneira, trago essa figura histórica e *ethnohistórica*, de maneira que melhor o entendimento de seu papel nos acontecimentos da Serra Gaúcha em meados do século XIX, e não reproduz simplesmente o binômio “resistente” ou “facínora”.

A documentação sobre a história dos Kaingang no Rio Grande do Sul ainda pode ser bastante explorada, de modo a possibilitar narrativas historiográficas que abordam diversos pontos de vista, para construir um panorama mais completo da história dos povos indígenas no estado. Como foi mencionado, o período entre 1848 e 1858, a região da Serra Gaúcha e dos Campos de Cima da Serra era como um “vazio” dentro da história dos povos indígenas do estado. Cada vez mais pesquisas aprofundam os acontecimentos dessa região, que durante

quase todo o século XIX, consistem em dinâmicas de avanço da frente de expansão e resposta indígena. Foi um processo longo, pela atuação resistente dos indígenas, pela dificuldade do terreno e pelas constantes guerras que assolavam a Província. Após a guerra Farroupilha, a mais longa delas, o governo apostou em uma política de alianças, tendo em vista o estabelecimento dos grupos nos aldeamentos oficiais, sob controle das autoridades, e o esvaziamento das terras cobiçadas para a colonização.

Houve conflitos entre indígenas e a frente de expansão em diversos lugares da Província, no século XIX – em fazendas, estradas ou colônias estrangeiras. É importante compreender esse processo de forma mais ampla e de acordo com as pesquisas atuais, sob uma perspectiva de desinvisibilizar os indígenas da narrativa. Existia uma cultura complexa que guiava a atuação dos povos autóctones do Planalto das Araucárias, que guiavam as alianças e parentescos entre os grupos. Ao longo da segunda metade do século XIX, cada vez mais essas relações se tornavam centradas nas figuras masculinas que acumulavam a liderança, por influência das frentes de expansão, acentuando as rivalidades e conflitos entre os mesmos. Com os recursos mais escassos, e o território invadido por colonos e tropas, cada grupo construiu uma forma de agir, partindo de suas próprias noções sobre o mundo, com as informações que conseguiam de contatos, cativos e outros indígenas, e certamente influenciado pelas dinâmicas sociais internas e pela atuação dos *kujà* e dos *kofá*, os mais velhos⁵⁵.

Fazendo o jogo de escalas (Revel, 1998) e utilizando metodologias que se atravessam na escrita histórica e se comunicam, escutam e falam com os povos indígenas hoje (Tuhiwai Smith, 2016; Fabian, 2013), foi possível escrutinar um fundo documental atrás de vestígios escassos de encontros das equipes das obras públicas, com indígenas. Outras fontes, como os Relatórios de Presidente da Província e o Fundo Indígenas do AHRS, já mencionam os principais conflitos ocorridos no período (Laroque, 2000; Dornelles, 2011; Diehl, 2023). O que há de novo aqui é a pesquisa em fontes de Obras Públicas, onde se pôde observar interações não intencionais da parte do Estado com os indígenas, e fazer observações que complementam a historiografia e a etnografia. Dentro do recorte espacial desta pesquisa, foi possível observar movimentos específicos, vestígios de indígenas por onde eles passaram e agentes da frente de expansão registraram. A partir de uma pesquisa pensada a partir da *ethnohistória*, praticada enquanto metodologia (Rojas, 2008) e complementar enquanto

⁵⁵ Danilo Braga menciona a importância do Conselho de Anciãos até meados do século XIX (Braga, 2015).

vivência social dos povos (Sider, 1994), li na documentação informações que dão conta da presença indígena na região da Serra ao longo da Picada Feliz e da Estrada do Mundo Novo entre 1852 e 1858. Essa leitura, que ocorre através da “névoa” do apagamento, pressupõe uma leitura prévia da documentação enquanto tal e uma análise dos objetivos e das intenções imediatas dos seus autores. O discurso que esses textos contêm é carregado de apagamento ele mesmo, e por isso sua leitura é feita a contrapelo (Benjamin, 1987). Certamente, ao analisar a história do avanço da colonização sobre o planalto através das brumas que recaem sobre a documentação, é inevitável reconhecer o papel dos grupos indígenas na formatação do processo histórico.

Também é inegável a atualidade destas questões, basta ver as lutas por reconhecimento das comunidades indígenas da região desde o final do século XX. A definição do território delimitado não é prática comum dos povos indígenas, em vez disso, marcam lugares e paisagens fundamentais nas suas andanças, nos nascimentos com o enterramento do umbigo, ou dos sepultamentos após a morte. Assim, as territorialidades que se perderam em meados para o fim do século XIX vão sendo recuperadas à medida que o século XXI avança. Deste modo, falar em invisibilização e desinvisibilização se torna um recurso discursivo útil, mas que não abrange o tópico da memória e do esquecimento, tão importantes para a história em longa duração dos povos indígenas. Tal rede de complexidades e atravessamentos de formas de saber e lembrar só mostra como as formas acadêmicas de produzir o conhecimento, quando visto do ponto de vista dos povos indígenas, - descendentes dos personagens do historiador - se tornam pequenas perto da importância étnica, pessoal e coletiva desses fatos ocorridos há mais de um século atrás.

Saliento que o recorte limita no tempo e no espaço o uso da documentação, e que o Fundo de Obras Públicas contém ainda muita documentação sobre abertura de estradas e demarcação de terras devolutas em regiões limítrofes com as abordadas aqui. Dessa forma, esta pesquisa não se apresenta como um documento fechado, mas sim como uma colaboração a se somar em um esforço de retratar os povos indígenas de maneira digna quanto à sua contribuição na formação da sociedade brasileira, na resistência à imposição de um modo de vida destrutivo, e na preservação de uma forma de ver o passado que remonta há milhares de anos. Passado este que vem sendo sistematicamente apagado, e recentemente desapegado, da história do sul do Brasil.

Fontes Pesquisadas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Obras Públicas, Caixa 4, Maço 9. GUIMARÃES FILHO, Antônio José da Silva - Administrador da Obra. Ofício: Ofício tratando da estrada do Passo da Esperança na Picada Feliz. 1854

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Obras Públicas, Caixa 2, Maço 3. ANDRÉA, José da Victoria Soares D' - Presidente da Província - Estrada das missões até Mato Grosso e Estrada do Mundo Novo a São Leopoldo. 1848.

AHRS, FOP. C 8, M 14. CAMPOS, José Maria Pereira de - Major de Engenheiros e Inspetor das Obras Públicas. Ofícios tratando da Picada de Dois Irmãos. 1858

AHRS, FOP. C4, M7. DIAS, Domingos José (encarregado) Ofício, relatório e minuta (anexa) sobre a Picada do Mundo Novo até os Campos de Cima da Serra. 16/03/1852.

AHRS, FOP, C4, M7. MABILDE, Alphonse - Engenheiro e Agrimensor das Colônias. Picada do Mundo Novo até os Campos de Cima da Serra: Ofício (anexos apontamentos e Nota sobre a dita Obra), 1852.

AHRS, FOP, C6 M12. MORAES JÚNIOR, Antônio José de. Relatório sobre a Estrada de Santa Maria ao Mundo Novo. 1856

AHRS, FOP, C9, M16. SACRAMENTO BLAKE, Raymundo de Penaforte Alvez - Engenheiro Civil. Ofício tratando de assuntos administrativos das obras de medição, demarcação e descrição de terrenos ao sul da colônia Montravel; Ofícios tratando de assuntos administrativos das obras de medição de terras no município de Mundo Novo, 1858.

AHRS, FOP, C9, M16. VIDAL, José Maria. Ofícios administrativos da colônia Nova Petrópolis. 1858.

Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital. Relatórios de Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande. Relatório do Presidente Alves de Lima (Conde de Caxias) à Assembleia Provincial, 01/03/1846.

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Legislativa Provincial, 05/10/1847.

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Vice-Presidente João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 04/03/1848

BND. HD.RPPSPRG. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira ao Conde de Caxias ao entregar-lhe a presidência da mesma província. 30/06/1851. 1ª Ed.

BN.HD. RPPSPRG. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852.

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Presidente João Lins Vieira Consansão de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853

BND, HD, RPPSPRG. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854

BND.HD. RPPSPRG. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. (1º Edição)

BND.HD. RPPSPRG. Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Barão de Muritiba. 26 de setembro de 1855.

CORREIO DA TARDE. Novo Atentado dos Bugres. Correio da Tarde. Rio de Janeiro, 11 fev. 1852. Seção Interior, Seção 1183, p. 1-2.

DIÁRIO NOVO. Novo Atentado dos Bugres. Diário Novo. Recife, 23 fev. 1852. Seção Interior, p. 2.

Referências Bibliográficas

Almeida, Maria Celestina De. **Historia Y Antropología: Algunas Reflexiones Sobre Abordajes Interdisciplinarios**. Memoria Americana 20 (1), Enero-Junio 2012: 111-127

_____. **Etnicidade E Nacionalismo No Século Xix. Os Índios Na História Do Brasil** Cap. 6, 2010

Almeida, Ledson Kurtz De. Território E Territorialidade Indígena De Borboleta. In: Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil**. Editora Acervus: Passo Fundo, 2022

Araujo, Rodrigo Wienskoski. **O Povo Kaingang E O Processo De Demarcação De Terras Indígenas No Brasil: A Expropriação Territorial E A Retomada Kaingang Kógũnh Mág**. Tese - Ppgg/Ufrgs. Porto Alegre, 2023.

Arquivo Histórico Do Rio Grande Do Sul. **Os Índios D'aldeia Dos Anjos - Gravataí - Século Xviii**. Est - Ahrs. 1990

Barcelos, Artur; Neumann, Eduardo. **A Razão Gráfica Missioneira: Escrita e cartografia indígena nas reduções da América colonial**. Martins Livreiro Editora: Porto Alegre, 2022.

Barcellos, Daysi. Et. Al. **A comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004

Barth, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Barth, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.

Bastos Neto, Ernesto. **Etnogênese, Micro-História E História Indígena: A Biografia De Um Arrivista À Contrapelo**. Artigo, No Prelo.

_____. **O Brabo E A Borboleta: A Trajetória De Antonio Joze De Mello Brabo, Um Militar Paulista No Planalto Sul-Rio-Grandense (Meados Do Séc. XIX)**. Dissertação. Unisinos, São Leopoldo, 2022.

Becker, Itala I. Basile. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Instituto Anchieta, 1976.

Benjamim, W. **Obras Escolhidas, Vol. 1. Magia E Técnica, Arte E Política. Ensaio Sobre Literatura E História Da Cultura.** Brasiliense: São Paulo, 1987 [1985].

Bischoff, Marcelo Belmiro. **A Construção Do Espaço Urbano Na Região De Porto Alegre: Um Estudo Das Localidades Do Pinhal E Capela De Santana.** Monografia (Licenciatura Em História) – Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos. São Leopoldo: 2000

Bocara, Guillaume. ¿Qué Es Lo “Etno” En Etnohistoria? **La Vocacion Crítica De Los Estudios Etnohistóricos Y Los Nuevos Objetos De Lucha.** Memoria Americana 20 (1), Enero-Junio 2012: 37-52

Boita, Tony; Baptista, Jean Tiago. **Decolonizando gênero e sexualidade na “arte sacra jesuítica”: questões queerindígenas ao Museu das Missões, Museu Histórico Nacional e Museu Júlio de Castilhos.** No prelo.

Braga, Danilo. **A História Dos Kaingang Na Luta Pela Terra No Rio Grande Do Sul: Do Silêncio, À Reação, A Reconquista E A Volta Para Casa (1940-2002).** Dissertação De Mestrado. Programa De Pós-Graduação Em História. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2015.

Brandalise, Guilherme Maffei. **Tradução e mediação transcultural como desinvizibilização e representatividade dos Kaingang no Museu da Flona de Canela.** CBEAL Pesquisa I - Tradução e interpretação comunitária. Organização: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina - CBEAL. São Paulo : Fundação Memorial da América Latina, 2022 pp. 48-74

_____ **"Eles Se Vangloriam De Ser Índios, E Com Esse Nome Querem Ser Chamados": Indígenas, Capuchinhos E As Colônias Italianas No Nordeste Do Rio Grande Do Sul (1895-1918).** Trabalho De Conclusão Do Curso De História Na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2019.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição Da República Federativa Do Brasil.** Brasília, Df: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil, Lei De 27 De Outubro De 1831 - **Revoga As Cartas Régias Que Mandaram Fazer Guerra, E Pôr Em Servidão Os Índios**. Coleção De Leis Do Império Do Brasil - 1831, Página 165 Vol. 1 Pt I (Publicação Original)

Carvalho, José Murilo De (Coord.) **História Do Brasil Nação: 1808-2010 – Vol.2 A Construção Nacional 1830-1889**. Rio De Janeiro: Objetiva, 2012

Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. **Etno-História E História Indígena: Questões Sobre Conceitos, Métodos E Relevância Da Pesquisa**. História. São Paulo, N. 1, V. 30, P. 349-371, Jan./Jun. 2011.

Chakrabarty, Dipesh. La Poscolonialidad Y El Artificio De La História: ¿Quién Habla En Nombre De Los Pasados Indios? In: Dube, Saurabh. **Pasados Poscoloniales**. Ciudad De México: El Colegio De México, 1999. P. 441-470.

Copé, Silvia Moehlecke. **A Gênese Das Paisagens Culturais Do Planalto Sul Brasileiro**. In: Estudos Avançados, São Paulo, Abr. 2015, V. 29, N. 83, P. 149-171

Costa, João Peixoto. **Na lei e na guerra [recurso eletrônico] : políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2016.

Cortês. J.C.P. **O Gaúcho: Danças Trajes Artesanato**. Porto Alegre, Rio Grande Do Sul. (S/D). 376 P.

Coruja, Antônio Alvares Pereira. **Colleção De Vocabulos E Frases Usados Na Província De São Pedro Do Rio Grande Do Sul No Brazil**. Londres, Trubner E Comp. 1856.

Cunha, Jorge Luiz Da. Imigração E Colonização Alemã. In: Boeira, Nelson; Golin, Tau; Piccolo, Helga Iracema Landgraf; Padoin, Maria Medianeira. (Org.). **Império**. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, V. 2. P. 284-285

Cunha, Lauro Pereira Da. **Índios Botocudos nos Campos De Cima Da Serra**. Evangraf, Porto Alegre 2017

Cunha, Manuela Carneiro Da. **História Dos Índios Do Brasil**. Companhia Das Letras, Fapesp. 1992a.

Legislação Indigenista No Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889. São Paulo: Comissão Pró-Índio De São Paulo, 1992b.

Da Silva, Sérgio Baptista. **Etnoarqueologia Dos Grafismos Kaingang: Um Modelo Para A Compreensão Das Sociedades Proto-Jê Meridionais.** Tese De Doutorado, Ppgas. Ufrgs, Porto Alegre, 2001.

D'angelis, Wilmar Da Rocha. **Mabilde E Seus "Apontamentos" Sobre Os Coroados Selvagens: Tentando Separar Informação De Mistificação E Preconceitos.** Texto Apresentado Na 25ª Reunião Brasileira De Antropologia (Goiânia, 11 A 14 Jun 2006), No Gt 48: Saberes Coloniais Sobre Os Indígenas Em Exame: Relatos De Viagem, Mapas, Censos E Iconografia.

Dantas, Mariana Albuquerque. **Dimensões Da Participação Política Indígena Na Formação Do Estado Nacional Brasileiro: Revoltas Em Pernambuco E Alagoas (1817-1848).** 2015. 321 F. Tese (Doutorado Em História) - Programa De Pós-Graduação Em História, Instituto De História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Diehl, Isadora Lunardi. **Criando fronteiras : Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX).** Tese defendida no PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2023

Dornelles, Soraia Sales. **De Coroados A Kaingang: As Experiências Vividas Pelos Indígenas No Contexto De Imigração Alemã E Italiana No Rio Grande Do Sul Do Século Xix E Início Do Xx.** Dissertação De Mestrado. Ufrgs – Ppghist: 2011

Trabalho Compulsório E Escravidão Indígena No Brasil Imperial: Reflexões A Partir Da Província Paulista. Revista Brasileira De História. São Paulo, V.38, N.79, 2018, Pp. 87-108.

Invernizzi, Marina. **Historicidade Kaingang Na Terra Indígena Pó Nãnh Mág, Em Farroupilha/Rs.** Univates, Curso De Licenciatura Em História. Monografia: 2015.

Fabian, Johannes. **O Tempo E O Outro: Como A Antropologia Estabelece Seu Objeto.** Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Memórias Da Memória: Uma História Antropológica. In: Reis, Daniel Aarão (Org.). **Tradições E Modernidades**. Editora Fgv, Rio De Janeiro. 2010.

Fernandes, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: s.e., 1952.

Fischer, Jacy Waldyr. **A Capela De Santa Cristina Do Pinhal, Primórdios**. Porto Alegre/Rs. Raízes De Taquara. V. 2. 2008.

Francisco, Aline Ramos. **Kaingáng: Uma História Das Interações Entre Nativos E Ocidentais Durante A Conquista E A Colonização No Sul Do Planalto Meridional**. Tese, Pucrs, 2013

_____. **selvagens E Intrusos Em Seu Próprio Território: A Expropriação Do Território Jê No Sul Do Brasil (1808-1875)**. São Leopoldo, Ppgh/Unisinus, Dissertação De Mestrado, 2006.

Freitas, Ana Elisa De Castro. **Mrur Jykre – A Cultura Do Cipó: Territorialidade Kaingang Na Margem Leste Do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rs**. Tese De Doutorado. Programa De Pós Graduação Em Antropologia Social, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2005.

Freitas, Ubiratã Ferreira. **Cotidiano E Trabalho: Experiências Negras E Escravas Em Taquara (1856-1888)**. Tese. Ppgh/Ufsm. Santa Maria, 2019

Fontes, Iury; Salvador, Maurício Vehn Tain. **Movimentos De Retomada E Passados Plurais: A Experiência De Tempo Kaingang Através Do Relato Do Cacique Maurício Ven Táinh Salvador**. Monografia. Ufrgs, Porto Alegre, 2022.

Freitas, Ana Elisa De Castro; Venzon, Rodrigo Allegretti. **Informação Sobre A Historicidade E Tradicionalidade Da Ocupação Kaingang (Jê Meridional) Na Bacia Hidrográfica Do Lago Guaíba E Formadores: Territorialidades Associadas Às Micro-Bacias Hidrográficas Dos Arroios Tiririca, Caçador E Saiqui, Tributários Da Margem Esquerda Do Curso Médio Do rio Caí - Município De Canela/Rs**. Porto Alegre: 2008. Documento Entregue Para A Procuradoria Do Mpf/Rs.

Goya Fontella, Leandro. **A Guerra Guaranítica Num Contexto De Cultura De Contato: Uma Interpretação Sobre O Caráter Das Interações Entre Guaranis Missioneiros E Sociedades Ibéricas.** Anos 90, V. 27, P. 1–20, 14 Out. 2020.

Hensel, Reinaldo. **Os Coroados da Província do Rio Grande do Sul.** In. Revista do Museu e Arquivo público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1928.

Hespanha, António Manuel. A Constituição Do Império Português. Revisão De Alguns Enviesamentos Correntes. In: Fragoso, João, Bicalho, Maria Fernanda E Gouvêa, Maria De Fátima. **O Antigo Regime Nos Trópicos.** Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, P. 163-188.

Johnson, Walter. **On Agency.** Journal Of Social History, 37: 1 (2003), Pp. 113-124.

Kopenawa, Davi E Albert, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um xamã Yanomami.** Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2015

Kühn, Fábio E Comissoli. **Administração Na América Portuguesa: A Expansão Das Fronteiras Meridionais Do Império (1680-1808).** São Paulo: Revista De História, Nº 169, Julho / Dezembro 2013, P. 53-81.

Kuhn, Fábio. **Breve História Do Rio Grande Do Sul.** Porto Alegre: Xxi, [2004] 2011

Laroque, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889).** Pesquisas. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

_____. **Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil (1889-1930).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

Laroque, L. F. da S., Weizenmann, T., & Schaeffer, J. L. (2019). **Relações interétnicas: (des)encontros entre Kaingang e imigrantes holandeses no século XIX em territórios das bacias hidrográficas Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul.** Tellus, 19(38), 103–128. <https://doi.org/10.20435/tellus.v19i38.556>

Lorandi, Ana María. **¿Etnohistoria, Antropología Histórica O Simplemente Historia?** Memoria Americana 20 (1), Enero-Junio 2012: 17-34

Magalhães, Dóris Rejane Fernandes. **Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos E Escravos Na Ocupação Da Fronteira No Vale Dos Sinos.** Tese De Doutorado, Curso De Pós-Graduação Em História – Unisinos, 2003

Mamigonian, Beatriz G. E Grinberg, Kella. Lei De 1831. In: Gomes, Flavio Do Santos E Schwartz, Lilia M. (Orgs.) **Dicionário Da Escravidão E Liberdade.** São Paulo, Companhia Das Letras, 2018.

Machado, Paulo Pinheiro. **A Política De Colonização Do Império.** Porto Alegre: Editora Da Universidade /Ufrgs, 1999

Martins, José De Souza. **Fronteira: A Degradação Do Outro Nos Confins Do Humano / Contexto,** 2ª Edição, São Paulo, 2022 [2009].

Maréchal, Clementine. **Êg Ga Êg Kófa Tú (A Nossa Terra É A Nossa História): Território, Trabalho, Xamanismo E História Em Retomadas Kaingang.** Tese De Doutorado. Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2021.

Melo, Karina Moreira Ribeiro Silva E. **Histórias Indígenas Nos Contextos De Formação Dos Estados Argentino, Brasileiro E Uruguaio (1801-1818).** Tese De Doutorado. Unicamp, Campinas, 2018.

Métraux, Alfred. **Os Kaingang.** Curitiba: ANAI. 1979.

Mignolo, Walter D.; Traduzido Por: Norte, Ângela Lopes **Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política.** Cadernos De Letras Da Uff – Dossiê: Literatura, Língua E Identidade, No 34, P. 287-324, 2008

Minuzzo, Maurício Machado. **Notas Para Uma História Ameríndia Nos Campos Da Vacaria E De Cima Da Serra, Rio Grande De São Pedro (1727-1851)** Ufrgs: Monografia, 2010.

Monteiro, John M. **Tupis, Tapuias E Historiadores: Estudos De História Indígena E Do Indigenismo**. Tese De Livre Docência, Unicamp, 2001.

_____. **negros Da Terra: Índios E Bandeirantes Nas Origens De São Paulo**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1994.

Moraes, Maria Inés. **La Pradera Perdida: Historia Y Economía Del Agro Uruguayo: Una Visión De Largo Plazo 1760-1970**. Montevideo: Linardi Y Risso, 2008.

Moreira, Vânia Maria Losada. **Kruk, Kuruk, Kuruca: Genocídio E Tráfico De Crianças No Brasil Imperial**. Revista História Unisinos, V. 24 N. 3 (2020): Setembro/Dezembro. Doi: <https://doi.org/10.4013/hist.2020.243.05>

_____. **Reinventando A Autonomia: Liberdade, Propriedade, Autogoverno E Novas Identidades Indígenas Na Capitania Do Espírito Santo, 1535-1822**. São Paulo: Ffch Humanitas, 2019.

_____. “Entre Índios E Escravos Armados: Alianças Interétnicas E Formação De Quilombos Na Província Do Espírito Santo, 1808-1850”. In: **Espírito Santo Indígena**. Vitória: Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo, 2017, Pp. 56-103.

_____. **O Ofício Do Historiador E Os Índios: Sobre Uma Querela No Império**. Revista Brasileira De História. São Paulo, V. 30, Nº 59, P. 53-72 – 2010

Mota, Lúcio Tadeu. **As Guerras Dos Índios Kaingang. A História Épica Dos Índios Kaingang No Paraná (1769-1924)**. 2ª Ed Revisada E Ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

Motta, Márcia Maria Menendes. **Direito À Terra No Brasil: A Geração Do Conflito 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2012

Moura, Denise Aparecida Soares De. **Etnopaisagem Jê E Reterritorialização Do Brasil Meridional (1768-1773)**. Revista Brasileira De História. São Paulo, V. 41, Nº 87, 2021

Neumann, Eduardo. Santos. **"Um Só Não Escapa De Pegar Em Armas": As Populações Indígenas Na Guerra Dos Farrapos (1835-1845)**. Revista De História, [S. L.], N. 171, P.

83-109, 2014. Doi: 10.11606/Issn.2316-9141.Rh.2014.89008. Disponível Em: <https://Www.Revistas.Usp.Br/Revhistoria/Article/View/89008>. Acesso Em: 23 Set. 2023.

_____. A Fronteira Tripartida: A Formação Do Continente Do Rio Grande- Século Xviii. In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kuhn; Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Eduardo Neumann (Org.) **Capítulos De História Do Rio Grande Do Sul**; Porto Alegre, 2004.

_____. **"De letra de índios": cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai.** Varia Historia, v. 25, n. 41, p. 177–196, jan. 2009.

Nötzold, Ana Lucia Vulfe ; Bringmann, Sandor Fernando. **Inteligente, Dissimulado Ou Perverso? O Cacique Doble Na Visão Das Autoridades Provinciais Sul-Rio-Grandenses (Século Xix).** Cadernos Do Ceom (Unoesc) , V. 1, P. 17-39, 2010.

Oliveira, Amanda Gabriela. **Povos Indígenas E Ditaduras De Segurança Nacional No Cone Sul : O Caso Dos Kaingang No Rio Grande Do Sul (1963-1988).** Tese, Ufrgs, 2020.

Oliveira, João Pacheco De. **CATARINA PARAGUAÇÚ E A DISPUTA PELAS ALEGORIAS DO NASCIMENTO DO BRASIL.** Memórias Insurgentes, 1(1) 2022 Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/mi/article/view/50993>

_____. **O Nascimento Do Brasil E Outros Ensaios: "Pacificação", Regime Tutelar E Formação De Alteridades.** Rio De Janeiro: Contra Capa, 2016, P. 18.

_____. **Uma Etnologia Dos" Índios Misturados"? Situação Colonial, Territorialização E Fluxos Culturais.** Mana, Rio De Janeiro, V. 4, N. 1, P. 47-77, 1998.

Ortiz, Helen Sorsatto. Apropriação E Expropriação Da Terra Em Soledade: Norte Do Rio Grande Do Sul, Século Xix. In: Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil.** Editora Acervus: Passo Fundo, 2022

Padilha, João Carlos E Soares, Mariana De Andrade. A História De João Carlos Padilha, Da Área Indígena Borboleta: Descendente Do Cacique João Grande. In: Tedesco, João Carlos E

Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil**. Editora Acervus: Passo Fundo, 2022

Paraiso, Maria Hilda B. **Construindo O Estado Da Exclusão: Os Índios Brasileiros E A Constituição De 1824**. Revista Clio, V. 28, N. 2. Recife, 2010.

Peixoto Costa, João Paulo. **Na Lei E Na Guerra: Políticas Indígenas E Indigenistas No Ceará (1798-1845)**. Tese De Doutorado. Unicamp, Campinas, 2016.

Porto Alegre, Achylles. **História Popular De Porto Alegre**. Edição Organizada Por Deusino Varela Para As Comemorações Do Bicentenário Da Cidade E Oficializada Pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940.

Quijano, Aníbal. **O movimento indígena e as questões pendentes na América Latina. Política Externa**, 12 (4), São Paulo, 2004.

Pratt, Mary Louise. **Os Olhos Do Império: Relatos De Viagem E Transculturação**. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

Revel, Jacques. **Jogo De Escalas: A Experiência Da Microanálise**. Tradução Dora Rocha. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio De Janeiro, 1998.

Rojas, José Luis De. **La Etnohistória De América. Los Indígenas, Protagonistas De Su História**. Sb: Buenos Aires, 2008

Rosa, Rogério. **"Os Kujà São Diferentes" : Um Estudo Etnológico Do Complexo Xamânico Dos Kaingang Da Terra Indígena Votouro**. Tese De Doutorado, Ppgas. Ufrgs, Porto Alegre, 2005.

Rosental, Paul-André. **Construir O "Macro" Pelo "Micro": Frederik Barth E A "Microhistoria"**. In: Revel, Jacques. **Jogo De Escalas: A Experiência Da Microanálise**. Tradução Dora Rocha. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio De Janeiro, 1998.

Saint-Hilaire, A. **A Viagem Do Rio Grande Do Sul**. Tradução De Adroaldo Mesquita Da Costa. Porto Alegre, 1987. 496 P.

Santos, Maria Cristina Dos. E Felipe, Guilherme Galhegos. **Protagonismo Como Substantivo Na História Indígena.** In: Santos E Felipe (Orgs.) **Protagonismo Ameríndio De Ontem E Hoje.** Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

Schaeffer, Jeferson Luís. **Entre Colônias E Redes Sociais: Viúvas Neerlandesas E O Avanço Da Fronteira Agrária Em Direção Aos Arroios Sampaio E Forquetinha – Rio Grande Do Sul (1882-1900).** Univates, Monografia 2020

Severi, Carlos. **Seres Transmutantes: Uma Proposta Para Uma Antropologia Do Pensamento.** In: Ilha – Revista De Antropologia. Florianópolis, Ufsc, V. 19, N. 1, Jun. 2017, P. 217-262.

_____. **El Sendero Y La Voz: Una Antropología De La Memoria.** Buenos Aires: Sb Editorial, 2009.

Sider, Gerald. **Identity As History: Ethnohistory, Cultural Differentiation, And The Politics Of Native American Identity In The Southeastern United States.** In: Identities: Global Studies In Culture And Power, V. 1 N O .1, Spr. 1994.

Silva, A. F. ; Barcelos, Artur. H. F. . A "Terra De Ninguém": Índios E Bugres Nos Campos De Cima Da Serra. In: Tau Golin; Nelson Boeira. (Org.). **História Geral Do Rio Grande Do Sul - Povos Indígenas.** 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2009, V. 5, P. 63-80.

Silva, Bibiana Harrote Pereira Da. **"Viemos Trazer De Volta A Natureza, Viemos Trazer De Volta A Cultura" : História Oral Na Retomada Xokleng Konglui Em São Francisco De Paula-Rs.** Monografia. Ufrgs, Porto Alegre, 2022.

Silva, Bruno. Raça Em Perspectiva. In: **As Cores Do Novo Mundo: Degeneração, Ideias De Raça E Racismos Nos Séculos Xvii E Xviii.** Lisboa: Lisbon International Press, 2020, P. 283-355.

Silva, Ayalla. **Camacãs, Pataxós E Botocudos No Sul Da Bahia: Indigenismo, Colonização E Etnopolítica (1850-1879).** Tese, Ufrj. Seropédica, 2020.

Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode O Subalterno Falar?** 1. Ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora Da Ufmg, 2010.

Sposito, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. São Paulo: Alameda. 2012.

Souza, José Otávio Catafesto De. **Aos "Fantasmas Das Brenhas" : Etnografia, Invisibilidade E Etnicidade De Alteridades Originarias No Sul Do Brasil (Rio Grande Do Sul)**. Tese De Doutorado, Ppgas. Ufrgs, Porto Alegre, 1998.

_____. **A Pesquisa De Fontes Da Etnohistória Indígena Do Rio Grande Do Sul: Notícias Prévias**. Veritas (Porto Alegre) , Porto Alegre, V. 36, N.143, P. 413-422, 1991.

Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio. Povoamento, Aldeamento E Colonização No Norte Do Rio Grande Do Sul – Século Xix. Um Esboço Histórico Para A Compreensão Dos Atuais Conflitos. In: Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **Conflitos Agrários No Norte Do Rio Grande Do Sul: Indígenas E Agricultores: Dimensões Históricas**. Est Edições. Porto Alegre, 2017

Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil**. Editora Acervus: Passo Fundo, 2022

_____. **Conflitos Agrários No Norte Do Rio Grande Do Sul: Indígenas E Agricultores: Dimensões Históricas**. Est Edições. Porto Alegre, 2017

Teixeira, Luana. **Muito Mais Que Senhores E Escravos: Relações De Trabalho, Conflitos E Mobilidade Social Em Um Distrito Agropecuário Do Sul Do Império Do Brasil (São Francisco De Paula De Cima Da Serra, Rs, 1850-1871)**. Dissertação De Mestrado. Programa De Pós-Graduação Em História. Universidade Federal De Santa Catarina, 2008. Disponível A Partir De: <https://Repositorio.Ufsc.Br/Handle/123456789/92145>.

Torres, Max S. H. **La Limpieza De Sangre. Problemas De Interpretación: Acercamientos Históricos Y Metodológicos**. Historia Crítica, Núm. 45, Septiembre/Diciembre, 2011, Pp. 32-55 Universidad De Los Andes Bogotá, Colombia.

Tuhiwai Smith, Linda. **A Descolonizar Las Metodologías. Investigación Y Pueblos Indígenas.** Santiago De Chile: Lom, 2016.

Vargas, Daiane Loreto. **Tecendo Tradição: Artesanato E Mercado Simbólico Em Uma Comunidade Rural Do Pampa Gaúcho.** Pger/Ufsm - Tese. Santa Maria, 2016.

Venzon, Rodrigo Alegrete. **Sobrevivência Indígena Frente Ao Latifúndio.** In: Expropriação E Luta: As Terras Indígenas No Rio Grande Do Sul. Petí/ Anaí-Rs:1990-1993

_____. **Almerinda de Mello: a Tecelã da Borboleta.** In: Tedesco, João Carlos E Vanin, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil.** Editora Acervus: Passo Fundo, 2022

Viveiros de Castro, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem.** Ubu editora - Rio de Janeiro, 2014.

Wiesemann, Ursula Gojtéj. **Dicionário Kaingang–Português | Português–Kaingang.** Curitiba: Editora Evangélica Esperança, [2002] 2011.

Wittman, Luisa Tombini. **O Vapor E O Botoque: Imigrantes Alemães E Índios Xokleng No Vale Do Itajaí/Sc (1850-1926)** Letras Contemporâneas, Florianópolis, 2007.

White, Richard. **The Middle Ground: Indians, empires and republics in the Great Lakes region 1650-1815.** Cambridge University Press, New York, [1991] 2001.

Anexos:

Anexo 1: Relato de Maurício Salvador, enviado por aplicativo de mensagem em maio de 2020

(Publicado originalmente em: Maréchal, 2021)

Essas terras KAINANG eram conhecidos como KONHÚN MÁG (Erva grande) havia uma pequena aldeia com poucos membros e a maioria eram mulheres e os poucos homens já tinham suas companheiras...entre as mulheres solteiras havia uma conhecida por KÝSÃ (Lua). Ela era a índia mais linda da aldeia, por isso era teimosa e orgulhosa de sua beleza... as outras índias aconselhavam ela mudar e ser mais simples e humilde. Todas as noites KÝSÃ olhava para o céu e admirava muito às estrelas, com milhões de estrelas ela escolheu a mais brilhante da noite e fez deste o seu namorado dando a ele o nome de KRĪN JÉ (Estrela cadente). Com o passar dos anos KÝSÃ continuava com suas atitudes e não mudava só piorava. Suas amigas perguntaram a ela o que faria ela mudar e ela respondeu que ela só mudaria se KRĪN JÉ descesse do céu para se casar com ela. Em uma noite ela olhando para o céu observou uma estrela caindo e lembrou o que falou pra às amigas dela... e fez esse pedido, após isso o seu namorado desapareceu no céu... Na manhã seguinte chega na aldeia um senhor que tinha o dobro da idade de KÝSÃ veio perguntando por ela... então ela foi ao encontro do senhor e perguntou o que ele queria com ela... então ele respondeu: “eu sou KRĪN JÉ, descendo do céu para casar com você... não era isso o que você queria?”, disse o pobre senhor... Ela ficou muito brava e começou a julgar e dizer coisas muito ruins para o senhor que ficou muito triste e fugiu para dentro da mata. Depois de um tempo, KÝSÃ pensou em tudo nas noites em que falava com KRĪN JÉ e suas amigas diziam pra ela que ela não devia ter feito isso, então ela foi à procura do senhor para pedir desculpas por ter feito aquilo com ele, procurando e procurando mais não encontrava. Quando ela subiu o morro mais alto das terras, encontrou KRĪN JÉ triste e chorando... ela pediu desculpas, mas ele disse: “terei que partir”, pois seu amor foi negado e seu coração partido... e nesse momento, no por do sol o senhor virou em luz e voltou à sua juventude, apareceu pra ela como o índio mais lindo, forte e corajoso das terras, então ela impressionada se arrependeu de tudo e disse que se ele perdoasse e ficasse com ela, prometeu que mudaria tudo, que nunca deixaria ele sozinho sofrendo e ajudaria até o FIM... No último raio da luz do Sol que passava pelo corpo de KRĪN JÉ, transformou ele no

primeiro PINHEIRO ARAUCÁRIA mais grande e alto das terras KONHÚN MÁG em cima do morro. Vendo aquilo KÝSÃ ficou muito triste, e chorando ao pé do PINHEIRO, e sofrendo, ela lembrou de sua promessa a KRĪN JÉ... então ela virou-se em luz e transformou-se na mais linda GRALHA AZUL... e até hoje dizem que a KÝSÃ voa até o PINHEIRO mais grande e alto no morro.... pra ficar juntos e pegar suas sementes pra plantar, cumprindo a promessa dela!!!!

Anexo 2: Texto do Correio da Tarde nº1183, Quarta 11 de Fevereiro de 1852. p. 1-2

(Transcrição do autor)

INTERIOR - NOVO ATENTADO DOS BUGRES.

Em completo silêncio tinha passado para nós e para o público um novo atentado perpetrado pelos indígenas ; foi só ontem que sobre ele recebemos alguns detalhes, e são os que passamos a referir:

Na quinta-feira, 8 do corrente, em uma das mais remotas colônias do lugar denominado Mundo Novo (distante 13 legoas desta cidade) cahiu um grupo de 40 e tantos índios, e depois de assassina-rem o único homem que havia na casa, roubarão duas mulheres, filha e mulher daquele, e bem assim cinco crianças que havia na casa. Somente conseguiu escapar uma menina de 12 a 14 anos que estava cortando capim no mato, e que teve tempo de ocultar-se logo que viu os indígenas. Foi essa menina que veio participar o fato aos moradores mais próximos os quais com uma autoridade policial se transportarão ao lugar do crime, e acharão que o salteadores haviam roubado todos os objetos transportáveis, inclusive os instrumentos de lavrança e indústria; o que não poderão levar tinha sido completamente inutilizado.

O Sr. diretor das colônias da província e as autoridades de São Leopoldo, a cuja jurisdição pertence o sítio em que teve lugar o atentado, deram logo enérgicas providências, mas até a data das informações que temos nada haviam descoberto. As vítimas foram o ancião assassinado, Pedro Wadenpuhl, as duas mulheres roubadas, Anna Maria, mulher daquele, e Margarida sua filha, e esposa a quatro meses de Henrique Offmister atualmente preso nessa cidade sentenciado pelo crime de resistência às autoridades.

Temos esperanças de que as autoridades públicas reconhecendo a necessidade de reprimir fatos, que podem muito prejudicar o desenvolvimento das colônias, ha de continuar tomando as medidas para esse necessárias, recomendando ao mesmo tempo que se não repitam essas cruéis carnificinas que a mesa tiveram lugar na Vacaria, e que talvez muito contribuirão para exasperar uma raça na qual o primeiro instinto é a Vingança.

Tinhamos escrito o que acima se lê quando nos foram comunicados participações oficiais sobre o atentado dos Bugres recebeu a polícia: publicamos em continuação os dois officios que dão maiores esclarecimentos pontos.

Illm. Sr. - Acabo de receber participação oficial de que no dia 8 do corrente às 5 horas da tarde, foi assassinado pelos Bugres, que invadirão a colônia do Mundo Novo (segundo distrito parênteses) o alemão Pedro Wadenpuhl, retirando-se logo os Bugres, levaram para as matas da mulher do defunto, com mais cinco filhos menores e uma filha já casada, cujo marido se acha em Porto Alegre. O respectivo subdelegado não só procedeu ao alto de exame corpo de delito no cadáver, como também deu todas as providências ao seu alcance a fim de perseguir os Bugres, e ver se pode resgatar a infeliz mulher e filhos. Tem expedido aviso para todos os moradores das picadas e mais lugares expostos, a fim de se pôr em cautela mandando Patrulhas para todos os pontos..

Do resultado das diligências teria honra de participar a vossa senhoria em tempo oportuno.

Deos guarde a V.S. Delegacia da villa de S. Leopoldo e seu termo, 11 de Janeiro de 1852. - Illm. Sr. Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha, digníssimo chefe de policia da provincia João Daniel Hillebrand.

Ilmo. Sr. Referindo-me aos meus officios de 4 e 5 dia 11 do corrente em quem tive a honra de participar a vossa senhoria dos acontecimentos que tiver no lugar do mundo novo, segundo o distrito desse município, e dos estragos feitos pelos Bugres na Tarde do dia 8 do mesmo, cumpre-me hoje acrescentar que logo no dia seguinte ao referido o acontecimento entrarão no sertão 40 homens nossos, guiados por um hábil vaquiano, seguindo o Rastro dos Bugres, e depois de terem andado um dia e uma noite, não continuarão a segui-los por causa da copiosa chuva vida, e mesmo por falta de mantimentos

Uma partida de Bugres (indo todos com ponches á bichará atravessados) foi bater nos ranchos de David Pereira Dias pouco abaixo do Morro da Canastra, porém sendo vistos e observados pelo mesmo da vida nada poderão fazer ponto foram igualmente vistos do Morro do Serro Bráz e Sapiranga (Padre Eterno), em consequência do que mandei entrar grande número de colonos tanto do lado do padre eterno como o da picada de dois irmãos os quais ainda se acham no sertão debaixo do comando do Capitão Schalabrendorff, por hora me faltam as participações dos resultados.

Hoje mandei 500 cartuchos para o segundo distrito, onde se prepara outra expedição de 30 homens bons, comandados pelo Alferes Martins Philerino enviados por dois vaqueanos, quais se demoraram a menos 15 dias no mato, até alcançar algum resultado favorável.

A falta de charque é um poderoso embaraço que se opõe à semelhantes medidas, Pois não acho nenhuma libra nesta povoação nem nos outros lugares do município, e por isso forçoso remediar essa falta de outra maneira.

De qualquer resultado de importância terei a honra de participar a V. S.

Deos guarde a V. S. Delegacia de policia de Villa de S. Leopoldo, 18 de janeiro de 1852. -
Illm Sr. Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha, dignissimo chefe de policia da provincia.

Anexo 3: Termo de averiguação Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito anno [...]

(Ver: Vidal, 1858. Transcrição do autor)

Termo de averiguação Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito anno, nesta Freguesia de São José do Hortêncio Quinto Districto da villa de São Leopoldo, na casa de rezidencia do Subdelegado de Polícia Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães Filho, a onde fui vindo eu Escrivão de seu cargo abaixo nomeado e sendo asy também presentes Augusta Tiderichs e sua filha Augusta Tiderichs, moradores na Colônia Nova Petrópolis, afim de se fazer averiguação sobre o apparecimentto dos Bugres naquela Colônia na Linha denominada d'Olinda, e pelo Juiz foi defferido o juramento a supradita Augusta Tiderichs, para que de baixo do mesmo declarasse com verdade tudo que com ella aconteceu, respeito os mesmos Bugres; e o ecuito(?) por ella o referido juramento prometteo dizer a verdade. E disse, que no dia vinte e seis deste mês, antes do meio dia, estando ella em sua Casa lhe apparecerão quatro Bugres, tendo três destes cabellos grandes e outro cabellos curtos tendo este o beijo inferior furado em dois lup. 79 lugares, estando nus tendo somente uma pequena tanga na cintura e tendo cada um d'elles nas mãos um Arco e Flecha. Disse que chegando ali os quatro Bugres dous entrarão em casa e dous ficarão fora, os dous que entrarão, mostrarão alegria, e a estes ella deu dois lenços, e estes agarrarão, na filha d'ella e a levarão para fora de Caza, e ella os seguiu segurando a filha athé fora da casa, e ahy os dous Bugres foreijarão(?) para levar as duas e neste momento e que ella deu com uma machadinha que tinha na mão na testa do Bugre que tinha os buracos no beijo, eu fez tontear, e estando o [?] tonto a filha lhe armou(?) com um estoque no peito que o fez logo morrer, e neste momento o outro Companheiro o quis agarrar e a menina correndo para o matto foi perseguida pelos outros dois podendo escaparse, e ella tambem, correndo para o matto de lá viu chegarem quatro Bugres carregarão o morto e foram-se embora seguindo pela estrada que vai para Petropolis. Sendo também enquerida a filha Augusta, disse que apparecerão quatro Bugres dois de [?] pé e dois vindo abaixados e tendo- p. 80 tendo todos quadro entrado em casa e agarrando a querendo[?] levala asodendo[?] e lho [?] com estoque que tinha na mão o matou, tendo antes sua mai lhe dado com a machadinha na testa, o tinha tonteado, e que depois d'elle ficar etendido(?) ella correo para o matto e que não viu se foi seguida, e depois foi montar o Cavallo, e dar parte no acampamento, e que tendo sido gente para lá de protecção.

Carlos Raimer(?) ahinda viu um Bugre. E nada mais desde então. E para constar se lavra este termo , no qual assignão as duas averiguadas com o Juiz. Eu Manoel de Lemos Escrivão que escrevy.